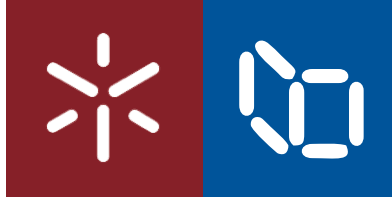


Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Vitor Joaquim Neves Fernandes

**O Pensamento de Miguel Real: Portugal
entre a Europa e a Lusofonia**



Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Vitor Joaquim Neves Fernandes

**O Pensamento de Miguel Real: Portugal
entre a Europa e a Lusofonia**

Tese de Mestrado

Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM):
Português Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda
(PL2)

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor Manuel Rosa Gonçalves Gama

DECLARAÇÃO

Nome: Vítor Joaquim Neves Fernandes

Endereço eletrónico: vitornf@gmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 11725193 3 ZZ4

Título da dissertação: O Pensamento de Miguel Real: Portugal entre a Europa e a Lusofonia

Orientador: Professor Doutor Manuel Rosa Gonçalves Gama

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM): Português Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda (PL2)

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

À minha mãe.

À Joana Coutinho.

Ao Professor Doutor Manuel Gama, pela paciência, pela disponibilidade, pelas sugestões e pelo apoio contínuo e inabalável, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Resumo

O Pensamento de Miguel Real: Portugal entre a Europa e a Lusofonia

O presente trabalho pretende apresentar uma visão de conjunto sobre o pensamento de Miguel Real (até 2016), tomando como tema unificador as considerações que ele tece sobre as dinâmicas históricas e atuais da relação entre Portugal e a Europa e os países da Lusofonia. De facto, numa altura em que a cada referendo, a cada eleição, o futuro da Europa, e, por arrastamento, o de Portugal, parece estar em jogo, o questionamento destas relações torna-se, no nosso ponto de vista, premente. Qual a situação atual? De que forma é que chegámos até aqui? Que tipo de futuro temos à nossa espera? Em Miguel Real encontramos um pensador que dá resposta a todas estas questões. Assim, começámos por analisar o contexto histórico das relações entre Portugal e Europa, desde o momento de emergência da cultura portuguesa até à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, passando pelos momentos em que esta relação adquiriu uma feição muito própria, na sequência do desastre de Alcácer Quibir e da perda de independência do país. Facilmente chegámos à conclusão de que Portugal tomou sempre a Europa como a sua principal interlocutora; mesmo nos momentos de crise, foi sempre olhando para a Europa que olhámos para nós próprios; foi sempre no espelho europeu que nos procurámos. De seguida, efetuámos uma análise do atual momento da relação entre Portugal e a Europa. Decorridos que estão mais de trinta anos desde a entrada de Portugal na «Europa», consideramos que o momento se oferece como oportuno para um balanço. Real tem uma visão bastante crítica sobre o atual momento do país; em termos culturais, mas também em termos políticos e económicos. De facto, Real considera que o «sonho europeu» de Portugal falhou. Ele considera também que a Europa está a viver um processo acelerado de decadência. Em forte contradição com o seu ser histórico, a Europa é hoje um projeto político que se encontra prisioneiro de uma ideologia tecnocrática, que pouco ou nada deve aos valores da sua filosofia histórica, o humanismo. No seguimento disto, efetuámos uma análise das propostas que Real oferece para o futuro de Portugal, entrando neste ponto as considerações que Real tece sobre a Lusofonia. De facto, ele desenha para Portugal um futuro assente em dois grandes eixos, a Europa e a Lusofonia, não os tomando como mutuamente exclusivos. No entanto, Real considera que, devido ao atual momento de decadência da Europa, Portugal deverá cada vez mais virar-se para a Lusofonia, por ele considerada como uma alternativa de futuro para Portugal.

Palavras-chave: Europa; Portugal; Lusofonia; Miguel Real.

Abstract

Miguel Real's Vision: Portugal between Europe and Lusophony

The present work intends to present an overview of Miguel Real's cultural reflections (up to 2016), taking as a unifying theme the considerations he makes on the historical and current dynamics of the relationship between Portugal and Europe and the Lusophone countries. In fact, at a time when after each referendum, each election, the future of Europe – and, by extension, that of Portugal – seems to be at stake, the questioning of this relationship becomes rather urgent. What is the current situation? How did we get here? What does the future hold for Portugal and Europe? In Miguel Real we have found a thinker who answers all these questions. Thus, we begin by analysing the historical context of the relation between Portugal and Europe, from the moment of emergence of the Portuguese culture to Portugal's accession to the European Communities, passing through the moments in which this relation acquired a very particular facet in the aftermath of the disaster of Alcácer Quibir and the subsequent loss of independence. We easily came to the conclusion that Portugal has always taken Europe as its principal interlocutor; even in the moments of crisis, it was always looking towards Europe that we looked at ourselves; it was always in the European mirror that we sought our image. After this, we consider the current moment of the relationship between Portugal and Europe. More than thirty years have passed since Portugal's accession to the European Communities, and so we consider that the moment is appropriate for an assessment. Miguel Real is very critical about the country's current situation; that is the case in cultural terms, but also in political and economic ones. Indeed, he believes that Portugal's 'European dream' has failed. Real also considers that Europe is experiencing a rapid process of decay. In strong contradiction with its historical being, Europe is in the present a political project that is held captive by a technocratic ideology, which little or nothing owes to the values of its historical philosophy, humanism. Following this, we make an analysis of the proposals that Real offers for the future of Portugal, and it is at this point that his considerations about Lusophony enter the stage. In fact, he considers that Portugal's future hinges on two major axes, Europe and Lusophony, not taking them as mutually exclusive. However, Real considers that, due to Europe's current moment of decadence, Portugal should increasingly shift its focus to Lusophony, which he deems as an alternative for Portugal's future. Moreover, Real already identifies in the Lusophone world a civilisational dimension of its own.

Keywords: Europe; Portugal; Lusophony; Miguel Real.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
<i>Abstract</i>	vii
Índice.....	ix
Introdução	1
Ferramentas metodológicas: os quatro complexos culturais.....	8
1. Portugal e a Europa em termos históricos	11
1.1. A emergência da cultura portuguesa segundo Miguel Real.....	11
1.2. Agostinho da Silva ou Portugal como alternativa.....	12
1.3. Eduardo Lourenço e a impossibilidade de se questionar a cultura portuguesa separadamente da europeia.....	14
1.3.1. Os três momentos-chave.....	15
1.4. A decadência e morte de Portugal.....	17
1.4.1. O distanciamento entre Portugal e a Europa e o desenho de duas Europas.....	19
1.4.2. As causas da decadência de Portugal.....	19
1.4.3. O século XVII.....	23
1.4.4. Marquês de Pombal e a transformação nas relações culturais entre Portugal e a Europa.....	25
1.4.5. O nascimento da liberdade intelectual em Portugal.....	27
1.4.6. A morte de Portugal.....	28
2. Portugal e a Europa no presente	31
2.1. Breve história de um desencontro.....	31
2.2. A decadência da Europa.....	32
2.2.1. Consolidação democrática.....	34
2.3. Portugal contemporâneo.....	35
2.3.1. Temos de falar sobre economia.....	35

2.3.2. Revolução social negativa.....	37
2.3.3. O problema das elites.....	37
2.3.4. Um novo sebastianismo.....	42
2.3.5. Desigualdade – retrato de um país dividido.....	44
2.3.6. Sonambulismo.....	47
2.3.7. Crise de valores.....	48
2.4. Portugal e Europa, algumas notas para a redefinição de uma relação.....	52
2.4.1. Choque social.....	54
3. O futuro de Portugal, entre a Europa e a Lusofonia.....	61
3.1. A Europa.....	61
3.1.1. A Europa segundo Miguel Real.....	61
3.1.2. O <i>quid</i> que fez e faz a Europa.....	63
3.1.2.1. Café Europa.....	64
3.1.2.2. O ensaio.....	65
3.1.2.3. A Europa da viagem como destino.....	66
3.1.3. O continente da Grande Cultura.....	67
3.1.4. Esperança na ressurreição da Europa.....	70
3.2. Lusofonia.....	71
3.2.1. Uma «alternativa de futuro» à Europa.....	71
3.2.2. Uma questão atual.....	76
3.2.3. A Lusofonia segundo Miguel Real.....	82
3.2.4. Dois futuros para a Lusofonia.....	85
3.2.5. A língua.....	86
3.2.6. Uma nova civilização.....	87
Conclusão.....	89
Bibliografia.....	101

Introdução

*“A história (...) é o pesadelo do qual
eu estou a tentar acordar.”*

- James Joyce, *Ulisses*

*“(...) quando um cego guia outro cego,
acabam por cair os dois num buraco.”*

- Mateus 15:14

Ao longo das últimas décadas, Miguel Real – pseudónimo literário e ensaístico de Luís Martins (n. 1953) – tem-se estatuído como um dos principais e mais ativos pensadores portugueses. A sua obra ensaística, dialogando permanentemente com os mais importantes pensadores da cultura portuguesa, navega com lucidez e mestria pelo labirinto que é o pensamento português. Tal como o próprio faz notar em *Portugal: Ser e Representação*, uma das características mais salientes do pensamento português prende-se com o privilégio que foi concedido a algumas expressões culturais – a poesia, por exemplo –, em detrimento de outras – a filosofia e a ciência, por exemplo (cf. Real, 1998: 156-157). Mas este facto, não obstante as importantes ilações que do mesmo possam ser retiradas, não nos interessa tanto como falha quanto como desequilíbrio. Assim, a mente portuguesa até pode ser falha em filosofia ou em ciência, mas, por outro lado, é muito rica em poesia e – acrescentamos nós – em pensamento cultural. Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço, Boaventura de Sousa Santos ou José Gil, são alguns dos pensadores portugueses que têm contribuído para a construção de uma obra riquíssima que claramente distingue Portugal neste campo de produção cultural. De facto, tal como nota de forma pertinente José Eduardo Franco no prefácio ao livro *A Vocação Histórica de Portugal* de Miguel Real, “Portugal tem sido, ao longo da história da sua cultura, a grande preocupação dos intelectuais portugueses” (Real, 2012: 9), parecendo até haver uma “quase obrigatoriedade” de estes tomarem Portugal como objeto do seu pensamento, de realizarem “uma espécie de magistério interpretativo do sentido ou dos sentidos da

caminhada histórica de um povo chamado português” (*idem*: 10).¹ Poder-se-á agora porventura dizer, a partir de Teixeira de Pascoaes, que não só há uma arte de ser português, como parece haver igualmente uma *arte de pensar o português*. Partiu desta constatação o desejo de elaborarmos a nossa dissertação na área da cultura portuguesa, para entrar no labirinto, ambicionando dele sair mais conhecedores do que o pouco que éramos quando nele entrámos.

O que esta superabundância de pensamento cultural centrado na identidade cultural portuguesa sinaliza é, desde logo, a fragilidade dessa mesma identidade. Real subscreve a posição de António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva, que consideram ter sido no século XVII que se deu início ao questionamento da identidade portuguesa evidenciada como problema histórico (cf. *idem*: 78). No entanto, desde a fundação de Portugal até à sua integração nas comunidades europeias, passando pela perda de independência e pela época imperial, a identidade nacional foi, ao longo da nossa história coletiva, sendo negociada de diferentes formas, com recurso a diferentes pontos de referência e partindo de diferentes circunstâncias. A identidade cultural portuguesa não é, obviamente, monolítica. Ao contrário do que alguns advogam, não há um português único, universal (cf. Real, 2007: 34). Miguel Real rejeita qualquer discurso que exalte a singularidade do homem português.² Se foi singular, foi-o contextualmente. Real considera mesmo esta busca de um conceito absoluto um dos “maiores equívocos dos teóricos da cultura portuguesa” (*idem*: 33). Não existe nem nunca existiu uma universalidade do homem português. Tal como Agostinho da Silva considerava, o português é “vário” (*apud* Real, 1998: 187). Mas quem é este homem português? Real diz-nos que ele é acima de tudo europeu:

O homem português é o homem europeu, seja na sua origem, como a literatura, a religião, o pensamento, as crenças e os hábitos quotidianos medievais o provam, integrando-o no continente europeu e distinguindo-o do homem «africano» (o «mouro», de cultura, religião e civilização diferentes), seja no seu percurso histórico, ora assimilado ao mesmo espírito europeu, como ele identificado (séculos XII a XIV), ora na vanguarda deste continente

1 Boaventura de Sousa Santos tem uma visão negativa sobre esta especificidade portuguesa, considerando que Portugal sofre de passado, um problema que se manifesta através de excesso de diagnóstico. Por excesso de diagnóstico ele entende a “reiteração das mesmas razões para explicar o atraso em muitos e diferentes tempos e contextos históricos.” (Santos, 2011: 38). Posto isto, ele apresenta vários exemplos, que vão, em termos temáticos, da emigração, ao défice da balança comercial e ao problema das elites, e, em termos cronológicos, do século XVII ao XXI (cf. *idem*: 38-40). Todavia, ele argumenta de forma convincente que alguns diagnósticos se excluem mutuamente, pelo que nem todos podem estar corretos. Assim, diz Santos, “o diagnóstico do problema transforma-se facilmente no problema do diagnóstico.” (*idem*: 41). E continua: “O problema do diagnóstico não é ser falso ou verdadeiro, é estar feito e como tal informar as representações dominantes sobre uma dada sociedade. O problema da tradição é a tradição que se cria sobre ela. Quanto mais ela se afirma como *longue durée*, mais tenderá a se converter em excesso de diagnóstico.” (*ibidem*).

2 Dizer-se, por exemplo, que o português é mais dado à emoção do que à razão, de que não temos capacidade para o pensamento racional ou para a ciência, um lugar-comum no discurso sobre a identidade que é facilmente refutado se se considerar a época dos Descobrimentos ou o período depois da nossa entrada na Europa (cf. Real, 2007: 35-36).

(séculos XV e XVI), ora dele desavindo (século XVII), ora na sua retaguarda e com ele conflituando (séculos XVIII, XIX e XX). (Real, 2007: 34).

Nada nele existe que esteja à parte da cultura europeia, se não o que emerge da conjuntura e das circunstâncias (cf. *ibidem*). O português universal, filho dileto de Deus, elemento do segundo povo eleito, é uma ficção criada pelas filosofias espiritualistas da história (cf. *ibidem*), consolidada na sequência da perda de independência em 1580, que marcou o fim da nossa ascensão histórica desde a fundação do país (cf. *idem*: 36). Tal como diz Real de forma eloquente, “com a perda da independência política, Portugal conquista a independência mítica: torna-se um país culturalmente carregado de desejo e de sonho.” (*idem*: 38).

O facto de o homem português ser acima de tudo europeu não significa que a cultura portuguesa seja indistinguível da cultura europeia. Aliás, esta seria uma suposição absurda. Do ponto de vista do postulado de Miguel Real, a nossa cultura distingue-se das restantes culturas europeias “devido à criação e desenvolvimento histórico ingénito de 15 traços específicos ou categorias histórico-mentais, cuja unidade complexa configura a sua *forma mentis*” (Real, 2011a: 297). Desta forma, Real considera que entre os séculos XIII e XVI, por ele considerada a idade de ouro da cultura nacional, se processou em torno de 10 categorias histórico-mentais, que se configuram como o substrato da identidade cultural do país. A saber:

1. Um lirismo constitutivo;
2. A saudade como sentimento popular predominante;
3. A imitação de processos estilísticos exteriores e adoção acrítica de teorias estrangeiras, sempre consideradas superiores às portuguesas;
4. A oposição do intelectual face ao Estado;
5. Uma fortíssima inclinação para a espiritualidade, isto é, a crença em dois princípios metafísicos: a transcendência é superior à imanência e o espírito ao corpo;
6. A literatura como meio de denúncia;
7. O fatalismo, o messianismo e o providencialismo;
8. O realismo social;
9. A fortíssima inclinação para a historiografia, superiorizando os estudos especulativos;
10. Uma apenas ligeira inclinação para os estudos científicos, com o predomínio do espírito literário e historiográfico.

Por sua vez, no segundo período, durante o século XVII, desenvolveram-se, em harmonia com as anteriores, duas outras categorias histórico-mentais:

11. O decadentismo (ou a ideia de Decadência de Portugal);

12. O nacionalismo.

Durante o reinado de D. João V, no século XVIII, renasce o espírito prático-científico que tinha animado os Descobrimentos, agora considerado em oposição ao espiritualismo religioso e tido como a verdadeira interpretação do mundo:

13. O Cientificismo ou a ideia da ciência como verdade do mundo.

Finalmente, no século XIX, desenvolvem-se duas novas categorias histórico-mentais, que surgem das ideias vinculadas à Revolução Francesa e à Revolução Industrial inglesa:

14. A liberdade (o liberalismo político);

15. O progresso (o fontismo).

Um dos aspetos mais vincados que observámos na obra ensaística de Miguel Real tem a ver com a forma como esta não abdica de considerar os factos do presente. Não são raros os pensadores que encontram no passado um local de refúgio; mas a história da cultura tem, na nossa opinião, tanta mais pertinência quanto mais servir para ajudar a desvelar o grande mistério que por vezes é o presente. Todos os ensaios de Miguel Real partilham desta notável característica, o que justifica, por si só, a sua consideração. Mas à obra ensaística junta-se ainda a obra romanesca, toda ela tratando de temas portuguesas. Temos, assim, uma obra que, no seu todo, se configura como um microcosmo da cultura portuguesa, no qual as três dimensões temporais, passado, presente e futuro, são igualmente importantes porque obviamente inter-relacionadas, oferecendo contributos importantes para nos compreendermos como portugueses.

Consideramos, todavia, que é na referida abordagem ao presente que as observações de Real são particularmente pungentes. Aliás, Real não tem sido parco em palavras no que diz respeito à atual crise que Portugal e Europa enfrentam. De facto, quem pensa que esta é exclusivamente uma crise económica está dramaticamente enganado. Tal como Miguel Real faz notar, a cultura portuguesa tem sido, ao longo da sua história, eminentemente ideológica (cf. Real, 2007: 97). Assim, para considerar o presente, ele procede a uma desconstrução da ideologia do Estado desde a ascensão ao poder de Cavaco Silva, com particular destaque para o período pós-2008, bem como das suas raízes, no caso pombalinas – uma ideologia que estilhaça futuros e aniquila a esperança, e que obrigou já, em pleno século XXI, centenas de milhares de portugueses a emigrar. Estas são as contingências do presente, mas não são de agora. Tal como nota Real, Portugal é o campeão europeu da emigração forçada há vários séculos (cf. Real, 2012: 65). Em tempos recentes, o bem-

estar da população tem sido sacrificado às mãos de um rigor orçamental (ainda) por atingir; a vida humana aparece representada através de meros números desenhados em gráficos; as estatísticas – não o sonho – comandam a vida. Tal como Real eloquentemente refere: “Se, desde o 25 de Abril de 1974, o Estado esteve, melhor ou pior, ao serviço do cidadão, a partir de finais do século passado evidencia-se que, por necessidades financeiras do Estado, o processo foi invertido: o cidadão encontra-se agora ao serviço dos interesses do Estado.” (Real, 2007: 24). É esta a ideologia que vigora em Portugal, uma ideologia de raiz europeia, e que Miguel Real, para além de a desmontar em vários ensaios, tal como referimos, satiriza com violência no seu romance *A Ministra*. O resultado desta ideologia é que a sociedade portuguesa é hoje uma sociedade empobrecida, com um cada vez maior fosso entre ricos e pobres, o que tem gravíssimas consequências, não só para o presente, em termos de coesão social, mas também para o futuro. Quem terá acesso à educação e à cultura? Quem terá oportunidade de construir uma vida digna, cheia de significado? O discurso sobre a desigualdade social é um assunto premente, que se cristalizou na consciência europeia sobretudo através de Thomas Piketty e da publicação da sua obra *Le capital au XXIe siècle*, em 2013. Mas antes disso já Miguel Real pertinentemente o abordava (cf. Real, 2012: 50).

Posto isto, Miguel Real considera que Portugal é no presente um país bloqueado, parado a meio do caminho. Por esta razão, ele defende que Portugal precisa, não de um choque económico, tal como repetidamente se tem tentado (aliás, sem sucesso), mas de um choque cultural, o qual levará posteriormente ao económico (cf. Real, 2007: 19; 2012: 102). Só assim os portugueses poderão ser resgatados do que ele classifica como «sonambulismo»:

O estado de sonambulismo (de não reacção, de passividade, de resignação) que avassala hoje a consciência política da maioria da população nasceu, justamente, daquele choque traumático e da insegurança mental por ele gerada face ao futuro, já que se é possível, de um ano para o outro, proceder a uma extorsão brutal de direitos e de riqueza por parte das instituições que contratualmente existem para os garantir, nada de estável e permanente se encontra defendido na sociedade portuguesa. (Real, 2015: 16-17).

Foi partindo da inquietação surgida através da constatação da crise atual que se observa tanto em Portugal quanto na Europa que surgiu em nós a urgência de considerar, em particular, as relações entre Portugal e a Europa. A perceção de que estas relações sofreram nos últimos anos desenvolvimentos importantes surgiu em nós de forma natural. De facto, numa altura em que a cada referendo, a cada eleição, o futuro da Europa, e, por arrastamento, o de Portugal, parece estar em jogo, esta análise torna-se, no nosso ponto de vista, premente. Qual a situação atual, de que forma é que chegámos até aqui, mas também que

tipo de futuro é que temos à nossa espera? Em Miguel Real encontramos um pensador que dá resposta a todas estas questões. Partindo de uma análise de escopo historicista, ele oferece-nos uma visão completa e fortemente apoiada em factos, penetrando o denso nevoeiro da ideologia e das concepções providencialistas da história. Nenhuma ideia, crença ou política é considerada de forma condicionada por Real. Ele considera-as de acordo com os seus méritos próprios e, mais importante, de acordo com a sua relevância nas circunstâncias em que ganharam vida. Só um pensador como Miguel Real consegue, por exemplo, apoiar fortemente o seu postulado europeu no de Eduardo Lourenço, mas fazendo-o sem se negar a apontar as falhas que nele identifica. No caso, por o julgar demasiado valorativo (cf. Real, 1998: 97, 98).

Assim, no primeiro capítulo, estabelecemos uma panorâmica geral das relações histórias entre Portugal e Europa. Desde o momento de fundação, passando pelos Descobrimentos e pelo excepcional de momento de crise inaugurado pelo desastre de Alcácer Quibir e pela subsequente perda de independência, que não só nos afetou agudamente em termos políticos como em termos culturais, deixando marcas permanentes que foram desde o início articuladas pelos atores da nossa história com a Europa. De facto, confessamos que a forma como, ao longo da história, tivemos a Europa como nossa interlocutora foi uma descoberta que de certa forma nos surpreendeu. Também nós caímos no erro fácil de pensar que vivemos períodos de separação total da Europa, de isolamento. Mas esse isolamento, tal como Real demonstra, foi sempre sentido em relação à Europa, não podendo, portanto, ser desligado do contexto das relações entre Portugal e a Europa, com ênfase, claro, para a Europa transpirenaica e para a Inglaterra.

No segundo capítulo, fazemos uma análise destas relações desde a entrada de Portugal na CEE, apresentando um balanço, bem como uma análise do atual momento de crise, particularmente no pós-2008. A entrada na «Europa» era tida como a tábua de salvação para Portugal, o culminar de séculos em que a mítica Europa do progresso, da ciência, dos valores ligados à ética e ao bem comum, da preocupação com o próximo e com os mais fracos, a Europa dos direitos, da saúde, que criaria o Estado Social moderno no período pós-guerra. Finalmente, nós, portugueses, iríamos ser de direito e de facto europeus, iríamos cumprir o nosso sonho de muitos séculos. Dramaticamente, esta Europa com a qual Portugal sonhara deixou de existir, sobretudo a partir do final do século passado. Miguel Real demonstra como este sonho era um falso sonho, desconstruindo a ideologia de estado desde a chegada ao poder de Cavaco Silva e analisando a atual crise que se vive em Portugal e na Europa – económica, política, de valores, etc. Real demonstra também que, com exceção de betão e alcatrão, pouco conseguimos desde a entrada no mercado comum. Real é bastante exigente, mas é-o de forma justa. De facto, exigia-se mais. Portugal teve uma oportunidade única para construir um futuro melhor para a sua população. Por isso, os méritos da nossa entrada na Comunidade

Económica Europeia (alfabetização da população, eliminação da tentação do pensamento absoluto, melhoria de qualidade de vida) são muito curtos relativamente àquilo que poderíamos ter atingido. Para Real, a culpa é das elites portuguesas. Aliás, no postulado de Miguel Real, o tema elites *vs* população funciona como uma espécie de subtexto da história de Portugal e, como tal, iremos dar-lhe particular atenção.

No terceiro e último capítulo, analisámos as propostas que Real avança para o futuro. Ele desenha para Portugal um futuro baseado em dois grandes eixos, a Europa e a Lusofonia – que são considerados como complementares e não, como se poderia pensar, como mutuamente exclusivos. Para tal, consideramos que será pertinente estabelecer os parâmetros da ideia de Europa que Real constrói na sua obra, que é uma Europa fortemente apoiada nos valores da sua filosofia histórica, o humanismo; e analisar também de que forma Miguel Real considera a Lusofonia e como é que as suas ideias se articulam com o vivo debate que tem havido em Portugal sobre a Lusofonia.

Tal como o próprio se define, Miguel Real é um “cidadão empenhado” (Real, 2015: 22). Mas esta afirmação, ainda que válida, parece-nos pecar por excesso de modéstia. Considerar hoje Miguel Real é considerar um pensador que está no auge da sua produção ensaística e literária. Que ele o faça no âmbito da cultura portuguesa é um acaso muito feliz que a nós, portugueses, só nos pode deixar a todos muito satisfeitos.

Ferramentas metodológicas: os quatro complexos culturais

Em *A Morte de Portugal*, observando a história da cultura portuguesa como um todo, Miguel Real desenha quatro complexos culturais que se pretendem configurar como o húmus da cultura portuguesa, identificando o modo como as autorrepresentações culturais de Portugal foram sendo feitas ao longo da história. Estes quatro complexos podem ser vistos, no conjunto da obra do autor, como uma base teórica sólida a partir da qual Real efetua considerações sobre a história da cultura portuguesa. Trata-se, de resto, de uma base teórica extremamente produtiva, que Real frequentemente evoca e não raramente utiliza como forma de iluminar considerandos ou aspetos da nossa cultura, inclusive no que ao presente diz respeito, constituindo-se assim como talvez o mais importante legado teórico de Miguel Real. Por isso, importa abordá-los de forma expositiva, para que a eles nos possamos referir de forma abreviada adiante sempre que necessário.

Os quatro complexos culturais identificados por Real são o viriatino, o vieirino, o pombalino e, por último, o canibalista.

O complexo viriatino representa a origem exemplar do país, tendo surgido, diz-nos Real, na segunda metade do século XVI, num contexto extremamente difícil para o país. A sua figura tutelar é, claro está, Viriato: “herói ímpoluto, puro, virtuoso, soldado modelo, chefe guerreiro íntegro, homem simples, pastor humilde que se revolta contra a prepotência do ocupante estrangeiro, conduzindo os lusitanos a vitórias sucessivas” (Real, 2007: 12). Como frequentemente acontece em figurações deste género, a figura de Viriato, isto é, as qualidades que lhe são imputadas, representam as qualidades que aqueles que a evocam identificam como estando manifestamente ausentes na sua sociedade, cuja falta é por aqueles sentida de forma aguda. “Deste modelo viriatino”, continua Real,

guarda cada português a imagem imaculada do português de antanho, patriarca da nação e exemplo ético de conduta, enraizado no terrunho natal, afeito à tradição, perfeito na humildade e na modéstia, tão sóbrio e decente quanto decoroso e conveniente – é o complexo viriatino, que nos guiou em Ourique e em Aljubarrota, que orientou a conduta histórica de Egas Moniz, Nuno Álvares Pereira, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro e moveu fundo a política nacional de Oliveira Salazar (*idem*: 13).

O complexo vieirino, por seu turno, tendo como figura tutelar Padre António Vieira, configura-se como a representação de Portugal como nação superior. Surgido num contexto de decadência do Império, do desastre de Alcácer Quibir e da perda de independência, este é um complexo em que se exulta a grandeza de

Portugal no momento histórico em que esta foi perdida, funcionando assim, à imagem do anterior complexo, como um mecanismo de compensação. “Padre António Vieira,” diz Real,

resgatando o providencialismo de Ourique e o milenarismo judaico de Bandarra, deu voz majestática a este cruzado sentimento de grandeza e pequenez, recusando testemunhar a nossa real insignificância europeia, dourando-nos o futuro com o regresso anunciado às glórias do passado, agora sob o divino nome de Quinto Império. (*idem*. 13).

Foi por obra de Padre António Vieira, diz Real, que ficamos desde então aguardando a «hora» em que a nossa grandeza latente se materializará e ofuscará a pequenez que desde então tem sido nosso cruel apanágio.

Por sua vez, o complexo pombalino, talvez o que mais ajuda a iluminar o presente, refere-se à autorrepresentação de Portugal como nação inferior. Este complexo surgiu nos finais do século XVIII, a partir do reconhecimento da nossa extraordinária pobreza e no seguimento de um período de quase três séculos de domínio total da Igreja Católica, bem como do fim do ouro vindo do Brasil. Este é, desta forma, um complexo que transporta consigo uma dimensão de modernização falhada, bloqueada por um constante afluxo de ouro e pedras preciosas do Brasil que até então tinham sido a droga da corte portuguesa, uma droga que castrou qualquer iniciativa de desenvolvimento comercial e industrial:

o comércio urbano e as exportações nas mãos dos ingleses, o pão confeccionado com farinha branca inglesa, o carvão importado da Inglaterra, os trajes tecidos de seda de Lyon e de fazenda dos teares de Manchester, a louça provida de Itália, as berlindas armadas em Paris, escolas públicas inexistentes, estradas reais inexistentes, hospitais públicos reduzidos ao de Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa (*idem*. 14).

É um Portugal que acorda com uma ressaca descomunal depois daquilo que, visto a esta distância, parece ter sido uma festa que durou 250 anos. Dizemos Portugal, mas queremos dizer elites portuguesas, pois este é o complexo em que o falhanço das elites se torna por demais evidente em termos económicos. “Desde a revolução liberal de 1820,” continua Real,

todos os ímpetos modernistas portugueses têm nascido deste complexo cultural que eleva a Europa a destino e sentido de Portugal – o complexo pombalino, hoje acefalamente política dominante do Estado português, que, como ‘bom aluno’, se põe na fila das estatísticas, subordinando a sua imensa valia cultural à mera e exclusiva valia dos indicadores económicos, gerando um notório sentimento de mal-estar e de inferioridade entre as actuais elites portuguesas, envergonhadas do povo rústico, bruto e arcaico que comandam, esquecendo-se de que o mesmo povo, em outros países da Europa central, governado por outras elites, atinge indicadores económicos valorosos e comportamentos educacionais distintos (*idem*. 14-15).

Por último, temos o complexo canibalista, que para Miguel Real representa o tempo moderno e contemporâneo de Portugal, isto é, 400 anos – desde 1580 (perda de independência) até 1980 (pré-adesão à Comunidade Económica Europeia) – de canibalismo cultural, que se configuram como “o tempo do canibalismo, o tempo da culturofagia, o tempo em que os portugueses se foram pesadamente devorando uns aos outros, cada nova doutrina emergente destruindo e esmagando a(s) anterior(es), estatuídas estas como inimigas de vida e de morte, alvos a abater, e as suas obras como negras peçonhas a fazer desaparecer.” (*idem*: 15). E continua Real

Católicos ou erasmitas, papistas ou hereges protestantes, jesuítas ou iluministas, religiosos ou maçónicos, carbonários-jacobinos ou eclesiásticos, tradicionalistas ou modernistas, espiritualistas ou racionalistas, cada corrente só se entendia como una e independente quando via o seu reflexo «puro» nos olhos aterrorizados do adversário, quando o desapossava de bens, lhe subtraía o recurso para a sobrevivência e, em última instância, quando prendia ou matava, por vezes mesmo «matando-o» depois de este estar morto (*idem*:15).

Miguel Real considera, por fim, que estes quatro complexos são para os portugueses inescapáveis. Por “efeito do ambiente educacional e social, cada português percorre na sua vida, recorrente e ciclicamente, estas quatro figurações da história e cultura pátrias” (*idem*: 16-17). No entanto, no presente, o Portugal criado por estes quatro complexos “encontra-se moribundo, submerso pela avalanche de costumes liberais europeus e americanos, totalmente descristianizados e desumanizados.” (*idem*: 17). Ainda assim, Real vaticina que “[e]sgotado de tanto absoluto histórico, o pensamento português, passada a sua fase de canibalismo redentor, reinará no século XXI como goradamente Antero de Quental desejava que reinasse no século XX – sob império da Justiça e da Liberdade, tendo como horizonte final o Bem ético, que, entre as suas virtudes, conta a tolerância como uma das principais.” (Real, 2007: 101; 2011b: 29).

1. Portugal e a Europa em termos históricos

1.1. A emergência da cultura portuguesa segundo Miguel Real

Miguel Real considera que a emergência da cultura portuguesa foi feita através de uma matriz dupla, composta por fé e lirismo. Foram estas duas paixões – é este o termo por ele utilizado –, paixão de fé e paixão de lirismo, que estiveram na génese de Portugal (cf. Real, 2007: 49). “De D. Afonso Henriques a D. Dinis,” diz Miguel Real,

Portugal nascera como uma das expressões europeias na sua fronteira sul, guerreara e rezara simultaneamente, vencendo progressivamente os infiéis, purificando a terra conquistada, povoando-a, cultivando-a, interiorizando-se quando o território ficara delimitado, substituindo a pulsão guerreira pela pulsão poética e pela pulsão intelectual ou filosófica, ambas recobertas pelo manto da fé, limite do pensamento português até ao século XVIII. (Real, 2007: 56-57; 2011a: 61).

Estas duas características marcaram o ser cultural português de forma permanente,³ de tal modo que a expansão ultramarina viria a iniciar-se segundo os mesmos modelos; ou seja, sob uma ideologia de combate e conversão. O mouro transfigura-se, no entanto, nas figuras dos «admiráveis mundos novos» com as quais os nossos antepassados se foram cruzando nos diversos continentes. Assim, o ideal de reconquista transforma-se em ideal de reconversão (cf. Real, 2007: 58-59).⁴ Desta forma, é em nome da Europa e da religião cristã que Portugal “descobre, povoa, missiona e reconverte” (*idem*: 60). E foi assim que, de cauda da Europa, Portugal se fez cabeça, para o Atlântico e para o Índico, e um novo mundo português nasceu (cf. *idem*: 58, 59). No entanto, Real considera que foi apenas com D. Pedro, irmão do Infante D. Henrique, que o ideal de cavalaria medieval se harmonizou com o intelectualismo renascentista europeu (cf. *idem*: 59). De resto, o renascimento português possuiu um cariz marcadamente prático, “não se limitaria à revivificação de textos de autores greco-latinos, mas a um progressivo caminhar na senda da inovação empírica, experimental, de um saber de experiência feito.” (*ibidem*). Foi através deste «saber de experiência feito» que Portugal deu a

3 Diz Miguel Real: “A guerra de reconversão religiosa, evidenciando um português obsessivamente tocado pelo sagrado, permanecerá até ao século XX como um dos traços profundos da cultura portuguesa, quebrando o seu ânimo tolerante e determinando-a como uma das culturas mais absolutistas da Europa, sempre motivada a postular o outro, não como contendor, mas como inimigo, liberal ou absolutista, republicano ou monárquico, maçónico ou eclesiástico, conservador ou progressista.” (Real, 2007: 49).

4 Aliás, o papa crismou as viagens dos portugueses, como se de uma nova cruzada se tratasse, e as velas dos navios ostentavam a cruz europeia de Cristo (cf. Real, 2007: 59).

sua maior obra à Europa, os Descobrimentos.⁵ Assim, diz Real, fazendo eco de Agostinho da Silva, na aurora da modernidade, Portugal revela à Europa que a terra é um arquipélago (cf. Real, 1998: 36; 2007: 62; 2012: 69). Um arquipélago habitado por um homem que não é apenas o homem europeu, branco, cristão, mas composto por muitos outros, de diferentes raças, cores e credos, desta forma “quebrando a visão unicitarista medieval e alargando e aprofundando a visão renascentista italiana do homem, provocando, neste tempo histórico, um contraponto prático-empírico, de experiência feito, às visões físicas, matemáticas e astronómicas dos pensadores da Europa Central.” (Real, 2007: 62; 2012: 68-69). Compreensivelmente, esta revelação representou para a Europa um abalo muito forte, que a obrigou a reconstruir e reconfigurar todo o saber, o que viria a culminar na revolução científica do século XVII e na política do século XVIII (cf. *ibidem*; *ibidem*) – nas quais, lamentavelmente, Portugal já não participou. Este ponto é importante no contexto do pensamento de Miguel Real sobre as relações entre Portugal e a Europa. Não que ele considere o modelo português superior ao europeu, ou o contrário. Parece-nos óbvio, até pelo que já citámos, que ele identifica um fio condutor que liga o modelo português ao europeu, estando aquele na origem deste. Mas, como dizíamos, este ponto é importante devido aos acontecimentos históricos ulteriores; nomeadamente, a perda da independência e o posterior distanciamento de Portugal relativamente à Europa. Ainda assim, de forma significativa, Miguel Real permite-se especular que caso “tivesse vingado o modo de criação científica encetado pelos portugueses (e espanhóis), possivelmente não estaria hoje a Terra ecologicamente de futuro comprometido, se não mesmo condenada.” (Real, 2007: 63). Ao invés, o modelo que vingou na Europa foi “o modelo setentrional de ciência abstracta e universal sob o império de uma matemática descarnada de vida.” (*ibidem*).

1.2. Agostinho da Silva ou Portugal como alternativa

Fazemos notar, neste ponto, que Miguel Real vê Agostinho da Silva como o pensador da cultura portuguesa que melhor estabelece a ponte entre o providencialismo clássico e o poético, por um lado, e a mentalidade europeia de Portugal, por outro (cf. Real, 2007: 49). Segundo Real, o postulado de Agostinho da Silva – que defende que a primeira missão de Portugal no mundo foi a de dar a este a noção de universalidade, à qual se deveria seguir uma segunda missão, a de dar ao mundo a certeza da sua unidade espiritual (cf. Real, 1998: 36) – pode ser visto como uma alternativa ao domínio institucional do racionalismo, do cientifismo e do positivismo europeus, e, claro, corresponde a uma especificidade portuguesa (cf. Real,

⁵ Miguel Real considera que Portugal deu à Europa uma obra, os Descobrimentos, e dois homens, Luís de Camões e Fernando Pessoa (cf. Real, 1998: 97-98).

2007: 48). De resto, a presciência de Agostinho relativamente aos efeitos da ética protestante, que Max Weber associara indelevelmente ao espírito do capitalismo em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, é remarcável, pois se há aspetos desta ética protestante que se tornaram mais vincados em tempos recentes foram os que Agostinho da Silva salientou, nomeadamente, razão abstrata, egoísmo, planificação calculista, etc. (cf. Real, 1998: 41), e que resultaram, em tempos recentes, num acentuar da desigualdade social, em políticas de austeridade, esgotamento dos recursos naturais, etc. Tal como Real diz, “é este imparável movimento europeu de total modernização de comportamentos, espíritos e organizações [XVI-XVII] que bloqueia a missão divina de Portugal de unificação espiritual da humanidade” (*idem*: 37). Findo este período de «decadência materialista», Agostinho da Silva defende que os portugueses, o “outro povo eleito”, retomariam o seu projeto de construção mundial iniciado com os Descobrimentos: “(...) Deus não pode abandonar o seu outro povo eleito e, passado o domínio da Europa, quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo em paz” (Silva, 1959: 15).⁶

Apesar de ao longo da sua obra ensaística considerar em detalhe os diversos discursos providencialistas que foram animando a dramaturgia cultura portuguesa, pois estes da história e da cultura fazem parte, Real considera-os atualmente inválidos. Para ele, o providencialismo português configura-se como a “revitalização e rejuvenescimento da ideia imperial em tempo de decadência e desaparecimento do Império.” (Real, 2007: 35). E não há outra explicação para a proliferação de teses providencialistas depois da década de 1970 (cf. *ibidem*). Aliás, o pensador português considera que depois de Eduardo Lourenço “não mais é possível (ou, pelo menos soa a falso) o antigo discurso providencialista que fez encarnar o sentido da História de Portugal numa mentalidade messiânica de cariz redentor.” (Real, 1998: 64). Desta forma, teses como a do «culto do Espírito Santo» de Agostinho da Silva anteriormente citada, ou a do pensamento «lusitano» de Teixeira de Pascoaes e a do «Quinto imperialismo» de Fernando Pessoa, são, pós-Eduardo Lourenço, inválidas.

6 No entanto, Miguel Real considera que o providencialismo de Agostinho da Silva se baseia numa leitura revisionista da História de Portugal (Real, 1998: 30), sustentando-se em três momentos «positivos»; a saber, a expansão territorial para sul (consequência de um primeiro momento «negativo», o da separação entre Portugal e Galiza); a introdução em Portugal do culto joaquimita da Idade do Espírito Santo; e a forma como as populações e o Estado se organizaram durante a I Dinastia, com uma forma de governo descentralizada, com concelhos autónomos, mas unidos através da figura simbólica do rei (cf. Real, 1998: 31-33). Desta forma, Agostinho da Silva procede a uma transferência do foco da época dos Descobrimentos para a da fundação de Portugal (cf. Real, 1998: 33) e, em suma, é por isto que ele se destaca no contexto da história da cultura portuguesa.

1.3. Eduardo Lourenço e a impossibilidade de se questionar a cultura portuguesa separadamente da europeia

Para Miguel Real, Eduardo Lourenço aparece grandemente destacado como referência no que à teorização da entrada de Portugal na Europa diz respeito, particularmente em termos dos efeitos profundos que esta causou na consciência nacional (cf. Real, 1998: 59-60). Real diz mesmo que é Eduardo Lourenço autor do “único discurso teórico original e consistente sobre o destino de Portugal (...) desde a nossa entrada no Mercado Comum” (*idem*: 63), considerando ainda que é impossível ler os livros de Eduardo Lourenço sobre a Europa “sem que venha desde logo à coacção o nome Portugal.” (*idem*: 72).

Segundo Miguel Real, Eduardo Lourenço distingue-se de outros pensadores da cultura portuguesa, tais como Teixeira de Pascoaes ou Agostinho da Silva, pela sua “profunda crença” na “impossibilidade de questionarmos a história cultural portuguesa sem a inserirmos, em primeiro lugar, no espaço geográfico peninsular (...) e, em segundo lugar, e mais determinadamente, na análise relacional despreconceituada da história da cultura portuguesa face à história da cultura europeia” (*idem*: 62). Por “despreconceituada,” Real quer dizer sem qualquer ideia preconcebida acerca de uma putativa inferioridade (Geração de 70) ou superioridade (Teixeira de Pascoaes, Agostinho da Silva) de Portugal face à Europa (cf. *ibidem*). Trata-se de uma análise – a primeira, de acordo com Miguel Real – que olha para a Europa de forma descomplexada (cf. *idem*: 63). Do mesmo modo, pós-Eduardo Lourenço, Real defende que não é possível declarar que não somos Europa. “Nós somos,” continua Real,

a par com a Espanha, a outra Europa, a da Península atrasada, rural, tradicional, religiosa e mística, estruturalmente conservadora e culturalmente lírica... mas somos Europa. E é explosivamente contra esta “velha” Europa que a “nova”, a da modernidade, a do cálculo e da técnica, do imperialismo e da laicidade, vem embater com um peso de 300 a 400 anos, gerando uma simbiose cultural que inevitavelmente, por força dos tempos, conterà mais de cosmopolitismo do que de ruralismo, mais de privado do que de Estado, mais de individualismo do que de providencialismo... (*idem*: 65).

O que o pensamento de Eduardo Lourenço representa para Real é, portanto, um ponto de viragem no sentido de um diálogo entre Portugal e a Europa (*idem*: 63). Desta forma, continua ele, ao considerarmos a imagem da Europa em Eduardo Lourenço, “o que dela extraímos, em última análise, é a própria existência de Portugal como um todo histórico cujo único sentido, consciente ou inconsciente, é a de ser, ele próprio, também e sobretudo Europa.” (*idem*: 71). E este aspeto é o fator de distinção que torna proeminente a presença de

Eduardo Lourenço no universo dos pensadores e historiadores da cultura portuguesa, pois ele “propõe como sentido hermenêutico da imagologia nacional a umbilicidade a par e passo com os movimentos político-culturais europeus.” (*ibidem*).

A presença do legado teórico de Eduardo Lourenço faz-se notar no pensamento de Real precisamente pela forma como este o usa para articular as relações de Portugal com a Europa. Como exemplo disto mesmo temos o momento da emergência da cultura portuguesa, cuja inextricabilidade da cultura europeia tal como ela foi fixada por Eduardo Lourenço é convocada frequentemente por Real. Não se pense, todavia, que as considerações de Real acerca das relações históricas entre Portugal e Europa se esgotam no postulado de Eduardo Lourenço. Real não só levanta reservas relativas à análise de Eduardo Lourenço, sobretudo por esta ser, segundo ele, de carácter valorativo (*idem*: 97, 98), como estabelece o seu próprio postulado – menos valorativo, mais historicista. Desta forma, o postulado de Eduardo Lourenço funciona para Real como uma espécie de plataforma teórica a partir da qual este desenha e constrói o seu.

1.3.1. Os três momentos-chave

Em termos do imaginário histórico das relações entre Portugal e a Europa, Miguel Real interpreta a teoria de Eduardo Lourenço como uma sistematização das relações imagético-históricas entre Portugal e a Europa numa tripla dimensão cronológica e mental. “No primeiro momento”, diz Real, “a imagem de Portugal assume-se como a de uma extensão da Europa na Península Ibérica: a Europa fez Portugal.” (Real, 1998: 76; 2011b: 680) Portugal, a par dos restantes reinos e condados da Península Ibérica, integra-se na luta contra o «outro», o mouro, que é expulso das fronteiras da Europa. Esta luta integra-se numa dimensão contínua de colonização e missão originária da Europa Central, que mais tarde Portugal exportará além-mar. Uma importante ilação a ser daqui retirada tem a ver com o cariz religioso intrínseco à fundação de Portugal. “Como a essência da cultura europeia era então de matriz religiosa,” nota Real, “é igualmente a nossa cultura originária de matriz religiosa.” (Real, 1998: 76). Mas há uma diferença fundamental entre Portugal e a Europa Central, que é, obviamente, a sua localização. Situado na finisterra europeia, no seu limite geográfico a sudoeste, Portugal desenvolveu desde a sua fundação uma cultura de fronteira que afetou o seu carácter cultural. Assim, a uma cultura de fronteira “volúvel nos seus limites e frágil na sua solidificação” associa-se um “carácter salvífico, providencialista, como se cada um e todos sempre estivessem dependentes da vontade de Deus” (*idem*: 76-77; 2011b: 680). Tal como diz Eduardo Lourenço: “Através de mitologias diversas, de historiadores ou poetas, esse acto [a fundação de Portugal] sempre apareceu, e com razão,

como da ordem do *injustificável*, do *incrível*, do *milagroso*, ou, num resumo de tudo isso, do *providencial*.” (Lourenço, 2000: 25). Consequentemente, Real vê nesse momento, o da fundação, um outro nascimento: o do «irrealismo» que desde então nos demarca da Europa Central (cf. Real, 2011b: 680), tal como ele foi identificado por Eduardo Lourenço (cf. Lourenço, 2000: 23ff).

Por sua vez, no segundo momento, durante os Descobrimentos, Portugal faz a Europa, “arrasta-a para o seu destino universalista e cosmopolita, expande o seu espírito cristão e técnico por todo o mundo.” (Real, 1998: 78; 2011b: 681). Mas este destino, tal era a desproporcionalidade em termos territoriais e mercantis conduziu ao esgotamento de Portugal.⁷ A grandeza de Portugal era uma ficção (cf. Lourenço, 2000: 26); Portugal era grande, mas era-o longe, “fora de nós, no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado ainda.” (*ibidem*). Na sequência deste esgotamento e com a fratura no âmago do cristianismo ocorrida na Europa Central, começam então a desenhar-se duas Europas. De um lado, Portugal e Espanha – representando a Europa “castiça, tradicional, rural, escolástica, religiosa (...), lírica, política, pobre, absolutista até mais não, arrastada pela má-consciência de ter dado «novos mundos ao mundo» e nessa aventura ter-se perdido” (Real, 1998: 79; 2011b: 681); do outro, uma outra Europa, “acelerada e enriquecida pelo movimento mercantil propiciado com as descobertas da primeira, é a que para sempre fixará a a imagem da modernidade – espírito livre e humanista, inquirição filosófica e científica, libertação do poder papel, exploração das riquezas da terra.” (*ibidem; ibidem*). É a partir desta “dicotomia civilizacional” (*ibidem; idem*: 682) que todo o imaginário português se organiza subsequentemente, expressando-se no sebastianismo vieirino, no quinto imperialismo pessoano, no lusitanismo de Pascoaes e no reino do Espírito Santo de Agostinho da Silva. A outra Europa é o espaço mental para o qual fomos constantemente remetidos, uma espécie de farol que nos guiava no meio de tempestades várias, mas cuja terra nunca verdadeiramente alcançámos. Posto isto, o atraso de Portugal era sentido relativamente à Europa, em particular à França, pois era com a França que o espírito da Europa moderna se identificava (cf. *idem*: 79-80; *ibidem*): “A partir da França, a Europa definia o sentido do mundo, a evolução da História e o vector por que a consciência intelectual se deveria reger para ascender à «luz» da «civilização».” (*idem*: 80; *ibidem*).

Por fim, depois de a Europa ter feito Portugal e de Portugal ter feito a Europa, entre 1580 e 1980 dá-se o desencontro entre o ser de Portugal e o da Europa – com consequências altamente negativas para a consciência nacional (cf. *idem*: 81; *idem*: 683). Este é, faz notar Real, o período do aparecimento dos vários -ismos: sebastianismo; quinto imperialismo; decadentismo; iberismo; saudosismo; etc. (cf. *ibidem; ibidem*). Todos diferentes, mas todos iguais na sua génese como mecanismo de compensação pelo atraso de Portugal

7 Uma tese que, tal como é sobejamente sabido, é igualmente defendida por Antero de Quental (Quental, 2010 [1871]).

em relação à outra Europa, personificada imagetivamente pela França. Para superar estes -ismos, Miguel Real defende que é necessária a integração de Portugal no espaço europeu unificado (cf. *ibidem*; *ibidem*). No entanto, apesar deste desencontro, Portugal era ainda – aliás, nunca deixou de o ser – Europa. Tal como diz Eduardo Lourenço,

não só fomos sempre mais europeus do que nós mesmos podíamos supor, como fora de nós nos tornámos hipereuropeus, criadores com os Espanhóis daquela realidade latino-americana onde a nossa cultura, obrigada a inventar uma saída dentro do seu voluntarista isolamento ortodoxo, compensou em invenções de uma originalidade infosismável o alheamento ou o descaso absurdo de uma aventura do conhecimento que não podia existir sem risco e sem profunda mutação de atitude intelectual.” (Lourenço, 1988: 27).

1.4. A decadência e morte de Portugal

De acordo com Miguel Real, o Portugal imperial – o primeiro verdadeiro Império mundial depois do Romano (cf. Real, 2012: 70) – nasceu, como vimos, através de uma transposição de modelos medievais, de forte pendor religioso, imbuídos de um espírito de cruzada, e da harmonização destes com os valores renascentistas emergentes. No entanto, considera Real, “se para a realização da descoberta nos tínhamos científica e religiosamente preparado, para a posse permanente não” (Real, 2007: 64). É por isto que ele defende que, em termos ideais, Portugal cumpriu-se na data de edição d’*Os Lusíadas*, em 1572. “O livro maior de Camões merece ser o poema de Portugal,” diz Real,

não porque o seu conteúdo literário reflecta a verdade histórica sobre Portugal, mas porque reflecte em perfeição o sonho ideal do Homem Português e da Identidade Nacional – um povo mais do que povo, uma nação mais do que nação, uma pátria mais do que pátria, um território mais do que território, escolhido em Ourique pelo Deus novo e pelos antigos deuses n’*Os Lusíadas* para levar bandeira da Europa à Índia e à América. (*idem*: 68-69).

Ou seja, em síntese, um povo com capacidade para a transcendência. Todavia, pesa na história a grande ironia que é o facto de neste momento histórico, segundo o autor aqui em análise, o momento máximo da cultura portuguesa de quinhentos e seiscentos, se marcar também o início da decadência de Portugal (cf. *idem*: 69) – a que mais tarde Antero de Quental se referiria como “a nossa improcrastinável decadência” (Quental, 2010 [1871]: 18) –, pondo fim ao período de ouro da cultura portuguesa que fora iniciado no século XIII (cf. Real, 2011a: 23) e marcando igualmente o início da separação entre Portugal e a Europa:

Os ditames religiosos do Concílio de Trento, o encerramento purista da doutrina católica à guarda dos dominicanos, o espírito guerreiro e universalista de missionarização dos jesuítas, a trágica derrota de Alcácer Quibir, exponenciando ao limite as fragilidades do país, romperão a harmonia de pluralidades culturais das relações entre Portugal e a Europa, e um muro ideológico, espesso e rijo, será levantado – muro purificador, dir-se-á de dentro; muro transfigurado em altar da incultura, pátria da superstição, dir-se-á de fora, sobretudo os «Estrangeirados» do século XVIII. (*idem*: 96; também em 2007: 68).

Neste ponto, Miguel Real destaca três figuras históricas que, segundo ele, são os “culpados” por Portugal se ter falhado a si próprio na aurora da modernidade: D. João III, “por falência financeira do Império”, D. Sebastião, “por ousadia desproporcionada, que também se pode designar por delírio”, e o Cardeal D. Henrique, “por incapacidade mental e ideológica” (*idem*: 124; 2012: 64-65). D. João III, em particular, é repetidamente mencionado por Real. Ele considera que a D. João III, em termos culturais, tudo correu mal (cf. Real, 2007: 64-65; 2011a: 79). O seu “pálido humanismo” rapidamente “se gorou com o bloqueio mental instaurado por dominicanos (Santo Ofício) e jesuítas a toda a influência cultural e religiosa europeia” (Real, 2007: 65), ao passo que a corte se transformara num mero projeto empresarial – um empório comercial que se alimentava da riqueza extraída do Império. Aliás, Real defende mesmo, referindo-se todavia a tempos mais recentes, que o comércio era o “sangue da monarquia” (Real, 2011a: 256). Assim, de acordo com Real, a relação de Portugal com o Império sofre uma transformação decisiva:

Entre os reinados de D. João II e D. Manuel (...) emerge uma radical alteração no estatuto cultural de Portugal: o Império deixa de estar ao serviço de Portugal e Portugal passa a estar ao serviço do Império, os objectivos deixam de ser os da descoberta e passam exclusivamente a ser os da conquista e domínio, com o explícito intento tanto de consolidação territorial do Império quanto o da formação de um empório comercial, sustento financeiro do primeiro. (Real, 2007: 63-64; 2011a: 78).

Esta transformação representou uma traição dos ideais que estiveram na génese do projeto ultramarino português. Descobrir e inovar – “[a]s duas palavras científicas que tinham feito o Portugal dos Descobrimentos” –, lamenta Real, dão lugar a vigiar e punir (cf. Real, 2007: 40).

Por outro lado, Real destaca D. João I, D. Duarte, D. João II e D. Manuel I como os reis que poderiam ter encaminhado o país no sentido da construção de um Portugal racionalista, moderno e próspero. Ao invés, construiu-se um Portugal “purificado pela religião, cerrado sobre si próprio e disso orgulhoso, desconfiado dos resultados empíricos das ciências, possuidor de uma mentalidade messiânica e conspirativa da História”

(Real, 2012: 64). Em suma, um Portugal separado da Europa Central, «orgulhosamente sós», tal como se dirá mais tarde noutro contexto.

1.4.1. O distanciamento entre Portugal e a Europa e o desenho de duas Europas

Depois de vários séculos em que não há distinção entre a cultura portuguesa e a europeia, Miguel Real identifica o século XVII como o momento histórico em que se “levanta a distinção entre a cultura portuguesa e a cultura europeia” (Real, 2007: 39), traçando-se, desta forma, não apenas a separação do país em relação à cultura centro-europeia, mas também o desenho de duas Europas. “Por via da autonomia das comunas italianas renascentistas, do progresso mercantil europeu suscitado pela segunda Expansão Ultramarina, pela revolução científica operada na Europa desde os finais do século XVI, com Bacon, Copérnico, Galileu, Harvey, Descartes, Kepler,” diz Real, “desenha-se uma Europa rica, culta e progressiva, protestante, defensora da separação entre o poder do Príncipe e da Igreja, contraponto a uma Europa absolutista e contra-reformista, de que a Espanha de Carlos V e dos Filipes e Portugal de D. João III se tornam como exemplos paradigmáticos.” (*ibidem*). Ou seja, tal como diz Real,

no justo momento histórico em que a Europa desenha a traço forte os contornos de uma nova e requintada civilização (à uma mercantilista, liberal, científica e politicamente regalista, prenúncio da futura soberania dos parlamentos e senados), Portugal, que se encontra na origem deste novo mundo, sofre a entorse de um bloqueio mental ou, melhor, sofre a cristalização da sua evolução histórica, submetida a interesses espanhóis e a ditames eclesiásticos da vertente do cristianismo ligada à Igreja Católica contra-reformista. (*idem*: 39-40).

O afastamento entre as duas Europas só pode ser visto a esta distância como uma oportunidade perdida para a Europa ibérica, um bloqueio histórico com repercussões que se prolongaram no tempo, afastando-a dos avanços científicos, políticos e religiosos que aconteceram na outra Europa.

1.4.2. As causas da decadência de Portugal

Miguel Real subscreve a posição de António Sérgio, quando este defende que o século XVII se estatui como o período da consolidação e cristalização da decadência política e cultural de Portugal (cf. Real, 2012: 75). O sentimento de decadência mais não era do que a manifestação, no âmago do ser cultural português, do atraso que então existia e se fazia sentir em relação à Europa, um atraso que era num mesmo tempo

científico, económico, social e político (cf. *ibidem*). Este ponto é importante, uma vez que demonstra, uma vez mais, que um dos elementos mais salientes da cultura portuguesa, no caso, o sentimento de decadência, está intimamente ligado com e é inseparável do contexto das relações culturais entre Portugal e a Europa. Referindo-se todavia exclusivamente à Geração de 70, Eduardo Lourenço confirma-o, dizendo que o que esta exigia era

um *Portugal-outro*, um Portugal onde se actuasse, se vivesse, se pensasse e inventasse como na Inglaterra, na Alemanha, *na França*, em suma, na única *Europa* que merecia esse título que desde então designa menos uma entidade geopolítica, uma história comum, do que *um mito*, o da Civilização, do Progresso, da Cultura como espelho e instrumento regenerante do destino humano. *Europeizarmo-nos*, nesse preciso sentido, tornou-se então obsessão quase unânime da *élite* portuguesa e toda a nossa cultura se vai inscrever no espaço dessa distância que nos separa da Europa em função do objectivo de a apagar. (Lourenço, 1988: 30-31).

De facto, numa altura em que na Europa se assistia à ascensão do classicismo, tanto em França (Racine, Corneille, Molière) como em Inglaterra (Ben Jonson, Shakespeare), do ensaísmo renascentista francês (Montaigne) e da revolução científica europeia dos séculos XVI e XVII (Bacon, Copérnico, Galileu, Descartes, Gassendi, Pascal, Harvey, Kepler, Newton, Leibniz) (cf. Real, 2012: 75), em Portugal, por outro lado,

até 1640, as instituições sociais e políticas (ordens religiosas e alguma nobreza) manifestavam-se subterraneamente pela independência, gerando uma fortíssima literatura autonomista, desenvolvendo, pós-1640, uma linha fortemente nacionalista e providencialista (o sebastianismo), exterior ao movimento europeu de ideias, que assentava na progressiva laicização das instituições reitoras da sociedade, no privilégio atribuído à ciência e na separação entre a Igreja e o Estado. (*idem*: 76; 2011a: 156).

Neste ponto, Miguel Real destaca novamente a visão de António Sérgio, quando este defende que no século XVII não só se assiste ao definhar da mentalidade portuguesa aventureira e inovadora de Quinhentos, a que deu à Europa e ao mundo os Descobrimentos, como se assiste também, em termos culturais, a um regresso a uma mentalidade medieval (cf. *ibidem*; *ibidem*). De facto, para Sérgio, o espírito português de Quinhentos “foi promessa que se não cumpriu” (Sérgio, 1926: 127). Sérgio compara mesmo o Portugal de Quinhentos a um adolescente, cujo talento e promessa são cruelmente trucidados por uma doença do sistema nervoso (cf. *ibidem*). Assim, enquanto os países da Europa civilizada (França, Itália, Holanda, Alemanha, Inglaterra) continuam com a expansão das conquistas do Renascimento, em Portugal “[p]assa-se do Reino da Inteligência – para o Reino da Estupidez” (*ibidem*). Miguel Real identifica na análise de António Sérgio alguns

elos de ligação com a de Oliveira Martins, principalmente quando este último defende que Portugal foi restaurado um país radicalmente diferente daquele que existia até 1580 (cf. Real, 2011a: 156; 2012: 76). Miguel Real dá também destaque à visão de Jorge Borges de Macedo, que retira a ênfase da questão identitária e a coloca no interesse geoestratégico que Portugal representava para Europa Central face ao poderio da Espanha imperial, sendo do interesse daquela que Portugal se mantivesse independente, um interesse que tinha várias razões, porventura sobretudo económicas e militares (cf. *ibidem; ibidem*). Já Alexandre Herculano aponta três causas para tão grande declínio em tão pouco tempo. A saber: fidalguia empobrecida; absolutismo régio; e ferocidade inquisitorial (cf. *ibidem; ibidem*).

Por sua vez, em 1871, Antero de Quental identificou as principais causas da nossa decadência como sendo três, em igual número de áreas vitais da vida humana – pensamento, política e economia – e que passaram por aquilo que ele considera como uma rejeição peninsular do espírito moderno (cf. Quental, 2010 [1871]: 67), que nos alheou dos factos civilizadores (liberdade moral, classe média e indústria) que que avançavam nas principais nações europeias. A primeira prende-se com a transformação operada pelo Concílio de Trento no catolicismo, que surgiu como resposta à fratura ocorrida no âmago do cristianismo causada pela reforma, impulsionada pelos países do norte da Europa. Aliás, Quental é rigoroso no deslindamento das diferenças entre cristianismo, que ele define como a revolução do mundo antigo (cf. *idem*: 68), e o catolicismo; o primeiro tido como um sentimento, o segundo como uma instituição (cf. *idem*: 29). Para Quental, esta instituição, fortemente influenciada pelos jesuítas, desempenhou um papel nuclear na obliteração da liberdade moral, que ele considera que os países do norte conquistaram pela reforma ou pela filosofia, e que incorpora uma dimensão moderna de individualismo, apelando à liberdade das consciências e a uma relação direta com o divino: assim, não só nos vimos alheados desta nova liberdade moral, como, por outro lado, nos vimos alvo da reação a esta nova liberdade moral, ditada pelo Concílio de Trento, e que passou por um absolutismo espiritual – um esmagamento da razão humana e do livre pensamento, agora tidos como um crime contra Deus (cf. *idem*: 26, 27). A segunda surge no seguimento da primeira, mas onde a primeira atuou sobre a vida moral, a segunda atuou sobre a vida política e social (cf. *idem*: 46). Quental considera que uma política local forte desempenha um papel fundamental na contenção do absolutismo, tal como acontecera nos séculos anteriores, funcionando como contraponto ao peso da coroa (cf. *idem*: 47). Assim, no século XVI, o absolutismo régio assenta sobre os destroços das instituições locais (cf. *idem*: 48), impedindo, por outro lado, a elevação da classe média, que ele considera “instrumento do progresso nas sociedades modernas, e directora dos reis, até ao dia em que os destronou” (*idem*: 27). Por fim, a terceira prende-se com o Império e com o empreendimento de conquistas longínquas. Quental estabelece uma

oposição entre conquista, que ele considera inimiga do trabalho e do comércio, e indústria, que ele considera o “verdadeiro fundamento do mundo actual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista.” (*ibidem*). Quental não deixa de reconhecer a intrepidez da alma peninsular, a qual, alimentada pelo fogo das paixões de fé e de lirismo, levou às conquistas. Todavia, tal como ele refere, o espírito guerreiro dos povos peninsulares estava deslocado dos tempos modernos: “Quem domina não é já a musa heróica da epopeia; é a economia política, Calíope dum mundo novo, se não tão belo, pelo menos mais justo e lógico do que o antigo. Ora, é à luz da economia política que eu condeno as conquistas e o espírito guerreiro.” (*idem*: 52). Assim, Quental considera que o espírito da idade moderna é o do trabalho e da indústria – produzir e não guerrear –, criticando paralelamente o esbanjamento das riquezas extraídas do Império (cf. *idem*: 53-54). Tal como ele diz: “Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre!” (*idem*: 20). Antero de Quental considerava que foram estas três causas que originaram todos males do Portugal de então. Não que ele defenda que elas se fizessem então sentir da mesma forma ou com a mesma força, mas os seus efeitos persistiram e era a eles que se deveria creditar o sentimento de decadência (cf. *idem*: 63). Tal como ele diz: “As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.” (*idem*: 65). Assim, ele defendia a necessidade de uma revolução; para Portugal reentrar novamente na Europa, era preciso romper com o passado (cf. *ibidem*), abraçar sem reservas o espírito moderno (cf. *idem*: 67).

Considerando todas as visões em conjunto e individualmente, Miguel Real defende que todos têm razão, que todas as análises aqui elencadas são válidas (cf. Real, 2011a: 157; 2012: 77). Desta forma, considerando-as globalmente, Miguel Real subscreve a posição de António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva (cf. Hespanha & Silva, 1993), quando estes “remetem para o século XVII o início da questão da interrogação sobre o sentimento da identidade nacional de Portugal, evidenciado como problema histórico.” (cf. Real, 2011a: 157; 2012: 78).

Uma outra visão relevante neste ponto, com a qual Miguel Real dialoga (cf. Real, 1998), é a de António José Saraiva. Saraiva vê a decadência, segundo ele instaurada por Antero de Quental (cf. Saraiva, 1981: 122), como um «contramito». Saraiva justifica a escolha deste termo da seguinte forma:

Chamo a esta ideia de «decadência» um contramito, em primeiro lugar porque se opõe deliberadamente ao mito da Cruzada [por ele considerado o mito fundador de Portugal]; em segundo lugar porque pretende não ser um mito, mas uma expressão racional da realidade; em terceiro lugar porque não tem a função de justificar e motivar a acção

colectiva. Ela é antes de mais a expressão de uma ausência de ideal, da incapacidade de dar um sentido à vida colectiva, contra a qual reagiram alguns homens, como António Sérgio, e alguns movimentos, como o Integralismo Lusitano e o Salazarismo. (*idem*. 122-123).

Desta forma, para Saraiva, a ideia de decadência apresenta-se como um «contramito» que preenche o mesmo espaço anteriormente ocupado pelo mito da Cruzada, funcionando aliás como a manifestação dessa ausência, o próprio “vazio” (cf. *idem*. 123). De resto, Saraiva divide a nossa história em dois grandes segmentos. Um vai desde a fundação até ao século XVIII, propulsionado pelo mito da Cruzada, o outro desde então até ao presente, revelando “sobretudo que o mito europeu e «burguês» do Progresso não vingou em Portugal a não ser como ideologia particular de certos grupos profissionais e políticos” (*ibidem*).

1.4.3. O século XVII

O século XVII constitui-se como o século que mais destaque recebe na análise de Miguel Real. Ele considera este como o mais espiritualista de todos os séculos portugueses (cf. Real, 2012: 93). “Com efeito,” diz Real,

quando na Europa Central se afirmara a instauração do racionalismo pertinente à Revolução Científica do século XVII, em Portugal, entre os finais do século XVI e a tomada de posse de D. João V, em 1705, assiste-se, contrastivamente, à hegemonia esmagadora do vector social religioso na mentalidade colectiva portuguesa, gerando e hipostasiando as vertentes culturais messiânica, fatalista e providencialista e apostrofando, mas não anulando, as restantes vertentes, nomeadamente a tradição historiográfica e a vertente científica, forçando a mentalidade colectiva portuguesa a assumir-se como eminentemente religiosa. (*idem*. 85).

Pós-1640, o pensador português identifica um Portugal alinhado numa linha fortemente nacionalista e providencialista e, portanto, exterior ao movimento europeu de ideias (cf. *idem*. 76). No entanto, Portugal, no século XVII, tanto se envolve no jogo europeu como se nacionaliza, e isto acontece por motivos da sua própria sobrevivência como nação independente (cf. *idem*. 78). Assim, Miguel Real sintetiza a visão global das relações entre Portugal e a Europa no século XVII em três conceitos: nacionalismo (alimentador da luta pela independência); decadência (surgida do forte contraste com os países da Europa Central); e providencialismo (nascido do cruzamento dos dois conceitos anteriores) (cf. Real, 2011a: 158; 2012: 78). O providencialismo aparece, desta forma, destacado como um cruzamento de nacionalismo e decadência, um mecanismo de compensação que se alimenta da exaltação de um Portugal ideal, que fora construído no passado, em

oposição a um presente decadente, bem como de os olhos postos num futuro que se queria novamente glorioso. Neste ponto, Miguel Real destaca a obra de padre António Vieira que, segundo ele, “estabelece o fio de continuidade histórica entre o passado da comunidade, excelso, e o seu futuro, de novo glorioso (a visão messiânica de Portugal), após o momento de decadência entre 1580 e 1640.” (Real, 2012: 78).

Miguel Real defende também que no século XVII Portugal oscila entre três visões do mundo supremamente conflituosas. A primeira advém do legado do pensamento racionalista e da visão prático-empiricista do mundo. A segunda da pressão do novo racionalismo e empirismo europeus. E a terceira do providencialismo messiânico da Igreja e do Estado (cf. Real, 2011a: 159-160; 2012: 80-81). Todavia, ele dá especial destaque ao providencialismo messiânico. Real considera-o como resultado de um cruzamento entre o nacionalismo anticastelhano e o sentimento de decadência face a França, Inglaterra e Holanda (cf. Real, 2012: 79).

Posto isto, Real defende que os 60 anos de monarquia dual e os 28 de guerra causaram o esgotamento do modelo cultural ibérico-castelhano, assistindo-se, “a partir do reinado de D. João IV, à sua crescente substituição por uma evidente atração pelo complexo cultural Paris-França.” (Real, 2012: 79). De facto, continua Miguel Real, “no século XVIII, a França possui já uma absoluta influência sobre os costumes sociais e a cultura portuguesa” (Real, 2011a: 159; 2012: 79-80), o que levaria Almeida Garrett a declarar, em 1830,

Ponde os olhos no povo francez, no grande-povo, no povo modello dos outros povos; e vereis quanto póde a so, desajudada e desarmada fôrça de uma nação que ousa querer, e fortemente sabe querer ser livre. Imitae-a n'essa deliberada e resoluta vontade; imitae-a em seu valor na peleja, em sua constancia quando vencida, na moderação quando vencedora. (Garrett, 1830: viii).

E que mais tarde levaria também Eça de Queirós a dizer, com característica ironia, que “Portugal é um país traduzido do francês em calão” (Queirós, s/d: 813). De facto, a relação cultural de Portugal com a França foi sempre, tal como Eduardo Lourenço diz, uma relação de «comunicação assimétrica» (Lourenço, 1988: 127ff).

De resto, esta é também a visão de António José Saraiva. Diz Saraiva que desde a sua fundação o nosso corpo nacional era hispânico. Tal como ele diz, “Portugal nasceu dentro da Espanha” (Saraiva, 1981: 141). Só mais tarde, a partir do XVIII, se procedeu a uma mudança em prol da Europa transpirenaica: “É então que Portugal, ou pelo menos a sua *élite* intelectual, deixa de ser hispânico. A literatura passa a ser predominantemente francesa; a literatura, a música e o teatro, predominantemente italianos.” (*idem*: 152). De

facto, para Saraiva, há um antes do século XVIII e um depois. O nosso corpo cultural era hispânico, mas depois virou-se para a Europa transpirenaica, sobretudo para a França.⁸

Para Portugal, a Europa surge, desta forma, como oposição à Espanha, negativizando-a (Real, 2011b: 14). Esta transformação é decisiva. Todavia, Real considera que a opção pela França não foi voluntária, mas por necessidade no que à sua sobrevivência como nação independente disse respeito (cf. Real, 2012: 80). Foi assim que no século XVII se consolidou de um modo definitivo a rutura cultural da atração de Lisboa por Madrid/Espanha, erigindo-se pela primeira vez o eixo Paris/Londres como bússola orientadora do viver coletivo português (cf. *idem*: 81). No entanto, as razões de atração por cada um destes «complexos» eram diferentes. A atração pelo complexo Paris/França era cultural e política, ao passo que a atração pelo complexo Londres/Inglaterra era económica. Em suma, é desta forma, por efeito compensatório, que “no século XVII germinam *os alvares do mito da Europa* como lugar central do Progresso, que a política de Pombal consolidará e cristalizará no século seguinte.” (*idem*: 86).

1.4.4. Marquês de Pombal e a transformação nas relações culturais entre Portugal e a Europa

Miguel Real considera que com Marquês de Pombal se deram algumas transformações decisivas nas relações culturais entre Portugal e a Europa. Ele defende que, desde o consulado pombalino, a modernização europeia do país foi a ideologia que sustentou o Estado português, algo que se viria a prolongar até 1926: “uma ideologia europeia, baseada no progresso, na razão, estatuindo-se o Estado não só como motor da economia como, sobretudo, motor da totalidade da sociedade, transmitindo, através das instituições, uma mentalidade positivista e optimista, para a qual o futuro seria sempre melhor do que o presente e este superior ao passado.” (Real, 2015b: 132). Real considera que este período pode ser designado como o da modernização de Portugal, “interrompida em 1926 e suavemente retomada em 1945, mas só verdadeiramente concretizada em plenitude entre 1980 e o final do século.” (*idem*: 132-133). Ele defende que esta modernização assentou em quatro visões políticas fundamentais, que ele qualifica como “verdadeiros mitos orientadores transversais ao todo da sociedade”: 1) Mito europeu do progresso infinito; 2) Mito do Portugal imperial e da Lusofonia; 3) Mito da estabilização das instituições permanentes da sociedade portuguesa – Família, Língua e Forças Armadas; 4) Mito da identidade histórica de Portugal (cf. *idem*: 134-139).

⁸ A periodização proposta por Saraiva pode ser consultada em Saraiva, 1981: 153-154.

Real atribui grande importância ao papel desempenhado pelo Marquês de Pombal. Ele considera, todavia, que Pombal, ao contrário do que amiúde se professa, não praticou um puro iluminismo europeu: “O nosso iluminismo e o nosso racionalismo do século XVIII são profundamente católicos,” diz Real “e, em grande parte, conduzido por sacerdotes” (Real, 2007: 90). A expulsão dos jesuítas, em 1759, surge no seguimento da interferência política destes nos assuntos do Estado (cf. *ibidem*). Esta expulsão foi imitada em toda a Europa, primeiro na França (1764), depois em Espanha e Nápoles (1767), e finalmente em Parma (1769), até que se procedeu à extinção da Ordem de Jesus através de decreto papal em 1773 (cf. *idem*: 90-91). É neste período que se dá uma alteração radical no estilo de governação de Pombal. Depois de 1759, diz Real, “emerge um Pombal decidido a marcar a história de Portugal com o selo do vanguardismo racional, substituindo o país pelo Estado e o Estado pela pessoa do rei.” (*idem*: 91). Tal como diz o pensador português,

Pombal compõe os adereços e cria o cenário por que se deseja entronizado na História de Portugal, evidenciando de modo absolutamente radical os motivos que o levaram a agir, criando imagens hiperbólicas de vazio do reino de modo a legitimar o grau de violência e o vanguardismo das soluções porque pretende compensar a existência deste vazio, preenchendo-o com propostas inovadoras e europeias. (*idem*: 92).

A alteração no estilo de governação surge na sequência da observação da não existência de um Portugal europeu, moderno e progressista, ou, como sugere Real, através do empolamento dessa não existência, desse vazio, elegendo paralelamente os jesuítas como bode expiatório (cf. *idem*: 91). Assim, Real defende que a política pombalina pós-1759 corresponde a dois ditames que marcarão indelevelmente a cultura e a política nacionais: 1) o Estado é o motor da sociedade; 2) a sociedade move-se, não por reformas, mas por ruturas revolucionárias (cf. *idem*: 93). É por esta razão que Real identifica Marquês do Pombal como o criador do monstro do Estado (cf. *idem*: 95). E é desta forma que, pela primeira vez, “o Estado abafa de um modo total a influência predominante da Igreja na sociedade, (...) deixando as marcas que os liberais de 1820 e os maçónicos e positivistas de 1910 transformarão em caminho – caminho que Mário Soares e o Partido Socialista liminarmente recusaram em 1974/75.” (*idem*: 93). Este são os dois pontos que sintetizam e marcam o legado do Marquês do Pombal e que fizeram escola. Diz Real,

De D. Maria I a Mouzinho da Silveira, de Teófilo de Braga e Antero de Quental a Oliveira Martins, de Ferreira Deusdado a António Sérgio, de Oliveira Salazar a Álvaro Cunhal e Cavaco Silva, temos permanecido solidamente pombalinos, vendo no Estado, não o recolhido autor das regras, o fiscalizador da justiça e o operador da partilha,

derradeiro porto de abrigo de infelicidade própria ou pobreza alheia, mas o salvador da sociedade, o motor da economia, o distribuidor-mor da riqueza, em suma, o dedo demonstrador do sentido clarificador da História. (*idem*: 94).

De forma significativa, foi também desde o consulado pombalino que a “bitola europeia” passou a ser “o nosso supremo critério de medida do progresso, como se obrigatoriamente o nosso estádio de desenvolvimento tivesse que ser igual ao da França e da Inglaterra e não constituísse o nosso estatuto histórico, desde o século XVI, vivermos num estádio anterior” (*idem*: 94-95).

Miguel Real subscreve a visão do Marquês do Pombal como um reformador. E se na ação deste identifica falhas, tal deve-se apenas a uma questão de desproporcionalidade. O Marquês do Pombal, diz Real, “rompendo o equilíbrio de estruturas duradouras, balanceou a sua acção para o extremo do excesso de Estado, assim preenchendo magicamente o vazio de uma sociedade inerte e desorganizada, e, por isso, só por isso, falhou rotundamente” (*idem*: 95).

1.4.5. O nascimento da liberdade intelectual em Portugal

“Com o século XIX,” diz Miguel Real,

chega o individualismo, a consciência mercantil do mundo, a apologia da verdade racional, burguesa, o constitucionalismo liberal, mas também o panegírico da sensibilidade, que o romantismo exaltará (Almeida Garrett e Alexandre Herculano), a aplicação da ciência económica aos campos (Júlio Dinis), a crítica da consciência burguesa, seja ao seu espírito (Eça de Queirós), seja aos seus limites (Antero de Quental e Teófilo Braga). (Real, 2011a: 245)

O romantismo dará continuidade à tradição lírica e espiritual da cultura portuguesa, ao passo que o positivismo e o realismo farão o mesmo com a tradição da crónica de costumes; ambos modernismos, salienta Real, com origem no estrangeiro (cf. *ibidem*). Assim, Portugal torna-se ora exaltado – o romantismo –, ora científico – o positivismo e o realismo (cf. *ibidem*). Miguel Real defende também que a liberdade e o progresso industrial e tecnológico revolucionaram as estruturas culturais e a mentalidade social de Portugal (cf. *ibidem*). Em 1821, com a abolição formal do Tribunal do Santo Ofício e eliminação do *Index Censurum* e do «rol» dos livros proibidos pela Real Mesa Censória, diz Real, “nasceu a liberdade intelectual em Portugal” (*idem*: 247), que viria a ser temporariamente interrompida durante o Estado Novo. As ideias liberais tinham

chegado com as Invasões Francesas, o que levou a um «francesamento» das instituições e dos costumes (cf. *idem*: 246). No entanto, refere Real, com

uma forte passividade dos sectores aristocráticos, mesmo evidente colaboracionismo, a Igreja e a população, aliados dos ingleses, não aceitaram os novos ventos políticos e sociais, levantando a resistência possível contra a França. Paradoxalmente, enquanto D. João I se aliava à Inglaterra no Rio de Janeiro, abrindo os portos do Brasil à inimiga da França, o Portugal europeu era invadido por uma onda de francesismo, criando as condições conjunturais propícias da Revolução de 1820 e a instauração do liberalismo constitucional. (*ibidem*).

A principal ilação a ser daqui retirada é que a primeira aparição da liberdade em Portugal não se constituiu como endógena à cultura portuguesa (cf. *ibidem*). Isto, claro, representou um problema:

não só a liberdade nos veio de forma como nos foi imposta com carácter de urgência, por via de invasões (francesas), ocupações militares (Inglaterra), perda de soberania (para Inglaterra) e revoluções (o constitucionalismo de 1820), tendo-nos custado, posteriormente, não só um desequilíbrio governamental até à Regeneração de 1851 como uma violentíssima Guerra Civil, que lançou absolutistas contra liberais em cada povoado ou aldeia. (*ibidem*).

Não é, portanto, de admirar que a liberdade tenha custado a ser implantada constitutivamente em Portugal, gerando um século XX com mais de meio século de ditadura (cf. *ibidem*).

1.4.6. A morte de Portugal

Miguel Real considera que a construção do Estado português moderno falhou e que esse falhanço ficou provado através do *Ultimatum* de 1890 (cf. Real, 2007: 103). Culturalmente, o século XIX português terminou em 1890 (cf. Real, 2011b: 17). O Portugal de 1890 era já um “país morto, culturalmente falhado” (Real, 2007: 103), imitador do que vinha de fora, dependente em relação à Europa, tanto em termos culturais quanto em termos económicos (cf. *ibidem*). Tal como Eça de Queiroz escreve em *Os Maias*, pela voz de Ega: “(...) se não aparecem mulheres, importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilos, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete.” (Queiroz, 1888: 89). “Lisboa,” diz Miguel Real,

tomara-se numa cidade pastiche de Paris, dos bolos aos chapéus, das fachadas dos prédios à decoração das montras, criara-se culturalmente a ideia entre os assalariados, a pequena burguesia do comércio e os

administrativos da província, nas décadas de 1880 a 1890, que, se a monarquia e as forças sociais por ela tradicionalmente representadas fossem ultrapassadas pelo «progresso civilizacional», seria possível Lisboa tornar-se Paris e Portugal a Europa. (Real, 2011b: 20).

A partir de 1891, diz Real, “a auto-representação de Portugal transformou-se radicalmente, revendo-se na imagem de um povo abnegado e trabalhador suportando à ilharga uma elite político-económica medíocre.” (*idem*: 18).⁹ Real identifica o momento do suicídio de Antero Quental, num banco de jardim, como simbolizando a constituição da “autoconsciencialização da comprovação definitiva de Antero da impossibilidade de regenerar Portugal” (*idem*: 279), simbolizando também, paralelamente, o esgotamento histórico de Portugal. De 1890 a 1980, Portugal “habitou o fundo dos fundos da Europa” (Real, 2007: 101); face à comunidade internacional, era um país que existia apenas no mapa. De resto, este é talvez o período histórico cuja marca deixada no Portugal contemporâneo mais facilmente se faz notar. Em 1974, recordemos, a taxa de analfabetismo rondava os 50% (cf. *ibidem*) e a distância cultural e económica para os países da Europa Central era abissal.

Real considera, em suma, que Portugal “tem sido palco de um vasto teatro onde conflituam, em luta de morte, vanguardismos milenaristas com modernismos europeus” (Real, 2011b: 17) e que, entre 1926 e 1974, se travou a mais cruel luta entre dois destes vanguardismos: de um lado, o vanguardismo nacionalista-cristão; de outro, vanguardismo racionalista marxista (cf. *ibidem*). Ao longo do século XX, Miguel Real identifica a predominância do vanguardismo conservador português, uma mescla de messianismo, providencialismo, nacionalismo e patriotismo que foi acolhido em três instituições poderosas, o Estado, e Igreja e a Universidade, as quais, considera Real, “historicamente, não podem deixar de arcar com as culpas da decadência recente de Portugal, mantendo-o num estado de miséria económica, ignorância cultural, passividade científica, credulidade supersticiosa e acriticismo social.” (*idem*: 15). Estas três instituições, diz Real, “constituíram uma autêntica feira popular de esmagamento da razão crítica” (*ibidem*). Real toma a Igreja, em particular, como alvo das suas considerações. “Do ponto de vista cultural e intelectual,” diz Real, “difícilmente uma instituição da sociedade civil terá feito tão e vasto mal a um povo quanto a Igreja Católica o fez ao povo português, decapitando-lhe, literalmente, toda a pulsão crítica, tomando-o um dos mais servis e manhosos entre os povos europeus.” (*idem*: 22).

Por mais do que uma vez, Miguel Real destaca o período de 1580 a 1980, 400 anos que ele sintetiza da seguinte forma: muito Estado (cf. *idem*: 125; 2012: 65). 400 anos em que todo o dinamismo da sociedade

9 A figura do Zé Povinho é citada por Miguel Real como sendo um bom exemplo desta percepção.

portuguesa foi sugado pela Igreja e pelo Estado (cf. *ibidem*, *ibidem*). 400 anos em que veio ao de cima o pior que Portugal ofereceu ao mundo, que Real elenca em cinco pontos: 1) o centralismo mais conservador – asfixiando o todo da sociedade, gerando uma cidadania de forte dependência do Estado; 2) a Igreja mais ignorantemente fanatizada, confundindo devoção com superstição (como os séculos XVI a XVII experimentam com o Tribunal do Santo Ofício e como o século XX experimentou em Fátima); 3) o desnível económico e preconceituoso mais fundo entre classes e grupos sociais, condenados a um divórcio histórico entre as elites e a população; 4) a universidade mais mentalmente decapitada (até ao 25 de Abril de 1974); 5) o povo mais rude, ignorante e crédulo. Real define estes como os cinco grandes pecados da cultura portuguesa, de que o Portugal pós-25 de Abril se começou a libertar (cf. *idem*: 125-126; *idem*: 66), “assumindo para si o espírito aberto, relativista, crítico, céptico, igualitário, descentralizador, laico, cosmopolita e cultor, próprio da história da Europa Central.” (Real, 2012: 66).

2. Portugal e a Europa no presente

2.1. Breve história de um desencontro

Depois de vários séculos durante os quais germinou e frutificou em Portugal a ideia da Europa como tábua de salvação para o país, a Europa que Portugal vem encontrar é uma Europa historicamente esgotada. Dito de outro modo, a Europa com que Portugal sonhou já não existe. A Europa que hoje toma forma é uma Europa “imageticamente desequilibrada” (Real, 1998: 82); ou seja, a representação que a Europa faz de si mesma encontra-se inflacionada, é superior ao que a Europa verdadeiramente vale. Assim, Real defende, a partir de Eduardo Lourenço, que “está a acontecer hoje à Europa o que a Portugal aconteceu há 400 anos” (*ibidem*). Isto é, também a Europa sofre de “hiperidentidade”, tratando-se, no caso da Europa, de

uma hiperidentidade que se manifesta duplamente: sabe-se a ela própria como mãe (e pai) da racionalidade científica, mas também sabe que estas ideias-chave são hoje universalizadas e defendidas, quase como uma bandeira religiosa, pelos Estados Unidos da América; sabe-se criadora e defensora dos Direitos Humanos, das Garantias Individuais constitucionais, da laicidade como projecto de vida, da separação entre o Estado e a Igreja, entre o Estado e a sociedade civil, mas vê-se hoje, fraca de meios, fraca de convicção, a defender-se na praça pública contra o fundamentalismo islâmico que a ameaça intramuros.¹⁰ (*idem*: 82-83).

É nesta Europa hiperidentitária que Portugal busca agora o seu sonho europeu, procurando, depois de vários séculos de loucura, ser normal. Diz Real que era sobretudo isto que Portugal queria, ser normal, esperando da Europa apenas a «normalização»: “Seremos normais, signifique o que significar esta palavra em termos comportamentais, quer dizer que não nos consideramos nem superiores nem inferiores a qualquer outra nação europeia.” (*idem*: 87). Real considera também, a partir de Eduardo Lourenço, que este “momento europeizante” do ser cultural português “estatuí-se historicamente como um grande momento de reconciliação connosco próprios” (*idem*: 88), apontando também para uma reconciliação entre as duas Europas (cf. *idem*: 88), o que não é um conseguimento de somenos, pois trata-se de uma aproximação que

10 As reações europeias a este fundamentalismo têm sido bastante diversas e esclarecedoras sobre o atual momento da Europa. Por um lado, assiste-se a reações extremadas, de fechamento e revivificação de nacionalismos populistas, mas, por outro, assiste-se também a uma tentativa da Europa de se penitenciar pelo seu papel na história, porventura tentando expurgar no presente todos os seus pecados históricos, tomando como sua a responsabilidade por todos os males do mundo – uma postura que não deixa de ser uma manifestação do complexo messiânico europeu, bem como uma inflação da sua importância como agente histórico no presente, isto é, uma manifestação da sua hiperidentidade.

ocorre depois de muitos séculos de afastamento. É neste sentido que Miguel Real defende a análise de Eduardo Lourenço quando nesta se fala da Europa como a «grande normalizadora»:

A reconciliação de nós connosco próprios via integração europeia, que aqui funciona como a «grande normalizadora» do nosso ser nacional, significa, antes de mais, que temos historicamente caminhado num espaço conflitual entre o modo como somos e o modo como imaginamos ser ou deveríamos ser. Existe, portanto, na alma de cada português, uma desproporção, uma clivagem, melhor, um duplo estado de espírito em que cada um sente o que ontologicamente é (pequeno país, pobre e carenciado país, recursos limitados, baixa qualidade de vida, forte ruralismo tradicional, incipiente indústria, frágil organização financeira nacional, hábitos passadistas, tecnologia nacional ínfima) e o que ele imagetivamente gostaria de ser (o mito do progresso, a tecnologia de ponta, solidez industrial e financeira, alta qualidade de vida a todos os níveis, hábitos cosmopolitas desinibidos). A esta dupla consciência que tem animado – e anima – a maioria dos portugueses –, que se pode sintetizar na diferença imaginária, em cada época histórica, entre a realidade e a ficção, é o que E. Lourenço designa por “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos” (*idem*. 90).

Miguel Real designa mesmo este “irrealismo” como uma “forma mentis” (*ibidem*), fazendo notar que alguns dos maiores pensadores portugueses não escaparam a esta condição (Agostinho da Silva, Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoaes).

É assim que se desenha um novo capítulo na história das relações entre Portugal e a Europa, e que é, no presente, a história de um desencontro com consequências que se viriam a provar trágicas para Portugal. Tal como diz Miguel Real, nós “tornámo-nos europeus no exacto momento em que este continente se abandonou a um plano inclinado decadentista, expressor de uma mortalidade anunciada a prazo” (Real, 2007: 23). A este estado da Europa, Eduardo Lourenço chama o *diminutio capitis* da Europa, sinalizando o fim da Europa como referente cultural de ressonância universal (cf. Lourenço, 2001: 133). Hoje, em vez do continente da liberdade, da democracia, da riqueza e do humanismo, a Europa é, em profunda contradição com o seu ser histórico, um continente periférico dominado por uma tecnocracia política (cf. Real, 2012: 106, 107). Ou seja, no justo momento histórico em que Portugal se torna de direito e de facto europeu, a Europa chega ao seu fim enquanto território poderoso (cf. *idem*. 106). “Foi azar,” lamenta Miguel Real, “apanhámos o comboio certo (a Europa) no tempo errado.” (*idem*. 107).

2.2. A decadência da Europa

Miguel Real defende que os feitos históricos da Europa não são valorizados como deveriam ser. Pelo menos, não existe um reconhecimento universal na proporção que estes impunham. Tal deve-se ao papel de subalternidade que a Europa desempenha hoje em relação aos Estados Unidos da América, sendo a Europa vista, após a II Guerra Mundial, como um mero “apêndice” dos EUA (cf. Real, 2012: 47). Este facto, por sua vez, obriga a uma reflexão sobre o que falhou na Europa. Segundo Miguel Real, o que falhou na Europa foi a revolução tecnológica. A Europa criou a primeira revolução industrial, partilhou a segunda – a da energia elétrica – com os EUA, mas, decisivamente, falhou a terceira – a eletrónica e informática (cf. *idem*: 47-48). Em termos de progresso tecnológico, “a Europa parou na II Guerra Mundial” (*idem*: 47). Desta forma, no presente, nós, europeus, consumimos sem ser criadores (cf. *idem*: 54). Por ter falhado a revolução tecnológica, a Europa encontra-se hoje bloqueada (cf. *idem*: 53-54). Posto isto, Miguel Real considera que o homem europeu se sente no presente dividido entre dois mundos, o que abandonou e o que não alcançou. Relativamente ao mundo que abandonou, o homem europeu sente culpa, muitas vezes esquecendo-se de que na construção desse mundo houve muito de bom; já quanto ao mundo que sonhou mas não alcançou, o homem europeu sente-se do mesmo “espoliado pelo seu irmão americano” (*idem*: 48). Por isso, Miguel Real considera que o hùmus da consciência europeia é hoje “o da impotência, o da incapacidade, ou, em palavras positivas, o da debilidade, da fragilidade e da fraqueza históricas” (*idem*: 49). Desta forma, ele conclui que o “continente criador da História sente-se hoje ferido pela mesma História.” (*ibidem*). Hoje, a Europa é um continente em acelerado processo de decadência, um projeto político que se encontra prisioneiro de uma ideologia tecnoburocrática, de forte pendor moral, castigadora até, e que é antidemocrática e cega na prossecução do destino que para si escolheu: a elevação do controlo das contas públicas a destino coletivo mitológico (porque ainda não atingido). Algumas reservas poderiam ser levantadas relativamente ao uso do termo «decadência» com referência à Europa. Como é óbvio, quando Miguel Real fala em decadência, um termo que está muito longe de ser neutro, este é usado de forma relativa. A Europa está em decadência em relação à sua história política e cultural. Mas, poder-se-ia ainda assim perguntar, será mesmo um momento de decadência? Não será apenas um pequeníssimo (na imensidão da história europeia) desvio de percurso ao qual será porventura exagerado chamar «decadência»? Nós colocámo-nos estas mesmas questões. A melhor forma que encontrámos para dar uma resposta definitiva a estas questões surgiu-nos através da tese de Vladimir Jankélévitch sobre a «decadência», quando este defende que “não existem conteúdos históricos que possam ser caracterizados como decadentes «em si mesmos». A decadência não está *in statu* mas *in motu*” (*apud* Calinescu, 1977: 140). Ou seja, tal como faz notar Matei Calinescu, a decadência não é uma estrutura; é uma direção ou tendência (cf. Calinescu, 1977: 140). Desta forma, consideramos a análise de Miguel Real

validada e o uso termo plenamente justificado.

Em *A Vocação Histórica de Portugal*, publicado em 2012, Miguel Real identificava o então Estado português como a “expressão ideológica desta nova Europa” (Real, 2012: 106), demitindo-se do seu papel histórico e constitucional de guardião dos direitos cívicos dos seus cidadãos, exigindo, por outro lado, deveres técnicos (cf. *ibidem*). Dito de outro modo, os problemas da Europa tornaram-se também os nossos problemas (cf. Real, 2015b: 87-88). Assim, tragicamente, o povo português, “um povo que na sua longa história nunca conhecera direitos de monta, logo que os alcançou, a seguir ao 25 de Abril de 1974, simulando-se parceiro definitivo de uma genuína consciência social europeia, logo lhes foram furtados em nome do rigor de um orçamento de Estado que sempre tem sido madrasto para as populações pobres” (Real, 2012: 107). Diz Miguel Real que se cumpriu, desta forma, o designio pessoano: “o nosso provincianismo consiste em estar, em viver, numa civilização, sem verdadeiramente fazer parte dela e do seu desenvolvimento” (Fernando Pessoa *apud ibidem*). De resto, Miguel Real considera que nada de original nasceu em Portugal nos últimos trinta anos, nada que pudesse ser encarado como um contributo português para a cultura europeia (cf. *idem*: 109).

2.2.1. Consolidação democrática

Do que de bom há a assinalar é que a consolidação da democracia portuguesa “e a impregnação no nosso tecido mental de hábitos de raiz europeia, enterraram definitivamente tanto a tentação de um pensamento absoluto aplicado ao todo da sociedade portuguesa quanto a canibalização das teses adversárias.” (Real, 2007: 100). De facto, Miguel Real defende que os avanços em Portugal têm acontecido “por via da Europa” (*idem*: 101). Pois bem, se é evidente que houve um desperdício dos recursos económicos proporcionados a Portugal por via da integração europeia,¹¹ o mesmo já não parece ser tão válido em termos culturais, principalmente no que se refere às novas gerações, que muito de urbano e europeu têm.¹² De resto, tal como referimos, Real considera que os feitos de Portugal nos últimos 30 anos não se devem exclusivamente a Portugal, e talvez não se devam em absoluto a Portugal, mas à Europa (cf. *idem*: 117). Portugal deve, assim, agradecer à contribuição europeia e aos políticos fundadores da democracia por não estar ainda pior (cf. *ibidem*), “nunca à patética e ignorante classe política que nos governa desde a década de

11 Boaventura de Sousa Santos considera que o desbarato dos fundos estruturais e de coesão europeus “constituiu a história mais secreta da corrupção em Portugal.” (Santos, 2011: 164).

12 Miguel Real parece augurar para esta nova geração um futuro diferente do das gerações anteriores, dizendo que esta nova geração em nada se distingue da geração europeia (cf. Real, 2007: 102), exceto porventura em termos de salários e qualidade de vida.

80, que trocou voluntariamente a aposta na competência técnica e cultural de cada português por mãos cheias de escudos e euros doados ao cimento, ao betão e à construção.” (*ibidem*). A verdade é que as coisas antes do 25 de Abril estavam tão más que qualquer melhoria introduzida se figurava logo como um salto gigantesco (cf. *ibidem*). Tal como diz Real, para “um país imóvel meio século, um pequeníssimo movimento sugere uma velocidade aceleradíssima.” (*ibidem*).

2.3. Portugal contemporâneo

Miguel Real considerava, em 1995, data de escrita do manuscrito de *Portugal: Ser e Representação*, que “[o]smosizar *lenteur* portuguesa e *vitesse* europeia é, ao fim e ao cabo, o grande desafio para a estrutura mental de cada português no final deste século, e do seu sucesso ou insucesso dependerá o modelo do nosso comportamento futuro.” (Real, 1998: 174). E deixava no ar algumas questões extremamente pertinentes: “Como outrora o fizemos por diversas partes do mundo, seremos hoje capazes de plasmar em nós o melhor que a Europa nos pode dar sem que para isso fiquemos esmagados em técnica de betão e alcatrão? Seremos capazes de adaptar à nossa generosidade e solidariedade vicinal [a *lenteur* atrás referida] a violenta concorrência comercial europeia e mundial [a *vitesse*]? Seremos capazes de aclimatar as modas intelectuais europeias sem perdermos o nosso lirismo de raiz? No próximo século teremos certamente as respostas” (*ibidem*), concluía Miguel Real. Essas respostas, abordadas longamente nos mais recentes trabalhos do autor, e manifestas nos acontecimentos desde então, são todas uma e a mesma: não.

2.3.1. Temos de falar sobre economia

Importa agora abordar qual a razão que Miguel Real apresenta para essa resposta ser «não». Para ele, este «não» deve-se à priorização errada, por parte do Estado português, de apenas um setor da sociedade, a economia,¹³ ignorando os valores culturais portugueses tradicionais, aos quais se deve tudo o que de bom conseguimos ao longo da história do país. “Desde a década de 1990,” diz Real,

13 Um parêntesis sobre a economia: se porventura parecer, tal como por vezes a nós nos parece, que ao falar do Portugal do nosso tempo se dá demasiado destaque à economia, então é porque esse destaque é inevitável. Considerar a cultura portuguesa coeva sem considerar a economia parece-nos o equivalente a considerar o século XVII português sem considerar o providencialismo. A economia é o terreno do combate ideológico, um campo de batalha onde o futuro de carreiras políticas é jogado em torno de uma subida ou descida de umas décimas do défice das contas públicas. É, portanto, através da economia que nos vamos fazendo e, por muito que isso nos desagrade, ao considerar o Portugal (e a Europa) de hoje somos obrigados a considerar a economia. Aliás, se há coisa que a mais recente crise conseguiu foi isto mesmo, pôr as nossas sociedades a falar a linguagem económica, algo que não é de somenos importância,

o aparelho de Estado, privilegiando exclusivamente um sector da sociedade – a economia –, desprezando fundo os valores morais e espirituais próprios da cultura portuguesa, tem gerado na mente dos portugueses uma representação parcial de si próprios, que, incapaz de se elevar à unidade de uma ideologia estruturada e consolidada, se caracteriza pela passividade cívica, compensada por uma hipervalorização do individualismo, assente na fórmula amoral do «salve-se quem puder». (Real, 2007: 18-19).

Ele identifica estes novos valores como originários de uma mistura de complexo pombalino com os valores do individualismo norte-americano, uma mistura que, a avaliar pelos seus efeitos, se poderia designar como explosiva. Assim, em profunda contradição com o ser cultural português, o projeto político português, diz-nos Real, caracteriza-se hoje, no início do século XXI, “pela exaltação unidimensional do homem técnico, o homem-eficiente, o homem-contabilista, o homem-robótico, desprovido de consciência histórica global, funcionado exclusivamente segundo o duplo horizonte de raciocínios técnicos quantitativos e consequentes objectivos.” (*ibidem*).

Algumas reservas poderiam ser levantadas acerca desta exclusiva responsabilização do Estado. Mas nós concordamos com a visão de Miguel Real. Portugal teve, desde a entrada na CEE, uma oportunidade única para desenhar um futuro próspero para o seu povo. Porém, a prioridade foi dada à economia, com pouquíssimo sucesso, tal como os acontecimentos da última década amplamente demonstram. Desta forma, paradoxalmente, Portugal hoje tem, por um lado, talvez as melhores estradas da Europa e, por outro, elevadas taxas de emigração e desemprego. O Estado, tal como vimos no primeiro capítulo, tem sido desde o consulado do Marquês de Pombal o motor da sociedade, e tanto mais o era na altura da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, pouco tempo depois de o país ter saído de quase meio-século de ditadura. Teria de ser o Estado a indicar o caminho para o país. As dinâmicas individuais, locais, regionais não tinham possibilidade de sozinhas fazer a diferença, por se encontrarem historicamente bloqueadas. No entanto, em vez de indicar o caminho e depois de ter priorizado exclusivamente um setor da sociedade, o Estado português transformou-se em anos recentes numa “máquina de extorsão colectiva” (Real, 2015b: 82), que rouba aos portugueses não apenas o produto do seu trabalho, mas também, e sobretudo, o seu excedente de esperança.

uma vez que, tal como John Lanchester (2014) refere, esta linguagem é muitas vezes opaca, tendo sido criada mais para ofuscar do que iluminar, por forma a cavar um fosso entre os que a dominam e todos os outros (cf. Lanchester, 2014: 2). Assim, mercados, défice, *rating*, papel comercial, emissões de dívida, mutualizações da dívida, juros da dívida, obrigações de dívida colateralizada, etc. – são tudo exemplos de palavras que fazem hoje, de forma deprimente, parte do nosso imaginário coletivo.

2.3.2. Revolução social negativa

Miguel Real considerava mesmo, em livro publicado em 2015, que vivemos “sob uma autêntica ditadura fiscal” (Real, 2015b: 12), com efeitos extremamente nefastos para a população portuguesa, bloqueando-lhe as iniciativas e exaurindo-lhe os esforços. Uma boa demonstração disto mesmo é o facto de a carga fiscal a que os portugueses foram sujeitos nos últimos anos ter sido “a maior carga fiscal de sempre na história do Estado português” (*idem*: 103). Dados recentes, ulteriores à data de escrita e publicação destas palavras de Real, assim o comprovam. Uma notícia do *Público*, de 12 de abril de 2016, confirma, através de dados da OCDE, que Portugal teve o maior aumento de carga fiscal sobre salários no ano anterior.¹⁴ De facto, Portugal foi, em anos recentes, alvo de uma “fanática política de austeridade” (*idem*: 46) e, de forma previsível, os que mais sofreram foram os mais vulneráveis, o que leva Real a falar em “revolução social negativa” (*idem*: 17).¹⁵ Ou seja, em nome da economia, a sua prioridade número um, o Estado falhou rotundamente no seu papel de guardião e instigador do bem comum. Previsivelmente, isso levou a uma quebra no «princípio de confiança» entre Estado e cidadão (cf. *idem*: 87). De resto, Real havia já anteriormente identificado uma profunda alteração na dinâmica das relações entre Estado e cidadão portugueses, ocorrida nas últimas décadas: “Se, desde o 25 de Abril de 1974, o Estado esteve, melhor ou pior, ao serviço do cidadão, a partir de finais do século passado evidencia-se que, por necessidades financeiras do Estado, o processo foi invertido: o cidadão encontra-se agora ao serviço dos interesses do Estado.” (Real, 2007: 24; 2012: 106). Perante isto, a resposta do povo português tem sido tragicamente inequívoca, a emigração (cf. Real, 2012: 107). Mas a emigração não é um fenómeno exclusivo do nosso tempo, nem mesmo do século XX. Tal como diz Miguel Real, desde o século XVII que Portugal é o campeão europeu da emigração forçada (cf. Real, 2011a: 125; 2012: 65).

2.3.3. O problema das elites

Uma constante no trabalho de Miguel Real é a forma como ele não poupa palavras na crítica que faz às elites, tanto portuguesas como europeias. Tal como referimos no primeiro capítulo, ele responsabiliza três

14 cf. <https://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-teve-o-maior-aumento-da-carga-fiscal-sobre-salarios-em-2015-1728790>, visto em 21/09/2016.

15 O caso do interior do país, ao qual Miguel Real presta bastante atenção, é quase chocante: “Com efeito, encerraram-se no interior do País cerca de 800 extensões de centros de saúde e cerca de 200 atendimentos permanentes ou de urgência básica e 1300 postos de Correios, bem como 3 em cada 4 escolas do ensino básico. É, de facto, uma profunda revolução social negativa, motivada, em grande parte, pela aplicação cega, inflexível, cruel e desumana de uma dose de medidas «seis vezes superior à dose indicada pela troika.»” (Real, 2015b: 17).

figuras históricas, as quais ele acusa de serem os culpados por Portugal se ter falhado a si próprio na aurora da modernidade, D. João III, D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique, (Real, 2011a: 124; 2012: 64-65). Desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, Real destaca o papel nocivo de Cavaco Silva, José Sócrates e Pedro Passos Coelho, considerando mesmo os dois primeiros como o par de dirigentes políticos “mais ignorante desde o período do Rotativismo” (Real, 2012: 49), cuja governação não só falhou no progresso económico do país, como atacou sistematicamente a população mais pobre, por um lado retirando-lhes direitos, por outro marginalizando-os, tarefa na qual foi imitado pelo “impiedoso” governo de Passos Coelho/Cavaco Silva¹⁶ (cf. *idem*: 49-50).¹⁷

A única constante que Real identifica nos vários governos desde a chegada ao poder de Cavaco Silva tem sido os dois milhões de pobres, que Real classifica corretamente como uma vergonha histórica (cf. *idem*: 50); uma constante que tem sido acompanhada, desde o início do século, pela implosão da classe média, que levou à criação de um “Portugal classista” (Real, 2015b: 76). Sobre Cavaco Silva, que ele considera ter sido péssimo primeiro-ministro e péssimo presidente da república (cf. *idem*: 120), Real diz ainda que foi responsável “por erradas opções políticas desenvolvimentistas e de apoio ao consumo que tornaram Portugal um dos países socialmente mais desequilibrados da Europa” (Real, 2012: 98), tendo privilegiado “a construção contra a formação, o consumo contra a produção e a ostentação individual contra a educação de valores” (Real, 2015b: 121). De facto, ele considera que foi com Cavaco Silva e com a sua trupe, na década de 90, que começou “o reino dos oportunistas, dos carreiristas, dos burocratas, dos dirigentes eticamente indiferentes para com o próximo” (*ibidem*).

No Portugal de 2015, Miguel Real identificava na sociedade portuguesa duas forças sociais (cf. Real, 2015b: 74ff); de um lado, as elites económicas e financeiras, políticas e administrativas: “É indubitavelmente a mentalidade ideológica desde sector populacional que, no poder ou na oposição, governa ou conduz hoje Portugal” (*idem*: 75); e, do outro, a maioria da população ativa e reformada:

16 Uma conta de paródia ao então primeiro-ministro Pedro Passos Coelho na rede social Twitter (https://twitter.com/Passos_PM) conseguiu capturar de forma notável o ambiente social e cultural que se viviam no Portugal de então, atribuindo a Passos Coelho um discurso do qual destacamos a denominação “cidadãos contribuintes” usada como termo genérico que o primeiro-ministro ficcional utiliza para se dirigir aos portugueses.

17 Vale a pena citar o que diz Miguel Real na sua extensão: “Quando Cavaco Silva chegou ao poder, havia dois milhões de pobres em Portugal, quando Sócrates chegou ao poder, os dois milhões de pobres permaneciam e quando Cavaco Silva se for embora, levado para o fundo do tempo pela História, os dois milhões permanecerão. Eis a síntese vergonhosa da história de Portugal desde a década de 1980, absolutamente contrária aos períodos de Marcello Caetano e Mário Soares/Sá Carneiro/Freitas do Amaral, de evidente prosperidade para os grupos sociais mais desfavorecidos e de criação de uma poderosa classe média, que Cavaco/Sócrates/Passos Coelho destruíram, acentuando de um modo infernal e terceiro-mundista a diferença entre grupos sociais mais ricos e mais pobres.” (Real, 2012: 50).

Para o segundo grupo social, socialmente desfavorecido, Portugal é hoje um autêntico inferno, dominado pela incerteza psicológica quanto a futuros empregos e à criação de uma sociedade estável e solidária, fortemente inseguro quanto a valores éticos sólidos e totalmente desprovido de esperança. Viver, para este grupo social maioritário, significa sobreviver permanentemente no fio da navalha. (*idem*. 78-79).

Uma pergunta pertinente neste ponto é: O que move os políticos atuais? O fanatismo em torno das finanças públicas não parece ter consequências políticas para os mesmos. Ainda que discordemos do rumo que eles têm dado ao país, tal como fazemos e tal como Miguel Real faz, seria de esperar que, digamos, um político como Pedro Passos Coelho, depois de priorizar fanaticamente o défice das contas públicas, e de falhar nessa priorização, se demitisse após esse falhanço. Mas isso não parece acontecer, pelo que claramente há aqui algo mais em jogo. Uma forma possível de explicar este estranho fenómeno português é através da tese da não-inscrição proposta por José Gil:

Tal ministro que se aproveita ilegalmente de uma lei para escapar ao fisco demite-se para voltar à tona incólume, meses ou anos depois; o escândalo que mancha a acção de um governante, longe de o afastar definitivamente da política, pode ser mesmo a ocasião para começar uma carreira com um futuro ainda mais brilhante (um posto mais bem remunerado ou com prestígio internacional, etc.). Nada tem realmente importância, nada é irremediável, nada se inscreve. (Gil, 2004: 17).

Se um acontecimento não se inscreve no sujeito nem na sociedade, então é como se ele não tivesse acontecido; e se é como se ele não tivesse acontecido, então não há responsáveis. A meta do défice não foi atingida? Não faz mal, não se inscreve, não fomos nós, foi a conjuntura internacional, foi o povo, foi a troika, etc. Posto isto, Miguel Real parece tocar num nervo quando refere que os políticos não mais se orientam pelo bem comum das sociedades que representam, “mas pela exclusiva ambição pessoal” (Real, 2012: 50), que, ao fundo e ao cabo, parece ser sempre o rosto que se esconde por detrás da máscara da ideologia. De facto, a não-inscrição, no nosso ponto de vista, relaciona-se de forma íntima com a priorização do interesse pessoal por parte dos políticos, isto é, aquela abre caminho para esta. Se não há responsabilização, então é muito fácil para um indivíduo amoral e sem escrúpulos trabalhar exclusivamente com o benefício próprio em mente. É por esta e por outras razões que Miguel Real considera que a política é hoje o “reino dos piores” (*ibidem*), não sendo já tida como vocação, mas como refúgio dos mediocres (cf. *ibidem*), uma possibilidade que Miguel Real e Manuel da Silva Ramos exploram com mordacidade em *O Deputado da Nação*, através da figura de Umbelino Damião; segundo o próprio, o único deputado que, na Assembleia da República, “dorme mas não ronca.” (Real & Ramos, 2016: 129). Real vai mesmo ao ponto de considerar esta elite portuguesa como

imoral e que, na sua imoralidade, coloca o próprio futuro de Portugal em causa. “Com tal elite imoral,” diz ele, “que se assenhoreou dos postos governativos e dos lugares do Parlamento, meras cabeças de rebanho, totalmente desprovidas de cultura histórica, Portugal não tem outro destino que seguir as soluções formatadas que fizeram da França, da Itália e da Inglaterra países hoje historicamente decadentes” (Real, 2012: 98).

De resto, o pensador português identifica uma continuidade histórica entre o Marquês de Pombal e os políticos de hoje, que, numa manifestação típica de complexo pombalino, prolongaram a sua política de concentração estatal, por um lado castrando o povo de iniciativa, bem-estar e esperança, e, por outro, transferindo para aquele a responsabilidade pelo falhanço do país que deveria ser sua. Diz Real que

as elites políticas portuguesas do século XXI, engenheiros e economistas ignorantes da história de Portugal, obedecendo reflexa e mecanicamente a modas internacionais, como se o Portugal de hoje fosse a Alemanha ou a Suécia de hoje, prolongam a política pombalina, acusando o povo – um povo com 800 anos de existência – de arcaico, incapaz, estúpido, “piegas”, envergonhando-se da nação genuína que comandam, estatuindo-a como supremo instrumento de entrave ao desenvolvimento do país, esquecendo-se (por ignorância cultural, por modismo europeu, por mimetismo americano – enfim, por infantilidade histórica) do importantíssimo papel do Estado na salvaguarda do futuro das populações do interior e dos mais de dois milhões de carenciados. (*idem*: 113).

Trata-se, assim, de um Estado, de uma elite que se demitiu do seu papel de instigadora do bem comum e protetora dos mais vulneráveis. Miguel Real considera também que a desconfiança das elites face à população é um dos maiores motivos do empobrecimento democrático que se vive atualmente em Portugal (cf. Real, 2015b: 29). Aliás, a recusa dos governantes em consultarem a população em matérias europeias é disso bom exemplo. De resto, ele encontra paralelos entre a crença atual na mão invisível de mercado – por parte dos políticos que, diz-nos Real, não são exatamente políticos, mas economistas, “os falsos profetas do século XXI” (Real, 2012: 100) – com a crença antiga que os nossos antepassados tinham na mão invisível de Deus (cf. *idem*: 113). E que melhor exemplo desta extraordinária mistura de economia e religião do que aquele que nos foi oferecido por Cavaco Silva, quando, em maio de 2013, o então Presidente da República disse que uma avaliação da troika, a sétima, tinha sido “inspiração de Nossa Senhora de Fátima”?¹⁸

Esta é, em suma, uma classe de dirigentes cujas políticas estão despidas de um sentido de transcendência, resumindo-se a “acentuar a vertente individualista e instrumental da educação e da

18 Cf. <https://www.publico.pt/politica/noticia/cavaco-afirma-que-a-setima-avaliacao-da-troika-e-inspiracao-de-nossa-senhora-de-fatima-1594398>, visto em 18/08/2016.

sociedade, gerando cidadãos unidimensionais, submetidos exclusivamente à onipotência do dinheiro e ao prestígio narcisista do poder, acentuando fortemente, desde a idade pré-escolar, os valores ligados à tecnocracia: a inveja, a cobiça, a ambição egotista, a manha, a dissensão.” (Real, 2012: 102). Assim, Real diz que é um novo Portugal que está a nascer,

sem sublimidade, sem espiritualidade, sem projecto superior às suas forças e à sua dimensão, o Portugal dos burocratas, dos técnicos, o Portugal dos engenheiros e dos economistas, o Portugal dos pequeninos, fundado no racionalismo tecnocrático, assente na onipotência do mercado e do dinheiro, activando ideias exclusivamente utilitárias (com estes homens, no século XV, nem a Madeira teríamos descoberto, nem Ceuta teríamos conquistado – os custos eram então, de longe, superiores aos benefícios imediatos, desconhecendo-se totalmente os benefícios futuros, a existirem), divulgando propostas soberanamente individualistas, um Portugal que – desossado de dignidade institucional, cata-vento que segue impulsos americanos (aprovação entusiasmada da Guerra do Iraque) ou chineses (recusa da recepção institucional ao Dalai Lama) – se submete a ventos internacionais dominantes, seguindo modas estrangeiras, incapaz de criar a sua própria personalidade. (*idem*. 103).

Ao se considerar o Portugal de hoje é frequente articular a crise portuguesa com a da Europa, como se esta última fosse a grande responsável pela crise que Portugal enfrenta. De facto, Real considera que a Europa é hoje dirigida por “políticos incultos” (*idem*. 49), que desconhecem o passado daquilo que representam e vivem obcecados pela economia, tratando as pessoas como meros números e estatísticas que são porventura mais bem analisados numa folha de Excel – uma estirpe de políticos que Miguel Real satiriza violentamente no romance *A Ministra* (Real, 2009) –, um facto que ele regista como sintoma da “absoluta desorientação europeia” (Real, 2012: 49). Porém, Miguel Real defende que a culpa não é da Europa, mas das elites portuguesas,

que nos últimos trinta anos promoveram uma autêntica razia dos valores tradicionais portugueses: a solidariedade substituída pelo individualismo; a cooperação substituída pela competição como valor económico absoluto; os valores da honestidade, da amizade, da lealdade, substituídos pela onipotência do dinheiro; os valores espirituais substituídos pelos valores económicos; a pessoa humana igualada à peça de uma máquina. (*idem*. 110-111).

A responsabilidade do falhanço de Portugal nas últimas décadas recai assim, na visão de Real, sobre as elites portuguesas, que ele considera terem agido sempre sem originalidade, imitando o estrangeiro (cf. *idem*. 113). Todavia, o problema das elites que Miguel Real identifica em Portugal é também por ele identificado na Europa. Ele vê os políticos europeus como orientados exclusivamente pela ambição pessoal, desprovidos de

vocação para o serviço público e sem vontade de ou capacidade para serem agentes instigadores e protetores do bem comum. De facto, ele considera que a política na Europa dos nossos dias “foi tomada de assalto pelo reino da mediocridade e alguns dos seus actores são tão mediócras que da sua mediocridade não têm consciência – são mediócras inocentes.” (*idem*: 50). Ele identifica desde logo uma ausência de líderes europeus que personifiquem a Europa como projeto cultural (cf. Real, 1998: 84). Convém recordar que a construção do projeto europeu esteve sempre associada a líderes cuja personalidade permitia uma identificação transeuropeia, como foram os casos de Jean Monnet, Winston Churchill, Jacques Delors ou Mário Soares.

Real considera, no entanto, que as elites não são muito diferentes dos cidadãos que representam. Ele vê o homem europeu desenraizado dos seus valores históricos (cf. Real, 2012: 50-51). Este caracteriza-se hoje, segundo Real, através dos seguintes quatro pontos. 1) Substituiu a «inquietação universal» pelo hedonismo e pelo materialismo. 2) Não tem certezas sólidas sobre nada que ultrapasse a dimensão pessoal do prazer e o conforto familiar, um relativismo que é acentuado pelos média. 3) Assenta todo o seu pensamento e toda a sua ação num sistema de verdades relativas, pragmáticas e materialistas, conjuntamente designadas por «inter ou multiculturalismo», segundo o qual todas as crenças são consideradas legítimas e verdadeiras desde que sustentadas na tradição cultural ou étnica. 4) Não possui valores transcendentais. (cf. *idem*: 51-2). “Desprovido de uma educação para os valores, para a espiritualidade, para a aceitação de uma transcendência superior ao individualismo e à massa,” diz Miguel Real, “o homem europeu deixou de sonhar para além da cumeeira da sua casa, construindo uma consciência sincrética, não unificada numa escala axiológica de base ética ou moral, na qual todos os valores são aceites no interior de uma individualidade e uma privacidade entendidas como soberanas.” (*idem*: 52). Desta forma, ele considera que o cidadão europeu dos nossos dias “é um cidadão conformista, acrítico, por vezes mesmo acéfalo” e que a Europa é “um continente cego guiado por políticos cegos” (*ibidem*).

2.3.4. Um novo sebastianismo

Miguel Real defende que foi com a riqueza proveniente do Império, restrita às elites (Real, 2011a: 48), que se cavou o divórcio entre elites e população – que 1820, 1910 e 1974 tentaram preencher (cf. Real, 2007: 37). De facto, a riqueza extraída do Império teve efeitos perversos na sociedade portuguesa, bloqueando à nascença qualquer tentativa de modernização industrial de Portugal, tal como se exemplifica através das intenções goradas do Conde de Ericeira em criar em Portugal um sistema de manufaturas (cf. *idem*: 36), mas

também pela transformação que efetuou na elite, que passou, quase da noite para o dia, de uma situação de fragilidade e pobreza para uma de riqueza e consumo desenfreado dos melhores produtos estrangeiros. O povo português, posto à margem desta nova riqueza, “sentiu que algo que pertencia a Portugal inteiro como país e nação era usufruído apenas pelas elites ligadas ao Estado” (Real, 2014: 27). Real associa a este sentimento o sebastianismo, que,

correspondendo a um fortíssimo anseio de justiça e riqueza, democratizou-se desde o século XIX, atingindo todas as camadas sociais não directamente beneficiárias dos privilégios e mordomias da elite política dirigente do Estado. Com efeito, cada português sente-se, em si, *incompleto*, irrealizado, guardando memória de um *inacabamento* essencial. A sua realização, identificada com a realização do País, deveria ter obtido cumprimento material completo no tempo forte do Império. (*idem*: 26-7).

A separação entre a elite e o povo ajuda, assim, a explicar o sebastianismo. Real destaca a importância e a pertinência do mito de D. Sebastião, no sentido em que ele transmite essa ideia de uma ausência sentida na consciência coletiva portuguesa, uma ausência primordial que ao longo da história tem estado sempre presente. Assim, para o pensador português, o mito de D. Sebastião não significa já ter esperança no regresso de D. Sebastião, mas “ter plena e real consciência de que o rendimento objectivo do trabalho diário e disciplinado não só não compensa, como todos os proveitos suplementares são extorquidos pela elite económica que deste vive” (*idem*: 14-5).

De resto, Real considera que existe um profundo equívoco na maneira como se tem interpretado o fenómeno do sebastianismo (cf. *idem*: 21). Este não se tem constituído exclusivamente como um negativo ponto de chegada; tem-se constituído também como um positivo ponto de partida, um motor ético de futuro, “que tem forçado, nos últimos 400 anos, cada português a agir, crendo que no seio da injustiça social geral propulsionada pelas elites que dominam o poder político e económico, algo (...) ou alguém (...) lhe alterará a sorte desgraçada, encaminhando-o para uma vida mais próspera.” (*ibidem*). Sob o ponto de vista da argumentação de Real, o falhanço histórico das elites portuguesas torna-se, assim, indissociável do sebastianismo – são faces de uma mesma moeda. E, deste modo, o sebastianismo funciona como uma força positiva, a qual, desde a segunda metade do século XVI, tem sido para o povo português o “*conatus* de força que impele à decisão de, mesmo em situação desesperante, como a actual, se tentar ser mais, tentar ser superior, tentar viver melhor, ainda que no estrangeiro.” (*idem*: 21-22). Apesar da oposição interna levantada pelas ideologias do poder, pelas leis, pela corrupção, pelo nepotismo, pelos concursos enviesados, apesar do bloqueio a que Portugal está sujeito, apesar disto tudo e contra as expectativas e porventura contra os desejos

secretos das elites manifestos no complexo pombalino, o povo português mantém ainda a crença numa vida digna e cheia de significado. O motor por detrás desta crença, desta força motriz, é o sebastianismo. “Assim,” diz-nos Real, “a crença sebastianista tornou-se a última esperança do português – contra ou paralelamente às elites reinantes, o sebastianismo aposta num recomeço, reconstruindo a vida bloqueada pelas políticas do Estado, acreditando que o futuro pode repetir o passado longínquo e a actual população ou os seus filhos (ainda) podem ser felizes.” (*idem*: 24).

2.3.5. Desigualdade – retrato de um país dividido

Outra questão importante repetidamente abordada por Miguel Real é a da desigualdade. A sociedade portuguesa é hoje uma sociedade empobrecida, com um cada vez maior fosso entre ricos e pobres, o que tem gravíssimas consequências, não só para o presente, em termos de coesão social, mas também para o futuro. Quem terá acesso à educação e à cultura? Quem terá acesso aos melhores cuidados de saúde? Quem terá oportunidade de construir uma vida digna, cheia de significado? O discurso sobre a desigualdade é um assunto premente. Tal como refere Boaventura de Sousa Santos no prefácio à 2.^a edição de *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*, os movimentos dos «Indignados» e do «Occupy» parecem ser fruto de uma ideologia inconsistente, um discurso demagógico baseado mais em teorias da conspiração do que em factos. Mas a ciência parece agora, finalmente diríamos, apostada em validar as ideias defendidas por esses movimentos (cf. Santos, 2011: 9). Um bom exemplo disso mesmo é o caso de Thomas Piketty, que demonstra, através de um trabalho de fundo, que a principal força desestabilizadora que as nossas sociedades enfrentam prende-se com o facto de o rendimento do capital ser superior ao da produção e trabalho. Assim, uma vez constituído, o capital reproduz-se a si próprio, perpetua-se, num movimento que é historicamente mais rápido do que aquele que produção e trabalho conseguem. Desta forma, não só se cria a desigualdade como, paralelamente, se derruba os pressupostos da ideologia vigente, a qual versa que toda a gente consegue ter uma vida próspera através do trabalho ou da iniciativa individual, fazendo também, tal como refere Piketty numa formulação feliz, com que o passado devore o futuro (cf. Piketty, 2013: 648). Piketty diz que esta era a norma até à I Guerra Mundial, a qual foi colocada em causa durante o século XX por causa das duas guerras mundiais, que colocaram o até então estado de coisas em causa, reduzindo significativamente o rendimento do capital e assim criando a ilusão de que esta fundamental contradição estrutural do capitalismo tinha sido superada (cf.

ibidem).¹⁹ Através de Piketty e da publicação de *Le Capital au XXI^e siècle*, em 2013, a questão da desigualdade cristalizou-se em definitivo na consciência europeia. Mas antes disso também já Miguel Real pertinentemente a abordava. Real considera que a desigualdade que grassa na sociedade portuguesa é, no presente, o que nos aproxima de Brasil, Argentina e Índia e nos separa dos países europeus (cf. Real, 2012: 98-99; 2015: 92). “Da classe média,” afirma Real, “nada se diz porque não existe: padrão específico do Terceiro Mundo, não da Europa.” (Real, 2015b: 90). De facto, hoje temos em Portugal uma classe média que abrange cerca de 15% da população, em oposição a uma média europeia de cerca de 60% (cf. Real, 2012: 99). A desigualdade que assola Portugal resulta das políticas dos últimos 30 anos, assentes mais na construção e no consumo do que na formação e na produção (cf. *ibidem*), sendo fruto da ideologia sem rosto nem personalidade que impera na Europa e, portanto, também em Portugal (cf. *ibidem*).

Esta ideologia sem rosto nem personalidade que impera no continente europeu é o neoliberalismo. Tal como George Monbiot refere, o neoliberalismo infiltrou-se de tal forma nas nossas vidas que nós raramente o reconhecemos como ideologia e parecemos aceitá-lo como uma força neutra, quando, na verdade, ela surgiu como uma tentativa consciente para transformar a vida humana e mudar o *locus* do poder (cf. Monbiot, 2016: 7). Num artigo no jornal britânico *The Guardian*, Monbiot vai mais longe e considera que o seu anonimato é ao mesmo tempo sintoma e causa do seu poder, um poder cuja ação ele identifica em e associa a acontecimentos recentes, tais como a crise económica internacional de 2008, a «offshorização» do capital, o paulatino colapso dos sistemas públicos de saúde e educação, a destruição do sistema ecológico, a ressurgência da pobreza infantil ou a ascensão do «nacional-populismo» (termo nosso), expresso, por exemplo, no fenómeno Trump.²⁰ O neoliberalismo é o monstro que caminha anónimo entre nós. Real presta-lhe muita atenção, mas só num dos seus trabalhos mais recentes (Real, 2015b) o nomeia diretamente, associando a ação do anterior governo PSD/CDS-PP, encabeçado por Pedro Passos Coelho, a uma prática

19 Como medida para combater este facto económico, Piketty propõe a taxação progressiva do capital, que segundo ele permitiria o combate à desigualdade (cf. Piketty, 2013: 649), o que por sua vez levanta outras questões relativamente à mobilidade do capital, das quais Piketty está ciente. Por isso, ele defende que são necessários elevados níveis de cooperação internacional e de integração política regional. Ou seja, a forma até agora usada para atingir compromissos sociais idênticos a este não mais é válida, uma vez que uma medida como a taxação progressiva do capital não está ao alcance do estado-nação (cf. Piketty, 2013: 649). Esta posição é também defendida por Richard Rorty. Em “Globalization, the Politics of Identity and Social Hope” (*in* Rorty, 1999), o filósofo norte-americano defende que a ausência de um governo ou sociedade política global faz com que os super-ricos ajam sem qualquer outro motivo que não seja o interesse próprio (cf. Rorty, 1999: 233). De resto, as recentes polémicas internacionais envolvendo fugas de informação de várias *offshores* demonstra muito bem as dificuldades que neste momento as nossas sociedades enfrentam no que à resolução deste problema diz respeito. Aliás, a propósito dos «LuxLeaks» e dos «Panama Papers», Thomas Piketty escreveu recentemente que nos podemos congratular por os jornalistas estarem a fazer o seu trabalho. O problema é que os governos não estão a fazer o seu. Desde a crise de 2008, nada tem sido feito para resolver a questão (cf. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/09/panama-papers-tax-havens-thomas-piketty>, visto em 04/10/2016).

20 cf. <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>, visto em 05/10/2016.

política que, segundo ele, demonstra, “de um modo tão explícito como nunca houve em Portugal, a adesão a um neo-liberalismo global que deposita o País nas mãos de um mercado financeiro totalmente desregulado.” (*idem*: 46-47). De resto, tal como refere Monbiot, o neoliberalismo vê a competição como a característica definidora das relações humanas, redefinindo os cidadãos como consumidores que praticam as suas escolhas democráticas através de atos de compra e venda, num processo que premeia o mérito e castiga a ineficiência; para os crentes do neoliberalismo, o mercado oferece benefícios que jamais poderiam ser obtidos através do planeamento estatal. Monbiot diz também que nós interiorizamos e reproduzimos os credos do neoliberalismo. Os ricos convencendo-se que a sua riqueza foi conseguida exclusivamente através do mérito, esquecendo fatores tais como educação, classe ou herança; ao passo que os pobres se culpam a si próprios pelo seu falhanço, mesmo quando este estava à partida traçado. Num mundo destes, verdadeiramente distópico e desigual, as pessoas passam a ser definidas em duas grandes categorias, vencedores e falhados.²¹

O diagnóstico que Real faz da sociedade portuguesa é o de uma sociedade profundamente dividida. Ele considera que socialmente, em Portugal, tudo se encontra desequilibrado (cf. Real, 2012: 115). De um lado, os ricos, cada vez mais ricos, do outro, os pobres, cada vez mais pobres; de um lado, os que enriquecem facilmente através de artimanhas bancárias, do outro os que, muitas vezes através das simples circunstâncias do seu nascimento, se veem condenados a uma pobreza permanente (70% da população); de um lado hedonistas, do outro, estoicos à força (cf. *idem*: 114, 115).²² De facto, em Portugal, um quarto da riqueza encontra-se hoje na posse de 1% da população, detendo 5% desta quase 50% da riqueza total (cf. Real, 2015b: 51). “Entre estes extremos sociais,” diz-nos Real,

pulula o *oportunismo* (a inscrição no Partido Socialista ou no Partido Social Democrata, não por convicção, mas para subir na vida), o *compadrio* (a cunha do pai ao amigo para empregar o filho), a *esperteza saloia* (a ocupação de cargos económicos pelos políticos; a abertura de concursos públicos à medida de um concorrente), o *chico-espertismo* (o servilismo perante o superior; os negócios por baixo da mesa). (Real, 2012: 115).

21 cf. <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>, visto em 05/10/2016.

22 Um exemplo pertinente citado por Miguel Real é o do sistema de saúde. Numa altura de desinvestimento no sistema público, o seu homólogo privado tem crescido progressivamente nos últimos anos. Em 2014, apesar da crise, crescia entre 15 a 20%. Simplificando ao extremo, o que acontece é que hoje, em Portugal, quem tem dinheiro (ou seguro de saúde, ADSE, etc.) recorre aos hospitais privados, ao passo que os mais pobres e vulneráveis, como sempre, se veem confinados aos hospitais públicos, onde pagam cada vez mais por serviços que são hoje, comparativamente há uma década atrás, alvo de menos investimento público e, portanto, previsivelmente de menor qualidade. Por outro lado, os portugueses gastam mais com a saúde do que os seus congéneres europeus, quase o dobro da média europeia. Miguel Real diz mesmo que é já inadequado falarmos num sistema nacional de saúde gratuito ou tendencialmente gratuito. Os portugueses pagam hoje mais, por menos; pagam através de impostos e voltam a pagar quando precisam de serviços de saúde. É assim que se vai ganhando forma uma sociedade com dois sistemas de saúde, um para quem tem mais rendimentos e outro para a população mais pobre, a maioria da população (cf. Real, 2015b: 40-42).

“Uma sociedade tão profundamente desequilibrada,” conclui o pensador português, “deveria conduzir a revoltas sociais aceradas.” (*ibidem*). E talvez seja esse o futuro que nos aguarda. Entretanto, Portugal é hoje “um país do qual só apetece emigrar” (Real, 2015b: 79). E Real diz que é isso mesmo que os melhores fazem,²³ conscientes de que em Portugal ninguém enriquece a trabalhar (cf. Real, 2012: 116), ao passo que os que ficam “caminham para a não-existência, o «nada» português de que falava a Marquesa de Alorna, uma existência sem outro sentido que trabalhar para comer e comer para trabalhar, o futebolzito ao domingo para acordar os nervos e sentir-se vivo, sonâmbulo mas vivo.” (*ibidem*).

2.3.6. Sonambulismo

Miguel Real considera que uma situação de tão grande injustiça, desigualdade e incompetência das elites deveria conduzir a revoltas. O facto de tal não ter acontecido, com algumas exceções, leva à ideia do sonambulismo (cf. Real, 2015b: 16-17). Ele identifica o sonambulismo – um estado de não reação, de passividade, de resignação – como a “característica principal da consciência do cidadão português dos nossos dias” (*idem*: 16), resultando do choque traumático gerado por um duplo movimento de forças sociais. Em primeiro lugar, o choque cultural, económico, político e social que surgiu através da modernização europeia de Portugal desde a entrada do país na Comunidade Europeia, altamente positivo, mas que foi contrabalançado pela reversão imposta, em anos recentes, a qual reenviou uma proporção significativa da população para o estádio social em que se encontrava na altura da entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Em segundo lugar, e simultaneamente, a imposição pela Europa da política «austeritária» levou a uma redefinição da visão da Europa como espaço comum cuja base assentava no progresso económico e no bem-estar e qualidade de vida das populações (cf. *ibidem*). Temos, desta forma, o sonambulismo como um estado que deve tanto a Portugal como à Europa, isto é, que é inseparável das relações de Portugal com a Europa, sendo consequência destas. Tal como diz Real, a Europa sabia de onde vinha e para onde ia, mas hoje sabe de onde vem mas não sabe para onde vai, “vivendo uma existência perfeitamente sonâmbula” (*idem*: 139).

Diz Real que o estado de sonambulismo surgiu do choque traumático supramencionado, mas também “da insegurança mental por ele gerada face ao futuro, já que se é possível, de um ano para o outro,

23 Também a nossa experiência pessoal nos diz que isto é verdadeiro. Enquanto estudantes na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não foram muitos os que tiraram notas superiores às nossas, a maioria dos quais se encontra atualmente emigrada.

proceder a uma extorsão brutal de direitos e de riqueza por parte das instituições que contratualmente existem para os garantir, nada de estável e permanente se encontra defendido na sociedade portuguesa.” (*idem*: 16-17). A isto junta-se uma perda radical de confiança nos destinos da Europa (*idem*: 17), consequência das políticas pós-crise, que são pela população vistas e sentidas como uma imposição da Europa, agora tida como a tal “hidra decadentista” (Real, 2012: 105). Assim, diz Real, a “um país parado no meio do caminho, um país estagnado e bloqueado, corresponde uma população sonâmbula.” (Real, 2015b: 67).

Em *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*, Boaventura de Sousa Santos avança um conceito interessante, o de autoflagelação, que pode ser relacionado com o de sonambulismo. Segundo Santos, “[e]stamos a assistir ao desenvolvimento do sub-desenvolvimento do nosso país e aparentemente assistimos passivamente.” (Santos, 2011: 14). Isto, por sua vez, leva à ideia de autoflagelação: “A autoflagelação é a má consciência da passividade e não é fácil superá-la num contexto em que a passividade, quando não é querida, é imposta. Estamos a ser agidos. Nosso é apenas um nome em nome do qual outros agem para o bem que só é nosso se for também deles.” (*idem*: 15).

Real alerta para o poder potencialmente destrutivo do sonambulismo. Diz ele que “face à degradação permanente da sua situação e à impossibilidade de um princípio de visão de esperança no futuro, um povo sonâmbulo, estado de existência em que o actual povo português vive, pode aceitar passivamente trocar a liberdade pela segurança e pelo bem-estar.” (Real, 2012: 118). Para além disto, tal como Antero de Quental fez notar, os efeitos por vezes fazem-se sentir para além das causas; mesmo depois de estas já não afetarem a realidade com a mesma força, as suas marcas na consciência de um povo demoram muito tempo a desaparecer. É, aliás, desta forma que o autor de *Odes Modernas* justifica o “abatimento” que ele observava no Portugal de fins de Oitocentos: “As causas, que indiquei, cessaram em grande parte, mas os efeitos morais persistem, e é a eles que devemos atribuir a incerteza, o desânimo, o mal-estar da nossa sociedade contemporânea.” (Quental, 2010 [1871]: 63).

2.3.7. Crise de valores

Algo a que aludimos repetidamente no presente capítulo, e que se configura como um dos efeitos perversos dos acontecimentos em Portugal e na Europa durante as últimas décadas, é a profunda alteração de valores que Miguel Real identifica na sociedade portuguesa. Ele considera que a aclimação de Portugal aos novos valores europeus e cosmopolitas “teve como efeito negativo incontestável o apagamento ou

esmorecimento de inúmeras constantes culturais e civilizacionais identificadoras do viver nacional” (Real, 2015b: 107). De facto, Real considera que, nos últimos 40 anos, Portugal sofreu uma dupla crise de valores.

Por um lado,

[r]ealizou em plenitude os valores de modernização europeia, a assunção de valores da contemporaneidade, como a liberdade política e social, a tolerância, o pluralismo, a liberdade de expressão e de associação, os inúmeros valores ligados à aceitação do outro e da diferença, o anti-racismo e a anti-xenofobia, os valores vinculados à Carta Universal dos Direitos Humanos (*idem*: 111);

mas, por outro,

[e]xperimentou, nos tempos mais recentes, a dissolução pós-moderna destes valores, interiorizando uma cultura profundamente individualista de feição americana (...), *transformando os valores positivos do modernismo em valores negativos* (o niilismo) *e relativos* (o relativismo, que metamorfoseia a tolerância em indiferença e em insensibilidade e apatia face ao sofrimento do outro) (*ibidem*).

A primeira, diz-nos o pensador português, foi singular no que respeita ao tempo histórico em que esta aconteceu em Portugal, uma vez que a maioria das sociedades dos países da Europa Ocidental já tinha interiorizado estes valores desde o início do século passado. Quanto à segunda, Real define-a como um “furacão pós-modernista”, iniciado na Europa durante as décadas de 1960 e 1970 e vivido entre nós durante o seu período mais decadentista e relativista, já no presente século (cf. *idem*: 111-112). “Hoje somos, quanto aos valores,” conclui Real, “verdadeiramente niilistas, individualistas e relativistas, isto é, em síntese, plenamente consumistas sem critério valorativo a não ser o do poder do dinheiro.” (*ibidem*).

Miguel Real considera também que, desde o início do século, estamos a ser alvo de um conjunto de valores europeus que são “culturalmente críticos e civilizacionalmente revisionistas” e que são “expressão de uma Europa decadentista” (*idem*: 112). São eles: a) Decadência dos valores do saber e da escola, substituídos por valores de eficácia e desempenho lucrativos; b) Decadência dos valores tradicionais da família, assaltada por pulsões eróticas hedonistas vinculadas a um narcisismo individualista; c) Decadência dos valores políticos, substituídos pelo pragmatismo e pela demagogia de idolatria dos desejos das multidões; d) Decadência dos tradicionais valores éticos, assentes numa visão transcendente da vida, substituídos e invertidos por um domínio imperial do prazer material; e) Decadência de valores clássicos humanistas, substituídos pelos valores tecnocratas de eficiência e valores burocratas de controlo social (cf. *ibidem*). Desta forma, Real conclui que, “a uma crise social real, verdadeiramente caótica, que motivou a emigração de cerca

de 100 000 jovens por ano, cresceu uma verdadeira crise de valores, pondo em causa as convicções sociais aceites e desorientando, se não anulando, o sentido de futuro.” (*idem*: 112-113).

Todavia, mais uma vez, Real diz-nos que a culpa não é da Europa, mas das elites portuguesas, que, desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia,

promoveram uma autêntica razia dos valores tradicionais portugueses: a solidariedade substituída pelo individualismo; a cooperação substituída pela competição como valor económico absoluto; os valores da honestidade, da amizade, da lealdade, substituídos pela onipotência do dinheiro; os valores espirituais substituídos pelos valores económicos; a pessoa humana igualada à peça de uma máquina. (Real, 2012: 110-1).

Como resultado, os valores que passaram a estar no centro da nossa vida em sociedade, emanados tanto do Estado como da comunicação social, constituem-se, em flagrante oposição aos nossos valores tradicionais, “como valores de conflito, de competição e de concorrência.” (Real, 2015b: 71). Real tem razão quando identifica este conjunto de valores como fazendo parte de uma visão darwinista da sociedade, garantindo não a emergência dos melhores, tal como frequentemente se apregoa, mas “daqueles que foram mais bem preparados ao longo da sua formação e possuem maiores conhecimentos pessoais no meio político e empresarial.” (*ibidem*). Assim, por um lado, divulga-se uma suposta meritocracia, que premeia os melhores de um todo em que todos competem; por outro, a “concorrência encontra-se *ab ovo* falsificada pela origem social da quase totalidade dos concorrentes.” (*ibidem*). Ele defende, de resto, que as gerações que fizeram o 25 de Abril falharam, pois privilegiaram os valores errados (*idem*: 109). A vida em sociedade dos portugueses deixou de se reger por valores éticos vinculados ao bem comum, à solidariedade, à igualdade, à justiça social – os valores históricos de Portugal e da Europa (cf. *ibidem*). Desta forma, Miguel Real resume o pensamento português desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia através de dois termos, pragmatismo e perspetivismo, “ambos animados popularmente pela mentalidade retórica e dialéctica dos meios de comunicação.” (Real, 2012: 108).

Uma dimensão social destacada por Miguel Real neste contexto é a da educação. Ele considera que as funções espiritual e humanista, cultural, investigativa nas ciências sociais e humanas desapareceram das escolas (cf. Real, 2015b: 123). De facto, Real considera mesmo que, nas escolas, se assiste atualmente a um “esmagamento dos valores humanistas” (*ibidem*), subordinando-se estas às necessidades do mercado de trabalho (cf. *ibidem*), algo que ele designa como “desvio tecnocrata”. Assim, diz-nos ele,

se a grande conquista do 25 de Abril de 1974 no campo da educação – a total alfabetização da população portuguesa – foi de facto atingida, verificou-se, porém, já neste século, um forte *desvio tecnocrata* e elitista que adulterou os princípios gerais da educação pensados para o Portugal do último quartel do século XX. Formar técnicos, não cidadãos – eis hoje a política educativa de uma escola sem espírito nem cultura ou valores. (*idem*: 128).

Para além da subordinação da escola às necessidades do mercado de trabalho, de forma tragicamente lógica, a política educativa em Portugal passou a reger-se pelas próprias leis do mercado, como se a educação (ou a saúde) fosse uma empresa que tem de ser gerida sob os ditames da eficiência e do lucro. Assim, como que respondendo à obsessão tecnocrata pelos números, Real apresenta alguns: Desde Durão Barroso para cá encerraram 472+2500+711+500+311 escolas (cf. *ibidem*). Estes números, contrariamente a muitos outros, são extremamente significativos. São o resultado de políticas de sucessivos governos que assentam em teorias ainda por provar, como a que diz que escolas maiores, com mais recursos didáticos, proporcionam uma aprendizagem melhor. Real não argumenta que todas deveriam ter permanecido abertas. O ponto importante aqui é que se trata de uma “política cega, assente exclusivamente em critérios orçamentais” (*idem*: 129), algo que se torna evidente pelo facto de, em 2014, terem encerrado onze das melhores escolas primárias (cf. *ibidem*). De resto, uma notícia do Público, de 30 de julho de 2016, confirma, através de dados recentes, que, durante os últimos 15 anos, Portugal perdeu mais de metade das escolas públicas. No mesmo período de tempo, o número de escolas privadas aumentou, o que nos permite constatar que também na educação se está a cavar um fosso cada vez maior entre ricos e pobres.²⁴

Real considera também que estamos a assistir a uma “profundíssima descristianização da Europa” (Real, 2012: 53), tal como se prova através da lei da interrupção da gravidez, da simplificação de casamentos e divórcios ou do alto valor concedido a novos costumes que têm por centro o corpo. Real encara este processo como sendo negativo (cf. *idem*: 52-53), cujos efeitos na sociedade portuguesa são imprevisíveis, podendo levar à “criação de uma sociedade futura desprovida de éticas espirituais assentes em valores humanísticos” (*idem*: 99). Real identifica também a ascensão do ceticismo e do relativismo moral como efeitos negativos do multiculturalismo. Segundo ele, o

multiculturalismo cria o cepticismo face à soberana predominância de uns valores sobre outros, e este (o cepticismo) a aceitação generalizada de que o homem é um ser doente, habitáculo do mal, roído pelos instintos animais do corpo, como o sexo, cuja preponderância social é hoje imperialista. O multiculturalismo, sem a

24 cf. <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-perdeu-mais-de-metade-das-escolas-publicas-em-15-anos-1739836>, visto em 09/09/2016.

imposição rígida de uma escala de valores, cria e generaliza o cepticismo social e este a indiferença. O homem europeu de hoje, cético, resignado e passivo, *crê que tudo está bem porque tudo está mal e tudo está mal porque tudo está bem, numa promiscuidade absoluta entre bem e mal.* (*idem*: 53).

2.4. Portugal e Europa, algumas notas para a redefinição de uma relação

Em *A Vocação Histórica de Portugal*, publicado em 2012, Miguel Real adianta alguns parâmetros para a redefinição da relação de Portugal com a Europa no presente. De facto, ele considera que a ideia de Europa que os portugueses tinham sofreu uma transformação dramática. Depois de três décadas após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em que havia apoio direto à população em termos de saúde, educação e emprego, os portugueses conheceram em anos recentes uma outra Europa, “a hidra decadentista que lhes corta maternidades e escolas e lhes suga a reforma” (Real, 2012: 105). Diz Real que é esta hoje “a real ideia de Europa na mente dos portugueses, com excepção da elite de 10 a 20 000 dirigentes do Estado, que continuam a visionar a Europa como a terra do ouro e do mel, ambicionando fazer carreira numa das mordomias europeias.” (*ibidem*).²⁵

Uma questão que se nos afigura como pertinente é: por que era tão grande e tão inequívoco o desejo português pela Europa? A resposta é bastante simples: a Europa era vista como a única saída para a pobreza e o analfabetismo a que parecíamos historicamente condenados. E foi por essa razão que a mentalidade europeia encontrou tão poucas resistências para se apoderar do imaginário coletivo português (cf. *idem*: 109). A inevitabilidade da Europa, o abraço europeu sem critério e espírito crítico surge, assim, também como um subproduto ou, se quisermos, um efeito do salazarismo. “Com uma guerra de 13 anos às costas, um Império anacrónico e uma política autoritária ao longo de cinquenta anos,” diz Real,

sentiamo-nos mal com o nosso próprio corpo. A Europa constituiu a materialização do sonho adolescente de Portugal. Virámos as costas ao Império e oferecemo-nos a uma jovem democracia, acreditando na riqueza material como panaceia da felicidade. Povo rural e comerciante, quisemo-nos, mais do que industrializados, informatizados; povo pré-moderno, quisemo-nos pós-modernos; povo comunitário, acolhemos sorridentes o individualismo, o narcisismo e o egoísmo como fins de vida; povo solidário, vimos instalar-se entre nós uma abissal diferença entre pobres e ricos; povo que era conhecido na Europa pelos bigodes das concierges parisienses, passámos a ser

25 Um exemplo paradigmático disto mesmo é o caso de Durão Barroso, que, depois de anunciar ao mundo, em 2002, que o país estava “de tanga” (cf. <https://www.publico.pt/politica/noticia/durao-barroso-diz-que-socialistas-deixaram-portugal-de-tanga-130198>, visto em 29/09/2016), trocou a chefia do governo português pela da Comissão Europeia e, mais tarde, saltou desta para a Goldman Sachs, uma multinacional da finança.

conhecidos pelo povo do miúdo da Madeira de pés tão cheios de malabarismo quanto de mente vazia e de um treinador tão megalómano que a si próprio se intitula «Special One». (*idem*: 109-110).²⁶

O sonho da Europa estava, assim, em nós e não na Europa. Mas, diz-nos Real, não passa disso mesmo, um sonho (cf. *idem*: 110). A Europa da riqueza, da cidadania, dos direitos, tem os dias contados (cf. *ibidem*). Real vai mesmo ao ponto de considerar o nosso sonho europeu um falso sonho, apresentando alguns pontos que o provam, comparando o Portugal que existia em 25 de abril de 1974 com o que existe hoje.²⁷

Quanto ao saldo europeu, este cifra-se em betão, alcatrão, cimento e desemprego. É esta, segundo o pensador português, a herança cavaquista (cf. *idem*: 111). Uma herança que inclui uma negação dos valores históricos portugueses. É por isso que ele fala de um luto português, por vários portugueses (cf. *ibidem*). E na morte de uma cultura de 800 anos, “às mãos de um grupo de engenheiros e economistas sem espírito histórico, de uma tecnocracia sem rosto nem alma, para quem conta só, primeiro, a contabilidade das estatísticas, e, segundo, o sentido europeu das estatísticas.” (*idem*: 108). Está, desta forma, a desenhar-se um novo Portugal, um Portugal sem sentido coletivo para a transcendência, “um Portugal solto, desregrado, cheirando alarvemente a dinheiro, os ricos por o terem, os pobres por o desejarem, todos por nas «Índias» o espreitarem, isto é, na mirífica Europa.” (*idem*: 114). Um Portugal merecedor de um Gil Vicente, mas não o há (cf. *ibidem*). Em suma, um Portugal que, com a importante exceção do bem-estar material, em nada se distingue de uma Europa em acelerado processo de decadência.

Posto isto, Real defende que Portugal já não se procura na Europa. Os portugueses têm hoje “consciência de que o sonho ingénuo europeu acabou.” (*idem*: 111). Só nos podemos encontrar em nós próprios, retomando as nossas tradições, não sentindo vergonha por nada que no passado tivéssemos feito (cf. *ibidem*). No entanto, Real considera que o sonho europeu está a esfumar-se, mas ainda não se apagou, já que constitui o sentido político do Estado português (cf. *ibidem*).

26 De resto, o trajeto do futebolista Cristiano Ronaldo, o “miúdo da Madeira” referido por Miguel Real, ilustra bem a sua argumentação. A passagem do bairro pobre madeirense para o luxo extremo faz dele uma espécie de protótipo do português do século XXI, não tanto no sentido do que estes são quanto do que gostariam de ser. É esta a narrativa veiculada todos os dias nos média portugueses. Com alguns euros investidos no Euromilhões, todos nós podemos, da noite para o dia, ser escolhidos pelo destino e metamorfosarmos-nos em «excêntricos». É uma espécie de sonho português do século XXI. Não a educação, não a cultura, não o espírito, mas quantidades obscenas de dinheiro.

27 Éramos o país menos industrializado da Europa, hoje continuamos a sê-lo; éramos um dos países mais iletrados da Europa, hoje continuamos a sê-lo (menor índice de frequência de espetáculos, de consumo de jornais, de compra de livros, etc.); éramos dos países com maiores estádios da Europa, hoje continuamos a sê-lo; éramos dos países mais pobres da Europa, hoje continuamos a sê-lo; éramos dos países com maior nível diferencial de salários, hoje continuamos a sê-lo (cf. Real, 2012: 110).

2.4.1. Choque social

Miguel Real considerava que o Portugal de 2015 era o resultado de um “violentíssimo choque social e cultural entre três movimentos históricos, ou se se quiser, duas forças motrizes de natureza social e o efeito do seu choque na consciência do cidadão” (Real, 2015b: 43). Ele designa estes movimentos históricos como, respetivamente, tempo longo, tempo conjuntural e atualidade. Real designa por «tempo longo» o movimento histórico de modernização europeia de Portugal, iniciada em 1980 e interrompida no final do século passado, início deste, mas cuja ambição fora desenhada desde o consulado do Marquês de Pombal – e, portanto, só agora plenamente realizada. Este foi um movimento histórico em que, diz Real, Portugal assumiu

um tempo histórico novo, destituído de Império, sem prevalência da religião sobre os comportamentos individuais e sociais, sem regime de condicionamento industrial, desenvolvendo uma intensa terciarização dos sectores produtivos e uma esperançosa legislação igualitária, fundada na justiça social, permitiu, por um lado, o desenvolvimento e consolidação de uma fortíssima classe média e, por outro, um tempo de inovação cultural, ambos sem paralelo no Portugal do século XX. Constitui o tempo de ouro ou o tempo luminoso (cerca de um quarto de século) de justiça social, de coesão e igualdade sociais e de uma fortíssima mobilidade social, do impetuoso arranque de uma nova visão cultural e estética de Portugal. Desde a Regeneração de Fontes Pereira de Melo que não se viveu tão bem nem tão «modernamente» ou «europeiamente» em Portugal como no período entre 1980 e o final do século. (*idem*: 44).

Por sua vez, por tempo conjuntural, Real designa o movimento histórico gerado diretamente a partir da recente administração do Estado português, ou seja, trata-se, contrariamente ao anterior, de um movimento que não tem como base a sociedade civil ou as aspirações culturais e históricas de Portugal, sendo, pelo contrário, um movimento histórico no qual se destaca uma regulação social que toma como prioridade exclusiva a saúde das finanças públicas e as aspirações tecnocráticas que a elite política e administrativa tenta impor ao resto do país, reinstaurando um modelo hierarquizado de sociedade. Esta visão burocrata e tecnocrata da vida em sociedade que alimenta as aspirações da elite política e administrativa portuguesa é a visão da atual Europa (cf. *idem*: 45-47). Finalmente, por atualidade Real refere-se ao período entre 2008 e 2015, no qual decorreu a consolidação da imagem que o povo português possuía da Europa, uma transformação que ele designa por radical. De facto, a antiga imagem da Europa caracterizava-se pela justiça social, pelo progresso económico, pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Todavia, no presente, em função de uma visão sobretudo económica e financeira do mundo, a Europa

caracteriza-se por ter dentro de si um conjunto de dois países, ricos e pobres, e – por interposta troika – credores e devedores, assim mimetizando a fratura ocorrida em séculos idos, desta vez com a causa não sendo já a religião, mas a economia. Uma fratura que vem contrariar, se não mesmo anular, o movimento de aproximação ocorrido nos finais do século XX. Deste modo, a “nova imagem da Europa Comunitária identifica-se, na mente dos portugueses, com acções penalizadoras, geradoras de desemprego de longa duração e de emigração forçada, desigualdade entre países e menor justiça social para as populações mais desfavorecidas.” (*idem*: 48). Como consequência, a diferença entre aquilo que os portugueses esperavam da Europa em 1980 e 1986 e aquilo que esperam hoje é abissal (cf. *ibidem*). No seguimento disto, Real conclui que

o movimento geral social que enquadra a actividade do Estado nos anos mais recentes (...) reside, justamente, no CHOQUE SOCIAL FRONTAL [maiúsculas do autor] havido entre as duas forças ou os dois movimentos sociais anteriores, gerando um país sonâmbulo, perplexo, petrificado, cujo cidadão recto, espantado, se limita a sobreviver e se alheia da actividade pública, deixando o caminho aberto para os carreiristas (os «jotas» que, sem mérito académico ou profissional, ascendem na hierarquia do Partido, conquistando-o), os oportunistas (políticos do PS, PSD e CDS que, após uma curta passagem pela administração do Estado, passam a integrar os conselhos de administração dos bancos e os quadros de grandes empresas), os «colaboracionistas» (os que, conhecendo a máquina do Estado, ou auxiliados por assessores, vencem a maioria dos concursos públicos, enriquecendo por via da especulação), que assim intentam encontrar caminhos lícitos e ilícitos, mas sempre desproporcionados do seu mérito e saber, para singrarem com um único fito: a ostentação do poder ou do dinheiro. (*idem*: 49-50).

Um paralelo interessante que se pode traçar neste ponto da argumentação de Miguel Real é com aquela que é avançada por Boaventura de Sousa Santos em *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*. Recuperando ideias que havia exposto em trabalhos anteriores, Santos começa por definir Portugal como uma sociedade de desenvolvimento intermédio. Segundo ele, uma sociedade de desenvolvimento intermédio é uma na qual se evidenciam algumas características sociais próximas das que se observam nas sociedades dos países desenvolvidos – tais como a evolução demográfica, o funcionamento das leis e instituições, e alguns padrões de consumo – ao mesmo tempo que se evidenciam outras próximas das que se observam nas sociedades dos países subdesenvolvidos – tais como a ineficiência do Estado ou o nível de especialização industrial (cf. Santos, 2011: 31), ou, acrescentamos nós, os níveis de corrupção e nepotismo. A uma sociedade de desenvolvimento intermédio, o sociólogo português faz equivaler um carácter semiperiférico de desenvolvimento. No caso português, este carácter semiperiférico tem uma duração histórica muito longa. “Durante muitos séculos,” diz Santos, “Portugal foi simultaneamente o centro de um grande império colonial

e a periferia da Europa. Reside aqui o elemento estruturante básico da nossa existência coletiva. Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem.” (*idem*: 32). Assim, ele considera que “a função de intermediação assentou durante cinco séculos no império colonial. Portugal era o centro em relação às suas colónias e a periferia em relação à Inglaterra. Em sentido menos técnico, pode dizer-se que, durante muito tempo, foi um país simultaneamente colonizador e colonizado.” (*idem*: 33). Com o fim do império, surgiu a necessidade de Portugal renegociar a sua posição no tabuleiro mundial, ainda que Santos faça notar que não é previsível que Portugal sofra, num futuro próximo, uma alteração de estatuto, tanto em termos de uma promoção ao centro, isto é, tornar-se um país desenvolvido, quanto em termos de uma despromoção, ou seja, tornar-se um país subdesenvolvido. “É mais provável,” adianta Santos, “que a sua posição intermédia se consolide em novas bases.” (*ibidem*). E foi isto que ele considera ter acontecido com a integração europeia: “No início da década de oitenta já era claro que essa base teria como elemento fundamental a integração na comunidade europeia.” (*idem*: 34). Ele continua dizendo que a integração numa comunidade como a UE criou “a ilusão credível de que Portugal, por se integrar no centro, passa a ser central, e o discurso político dominante tem sido o grande agente da inculcação social da imaginação do centro: estar com a Europa é ser como a Europa.” (*ibidem*). No fundo, o que se esperava era uma transformação por contágio, uma simbiose, ou melhor, uma dissolução do Portugal da periferia na Europa do centro. Todavia, Santos faz notar que tal não tem acontecido. Em anos recentes,

a diferença entre os rendimentos nacionais máximo e mínimos no interior da comunidade não se atenuou e, com respeito a alguns índices, aumentou mesmo a distância social entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas da comunidade. O modelo de desenvolvimento seguido em Portugal nos últimos dez anos tem maior potencial periférico do que centralizante. (*idem*: 34-35).

Posto isto, Santos propõe uma análise das relações históricas entre Portugal e a Europa através de três momentos-chave, que são para ele, paralelamente, “aqueles em que a condição semiperiférica de Portugal foi mais fortemente questionada, ou seja, quando a condição socioeconómica semiperiférica se transformou numa questão política.” (*idem*: 50). E continua:

Tal transformação ocorreu no passado em dois contextos opostos: o primeiro é *o momento de rejeição* do país por parte dos países europeus centrais e, com ela, a eventual despromoção no sistema mundial; o segundo é *o momento de aceitação* do país por parte dos países centrais e, com ela, a eventual promoção no sistema mundial. O momento mais dramático de questionamento pela rejeição ocorreu no final do século XIX, com a Conferência de

Berlim (1884-85) e o Ultimato inglês (1890). O momento mais dramático de questionamento pela aceitação ocorreu no final do século XX com a Revolução do 25 de Abril de 1974 e a adesão à então Comunidade Económica Europeia em 1986, hoje União Europeia. O terceiro momento é o que estamos a viver agora, e também ele interpela profundamente a nossa condição semiperiférica no contexto europeu. É um momento em aberto mas cujo desenho inicial parece apontar para um *momento de tolerância, um momento de rejeição disfarçada de aceitação*. (*idem*: 50-51).

Santos considera que o primeiro momento demonstra claramente a subalternização de Portugal na esfera europeia:

O critério de partilha deixa de ser o direito histórico da descoberta, reivindicado por Portugal, para passar a ser o da ocupação efectiva, favorável às pretensões colonialistas dos países europeus centrais. A subalternização de Portugal atinge o paroxismo com o Ultimato, o grande momento de rejeição. Portugal não pôde contra com nenhuma solidariedade efectiva por parte dos outros países europeus e rendeu-se de maneira inglória às imposições da Inglaterra. (*idem*: 53-54).

Depois, ele diz-nos que se “o momento de rejeição [o primeiro] confirmou que Portugal havia perdido o comboio da segunda modernidade europeia, o momento de aceitação [o segundo] levanta a questão de saber se Portugal pode agora apanhar o comboio do período que se segue à segunda modernidade.” (*idem*: 58-59). A tarefa não era de maneira nenhuma fácil. No fundo, o que se estava a tentar fazer era realizar no espaço de algumas décadas aquilo que noutros países levou séculos. “De facto,” faz notar Santos,

as políticas de convergência da União Europeia, os fundo estruturais e os fundos de coesão foram imaginados como uma generosa e eficaz engenharia político-económica capaz de permitir a Portugal o curto circuito de, em poucas décadas, realizar plenamente a segunda modernidade – o que aos países desenvolvidos tinha levado dois séculos – e assim passar a coincidir, com o resto da Europa, e apenas com um ligeiro atraso, nas tarefas de transição para a nova modernidade, transmodernidade ou pós-modernidade. (*idem*: 59-60).

Para além disto, Santos considera que o segundo momento proporcionou também a Portugal uma refundação identitária, aquilo que ele designa por «transmitificação». Mesmo que a convergência de Portugal com a Europa, que os fundos europeus tentaram impor, não se verifique, considera ele, tal

não afecta em nada a importância das transformações neste último período. Através delas, Portugal é o único país europeu que, ao longo do seu percurso histórico, abre o caminho a uma refundação da sua identidade e, de facto, à

constituição de um novo mito fundador. Ao mito da expansão segue-se o mito da Europa, um século depois da refundação proposta por Antero de Quental. Por muito tempo, o primeiro ainda será vigente e o segundo apenas emergente, mas o movimento de transmitificação parece evidente. (*idem*: 60).

As respostas levantadas no segundo momento encontram a sua resposta no terceiro momento. Santos define este terceiro momento, de 2011 em diante, como “o momento em que se desfazem as ilusões da promoção fácil por via da integração na UE.” (*idem*: 65). De resto, ele faz notar também que é este o momento em que “o diagnóstico da crise deixa de ser português para passar a ser europeu e mesmo mundial.” (*ibidem*). Desta forma, Boaventura de Sousa Santos conclui, tal como faz Miguel Real (cf. Real, 2012: 107), que entrámos na UE demasiado tarde, ou, se quisermos, na altura errada. Portugal entrou na UE, conclui Santos, “no momento em que o neoliberalismo ia ganhando terreno no interior da Europa com a então já anunciada crise do Modelo Social Europeu.” (Santos, 2011: 65).

Vê-se assim que a argumentação de Boaventura de Sousa Santos inclui alguns paralelos interessantes com a de Miguel Real, ainda que ambos partam de modelos teóricos e balizas temporais diferentes. Particularmente no que se refere ao momento atual, em que o desencontro entre Portugal e Europa se torna evidente.

No importante ensaio *O Futuro da União Europeia*, Eugénia da Conceição oferece também um valioso contributo para se considerar a União Europeia e a sua relação com Portugal, com particular destaque para os anos mais recentes. Conceição defende que, depois de nos seus primórdios a União Europeia ter funcionado de forma eficaz como um veículo para reconstrução europeia e para manutenção da paz durante o pós-guerra – oferecendo a UE, durante esse período, óbvias vantagens às populações –, verifica-se que, a partir da década de 1990, a UE sofreu uma crise de legitimidade. Diz Conceição que

com o mercado único e a liberalização dos mercados, os regulamentos e as directivas europeias passaram a afectar largos segmentos da população, criando potenciais conflitos entre vencedores e vencidos no novo mercado comum. Os cidadãos que sofriam os percalços da liberalização dos mercados e da globalização mundial responsabilizavam a União pelos seus destinos. (Conceição, 2016: s/n).

A crise de legitimidade abriu caminho para a situação dramática que se viveu pós-2009. Tal como Conceição salienta: “Desde 2009, com a crise do euro, com cimeiras constantes, 54 no total até hoje (2015), a UE encontra-se num estado de emergência permanente.” A autora defende que a santíssima trindade da crise financeira dos Estados, da dívida e do euro despoletou uma “politização sem precedentes das decisões colectivas da UE” (*ibidem*). Conceição divide as consequências desta politização em três vetores. O primeiro

prende-se com a austeridade imposta como condição para o resgate financeiro, que levou ao corte de salários e pensões, aumento de impostos, etc. Faz notar a autora que “nunca antes políticas europeias tiveram um efeito tão directo e tão negativo na prosperidade económica dos Estados-membros” (*ibidem*). O segundo tem a ver com os protestos em massa contra as políticas europeias, algo igualmente inédito. E o terceiro com o apoio público à União Europeia, que diminuiu significativamente (cf. *ibidem*). Justifica-se assim a transformação dramática nas relações entre a UE e os seus Estados-membros.

No que ao caso específico de Portugal diz respeito, a Eugénia da Conceição divide a relação de Portugal com a UE em três fases.

A primeira fase, de 1986 até 1999, é a fase do entusiasmo e da euforia. Depois de quase meio século de autoritarismo, Portugal junta-se às democracias europeias e, por interpostos fundos estruturais e de coesão,²⁸ “pensava-se ingenuamente que com elevados investimentos nas infra-estruturas (...) Portugal conseguiria recuperar o atraso económico acumulado nas últimas décadas.” (*ibidem*) Tal como a autora muito bem diz: “Tratava-se de apanhar o último comboio da modernização.” (*ibidem*).

A segunda fase, de 2000 até 2010, é a fase da desilusão e do desencanto. Este foi um período marcado por “um dos piores registos mundiais de crescimento económico.” (*ibidem*). Diz a autora que esta “fase corresponde a uma certa desilusão social com a integração europeia, pois o crescimento económico fica aquém das expectativas.” (*ibidem*). Marcou-se assim “o fim de uma ilusão em que se tinha acreditado, de que Portugal conseguiria em menos de duas décadas ultrapassar o atraso económico de quase cinquenta anos de ditadura.” (*ibidem*). Dentre as várias explicações para esta década perdida, a autora salienta o “facto de Portugal ter uma economia que centrou a sua competitividade na base de salários baixos, um modelo de desenvolvimento económico considerado ultrapassado pela generalidade dos economistas.” (*ibidem*).

Por último, a terceira fase, de 2010 até ao presente, é a fase do desalento e da humilhação. É a fase em que Portugal tem de pedir ajuda externa. “No total,” salienta Conceição, “o Estado português contou com um empréstimo de 78 mil milhões de euros. As três organizações da *troika* ditavam as regras e o governo obedecia cegamente. Assistiu-se a uma subserviência extrema, chegando Portugal mesmo a ser caracterizado como o «bom aluno europeu.»” (*ibidem*). As consequências desta política, tal como Miguel Real explicita

28 Relativamente ao impacto limitado dos fundos europeus, Conceição subscreve a posição de Augusto Mateus (*25 Anos de Portugal Europeu*, Lisboa, FFMS, 2013). Diz a autora: “Em primeiro lugar, os fundos foram orientados prioritariamente para satisfazer as procuras existentes dos destinatários e não para melhorar as competitividades empresarial e institucional. Em segundo lugar, a execução dos fundos ocorreu de um modo fragmentado, em que se privilegiaram projectos individuais em detrimento de projectos colectivos de maior escala, que teriam sido mais eficientes e aumentado a competitividade total do país. Isto provocou redundâncias e má gestão dos meios disponíveis. Em terceiro lugar, os fundos estruturais não estavam integrados numa política nacional de desenvolvimentos regional, antes foram um substituto dessas políticas” (Conceição, 2016: s/n).

repetidamente, foram extraordinariamente nocivas, dentre as quais se destaca a emigração (cerca de 100 mil pessoas por ano, ou o facto de o peso da dívida no PIB ser superior ao que era antes da crise. De facto, as políticas de austeridade contribuíram para o aumento em larga escala do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais: “O preço a pagar pelo resgate do euro foi, para países devedores como Portugal, muito alto.” (*ibidem*).

Também António Goucha Soares (2007) oferece um contributo importante para se considerar o carácter próteu da perceção portuguesa sobre a integração europeia. Assim, ele desenha igualmente três fases distintas. Na primeira, a eurocética, balizada entre 1986 e 1991, os portugueses encaram com reservas a integração europeia, vindo ao de cima um sentimento de apreensão sobre a capacidade do país para responder aos desafios levantados para entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Assim, diz Soares, a abordagem de Portugal foi essencialmente pragmática, tendo Portugal alinhado em particular com o Reino Unido nas matérias europeias e assim não se mostrando particularmente entusiasmado com os planos integracionistas veiculados pela liderança de Jacques Delors (cf. Soares, 2007: 463), que acentuariam a perda de soberania nacional. Na segunda fase, a euro-entusiasta, inaugurada com a primeira presidência portuguesa do Conselho Europeu (1992), mas cujos efeitos a antecedem,²⁹ e indo até à segunda (2000). É nesta fase que o progresso económico motivado pela integração europeia do país se faz notar, particularmente em termos das infraestruturas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre os padrões médios de vida europeus e os portugueses, e levando a uma forte aceitação política e popular do projeto europeu. Em termos simbólicos, Soares destaca o papel da Expo 98 neste processo (cf. *idem*: 466). Por último, na terceira fase, a euro-realista (de 2001 em diante), verificou-se um retrocesso do movimento de convergência de Portugal com os seus congéneres europeus. Ao esbatimento, e por vezes mesmo retrocesso, do crescimento económico, seguiu-se, naturalmente, uma quebra no entusiasmo com que os portugueses encaravam a integração europeia de Portugal. Como faz notar Soares, é também uma fase em que Portugal orienta a sua política externa novamente pelo eixo britânico, juntando a este o norte-americano e o espanhol, tal como ficou evidente com os acontecimentos que levaram à invasão do Iraque em 2003 (cf. *idem*: 470). O alargamento a leste da União Europeia fez também com que o carácter periférico de Portugal dentro da União se acentuasse, tendo também tido repercussões em termos económicos (cf. *idem*: 472).

29 Soares cita dados do Eurobarómetro de 1991, que mostravam que mais de 80% dos portugueses tinham uma opinião favorável sobre os benefícios trazidos para o país pela integração europeia (cf. Soares, 2007: 464).

3. O futuro de Portugal, entre a Europa e a Lusofonia

3.1. A Europa

3.1.1. A Europa segundo Miguel Real

Miguel Real elege George Steiner como o autor da melhor definição da Europa de hoje, quando o ensaísta e filósofo franco-americano diz que esta é um *lieu de mémoire* (cf. Real, 2012: 31).³⁰ À escolha deste conceito para definir a Europa não é certamente alheia a dimensão temporal que nele está implícita. Real assim o confirma quando diz que o passado é a dimensão de tempo que mais bem se harmoniza com a Europa: “um passado tão cheio, tão absoluto, que outro continente não existe com tão grandiloquente e realizador passado” (*ibidem*). Na construção deste magnífico passado, Real identifica vários contributos por parte dos diferentes países europeus. O Renascimento italiano, as expansões ultramarinas (a primeira realizada por Portugal e Espanha, até ao século XVI, e a segunda por França, Inglaterra e Holanda), a revolução francesa e a revolução industrial inglesa. Através destes acontecimentos, “a Europa tornou-se não só criadora da imagem geográfica e cultural do mundo que hoje possuímos como transmitiu a este, historicamente, mal e bem, as suas categorias sociais e as suas estruturas mentais.” (*ibidem*).

Um aspeto interessante explorado por Miguel Real é o da Europa ter sido feita sem plano. O historiador britânico Tony Judt, referindo-se todavia à Europa em sentido restrito, como projeto político, defende o mesmo. Segundo Judt, a criação desta Europa, a partir dos anos 1950, foi, em determinados aspetos vitais, um acidente – nem previsto nem previsível (cf. Judt, 1996: 13). Real, por sua vez, alargando o escopo, considera que a Europa foi “indubitavelmente” feita sem plano, “falhando nela todas as previsões históricas de longo prazo.” (Real, 2012: 32). Verifica-se assim uma certa continuidade entre a Europa como ideia e a Europa como projeto político, o que nos parece digno de registo.

30 O conceito de *lieu de mémoire* foi cunhado – ou melhor, adaptado a partir do latino *loci memoriae* – e desenvolvido por Pierre Nora. Para o historiador francês, um *lieu de mémoire* é qualquer entidade significativa, material ou não-material, que, através da vontade humana ou da passagem do tempo, se tenha tornado um elemento simbólico do legado memorial de uma determinada comunidade (cf. Nora, 1996: XVII). O que Nora propôs com o conceito de *lieu de mémoire* foi que se olhasse para além da realidade histórica por forma a desvelar a realidade simbólica, assim recuperando a memória que estes lugares comportam (cf. Nora, 1996: XVII). Um conceito como o de «França», por exemplo, pressupõe uma realidade que, devido à sua extrema complexidade, vai muito para além do resultado de uma série de processos claramente identificáveis. Desta forma, torna-se praticamente impossível traçar as ramificações de um conceito destes através de uma análise objetiva e unificadora. No entanto, Nora considera que esta unidade está acessível no domínio simbólico (cf. Nora, 1996: XVIII), e que, portanto, é nesta dimensão que o estudo de conceitos como o de «França» – ou o de «Europa», acrescentamos nós – se torna premente.

Segundo Miguel Real, houve 5 valores que falharam na Europa. São eles: a perpetuidade dos valores metafísicos do catolicismo medieval; a predominância do classicismo renascentista italiano; a superioridade dos valores cristãos protestantes ingleses e alemães; a perenidade da soberania da ética burguesa mercantil e a pureza de uma razão científica iluminista e positivista; e, por último, o sonho visionário comunista de igualdade social absoluta (cf. *ibidem*). No entanto, Real não vê estes falhanços como conducentes à paralisia ou à morte, pois, qual Fénix, “a Europa ressuscita diferente a cada momento e porventura mais sólida e mais forte face ao futuro, ainda que, face ao passado, mais existencialmente desorientada.” (*ibidem*). De facto, Real considera que a Europa sofre de passado, vendo-se forçada a carregar sempre consigo o enorme peso da História. Para além disto, desde a II Guerra Mundial, a Europa tem visto os seus sonhos serem realizados por terceiros, em particular pelos Estados Unidos. É por isto que Miguel Real considera que a Europa é hoje um “estado de espírito” (*idem*: 33), que é partilhado virtualmente pelo mundo todo e que, na formulação de Eduardo Lourenço, se relaciona com uma “certa forma de ser cultura” (Lourenço, 1988: 158). Em termos práticos, este “estado de espírito” funciona como contraponto ideal ao legado de facto da Europa, que Miguel Real identifica como tendo sido a “luz da propriedade privada e da razão contabilista” (Real, 2012: 33).³¹ Esta consideração da Europa como «estado de espírito» pode, por seu turno, ser articulada mais uma vez com a proposta de Tony Judt. Segundo o historiador britânico, a Europa hoje não é tanto um lugar quanto uma ideia, uma «Europa da mente»³² – um conjunto de valores partilhados, tais como paz, prosperidade, direitos humanos e livre circulação de pessoas e bens (cf. Judt, 1996: 4).

Miguel Real identifica também três feitos passados dos quais a Europa se deve orgulhar e os quais deve respeitar: ter sido “criadora dos valores históricos que se encontram na base permanente, ontológica e ética, do Humanismo, da defesa da liberdade e dos direitos humanos e ambientais”; ter sido “mediadora entre continentes, culturas e religiões, criando o atual arquipélago de continentes a que chamamos Terra”; e ainda ter sido “instauradora de uma nova ordem no mundo, uma ordem racional e mercantil, a primeira ordem global, de tendência humanista, suportada pelo espírito missionário da religião cristã” (Real, 2012: 33). A Europa não deve orgulhar-se, todavia, dos meios e instrumentos utilizados, dentre os quais Real cita a “guerra, o genocídio de tribos e povos, a substituição violenta de culturas e religiões, a criação da escravatura industrializada, que forçou a migração para a América de cerca de 13 milhões de africanos, a rapina dos recursos naturais, a destruição de habitats ecológicos” (*idem*: 34). Esta posição é característica da visão de

31 Ou, nas palavras de Heidegger, a razão «calculista»; nas de Marcuse, «a razão unidimensional»; ou ainda, nas do português José Enes, a «razão funcionalista» (cf. Real, 2012: 33).

32 “*Europe of the mind*,” no original (cf. Judt, 1996: 4).

Real acerca do passado europeu, tomando sempre deste o bom e o mau como as duas faces de uma mesma moeda.

Em jeito de síntese, Miguel Real resume o contributo da Europa para o mundo através daquilo que ele designa como “decálogo civilizacional” (*idem*: 45). Diz ele que é este decálogo que torna a Europa singular e universal. O decálogo comporta os seguintes pontos: primado da Cidade sobre a Tribo a Horda (Grécia); primado do Direito sobre a Tradição (Roma); primado da Ética sobre o Interesse (Cristianismo); primado da razão sobre o Mito e a Magia, com distinção entre o sagrado iminente (magia e mito) e o transcendente religioso (culturas greco-romana e cristã); criação do mundo tal como hoje o representamos (Portugal e Espanha); primado da separação entre Estado e Sociedade e separação entre o Estado e a Religião (Renascimento); instituição do direito de voto, instrumento ético de ligação entre o Indivíduo e o Coletivo (França moderna); criação do Sistema Democrático (Grécia clássica, Inglaterra e França modernas); Industrialização (Inglaterra); criação da Grande Cultura, definidora da humanidade do homem. (cf. *idem*: 45-46).

Este decálogo civilizacional representa o conjunto de valores que definem a Europa e que a colocam definitivamente como catalisadora do bem para o mundo. Diz Miguel Real que “[n]enhum outro continente pode apresentar tão alto sistema de valores e realizações operado para o bem da humanidade no seu conjunto.” (*idem*: 46). Outros valores culturais, tais como os asiáticos e árabes, centrados na religião, ou africanos, centrados no tribalismo, são comparativamente menores no que ao mundo como um todo diz respeito.

3.1.2. O *quid* que fez e faz a Europa

Miguel Real defende que a centralização no espaço público, a par do nomadismo da viagem, da razão e da revolta contra o Estado, fazem parte do *quid* que fez e faz a Europa (cf. Real, 2012: 35). De resto, ele considera que este *quid*, “tão integral e puro”, é exclusivo do continente europeu, consistindo

no puro nada sem conteúdo nem forma que dá pelo nome de «inquietação universal» (Eduardo Lourenço), de frenesi de conhecimento, de desejo de saber, de questionamento, de superação da certeza pela dúvida, da resposta definitiva pela pergunta anómala, por vezes e aparentemente sem sentido, da substituição da aceitação crédula pela crítica demolidora. Numa palavra, pela realização ativa do sentimento que os filósofos designam por «espanto», a capacidade de assombramento pela existência das coisas, assim mesmo como são e estão e por que não são e estão de outro modo (*ibidem*).

Portanto, a Europa é o lugar primordial da formação do saber gerado como resposta ao espanto filosófico, seja através da filosofia, da ciência, da poesia, do romance, do ensaio ou da arte (cf. *idem*: 35-36). A Europa é, desta forma, o continente

do inútil, do que não é absolutamente necessário à sobrevivência do homem, do supérfluo, do gratuito, do vão, isto é, da filosofia, da ciência pura (desinteressada de efeitos materiais, não imediatamente contabilizável como rendimento e proveito), da poesia, do romance, do ensaio e da arte, que, sistematizados em configurações conjunturais do saber, classificados, dispostos em correntes, logo sofrem de decadência, substituídos por outras filosofias, outras teorias científicas, outras formas de poesia, romance e arte. (*idem*: 36).

É esta Europa que está hoje em risco de desaparecer. É esta Europa que a elite tecnocrática não consegue assimilar, ver, perceber, apreender, por manifesta incapacidade intelectual e falta de consciência e visão históricas. É esta Europa que se encontra ofuscada pela ideologia que se esconde por detrás dos números e das estatísticas, uma Europa incapaz de ser representada numa folha Excel e que, portanto, é para a elite tecnocrática que se apoderou do poder no nosso continente como se fosse invisível.

3.1.2.1. Café Europa

Distinguindo duas globalizações – a primeira, encabeçada por Portugal e pela Espanha, com “uma tendência espiritual e humanista, inclinada para salvar o outro, o bárbaro, o pagão, o incrêdo, o ímpio, o gentio, o chino, o não-civilizado” (Real, 2012: 34), ao passo que a atual, a segunda, encabeçada pelos EUA, tem “um explícito carácter materialista, desprovido de qualquer laivo de transcendência” (*ibidem*) –, Miguel Real identifica, a partir de Steiner, o espírito da Europa com o do café, lugar de partilha de ideias, de escrita e de meditação. Assim, o café sinaliza a essência da primeira globalização, podendo ser encarado como símbolo desta. A outra globalização, por seu turno, identifica-se com Coca-Cola e McDonalds, “símbolos da delirante fartura burguesa e do hedonismo individualista” (*ibidem*).

Miguel Real considera que no café “é comum o encontro, a partilha de inquietações e descobertas, a generalização de saberes, o entusiasmo na aceitação da ideia nova, a mordacidade e a sátira de grupos e tipos sociais decadentes, a liberalização dos costumes, isto é, a concretização social do espírito crítico” (*idem*: 34-35). Temos, assim, o café como paradigma do espaço público e da sociedade aberta, lugar de liberdade e diversidade, mas também de inquietação e dúvida. A ideia chave aqui é, claro está, a centralização no espaço

público, que tão característica é da *forma mentis* europeia. “De facto,” pergunta Miguel Real, “que espírito é esse que, mais do que em foro privado e íntimo, se centra recorrentemente no espaço público e presta contorno de figura relevante à Europa, simultaneamente que lhe faz pulsar acelerado o coração?” (*idem*: 35).

Um paralelo interessante que pode ser aqui traçado é com o postulado de Jürgen Habermas sobre a formação da «esfera pública». Em *Strukturwandel der Öffentlichkeit*,³³ o filósofo alemão traça o desenvolvimento da sociedade civil a partir da formação da esfera pública que ocorreu na Europa durante os séculos XVII e XVIII. Habermas vê a esfera pública como sendo acima de tudo o ponto de encontro da esfera do privado unida como um público, separada do Estado, ou melhor, oposta a este como domínio genuíno de autonomia privada (cf. Habermas, 1962: 12). Mais, ele defende que a definição moderna de «público» depende da dicotomia público *versus* privado, da possibilidade de se contrapor Estado e sociedade, algo que não acontecia nas sociedades feudais. Assim, ele apresenta a sociedade civil como corolário de uma autoridade estatal despersonalizada, isto é, impessoal (cf. *idem*: 19). É desta forma que regressamos ao café, pois foi naquele período histórico identificado por Habermas que o café se tornou – particularmente, no caso das *coffee houses* londrinas³⁴ – no local onde os cidadãos se encontravam para discutir negócios, bem como as novidades do dia, que lhes chegavam através de uma imprensa escrita também emergente. As *coffee houses* foram importantes não somente por terem tornado o acesso aos círculos relevantes mais fácil e menos formal, mas também porque democratizaram este acesso, que passou a abarcar a totalidade da classe média. Dito de outro modo, tanto ricos como pobres frequentavam as *coffee houses* (cf. *idem*: 33). Posto isto, a associação feita por George Steiner e reiterada por Miguel Real entre o espírito da Europa e o café como espaço público de liberdade e partilha democrática de ideias parece-nos particularmente pertinente.

3.1.2.2. O ensaio

Miguel Real considera que a forma estética do ensaio define a *forma mentis* da Europa. Ensaio como aquele que é produzido através de um descomprometimento do pensamento, de um espírito crítico que faz avanços provisórios, continuamente procurando pontos de apoio:

33 *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, ed. ut.: *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (Habermas, 1962).

34 A primeira *coffee house* abriu em Londres em meados do século XVII, no seguimento da popularização do consumo, primeiro, do chá e, depois, do café e do chocolate; na primeira década do século XVIII, Londres tinha já cerca de três mil *coffee houses* (cf. Habermas, 1962: 32).

Atingindo instáveis certezas, logo traduzidas em incertezas, embora visíveis e sólidas plataformas para novas buscas, que de imediato se transfiguram em outras tantas dúvidas, algumas logo negadas, outras reafirmadas com grau rijo de ambiguidade, até se atingir uma certeza mais firme que todas as restantes, que, com algum grau de convicção, declaramos ser a «verdade». (Real, 2012: 36).

De resto, é difícil falar em ensaio e Europa e não mencionar Montaigne, a quem devemos não só o género tal como ele foi definido supra, como a própria palavra «ensaio». Para Montaigne, tal como faz notar M. A. Screech,³⁵ um ensaio resultava de um processo de introspeção, isto é, da análise que o indivíduo faz da sua natureza, dos seus hábitos, das suas opiniões, mas também das opiniões de terceiros. Tudo isto feito em busca de verdade, através de uma exploração subjetiva do mundo, seja ele real ou textual, privado ou público (cf. Montaigne, 1991 [1580]: 19). Quanto à instabilidade inerente ao género e a esta busca de «verdade», seja ela qual for, que melhor exemplo do que a forma como Montaigne foi escrevendo os seus ensaios, a eles repetidamente voltando, para apagar e acrescentar dúvidas e certezas, provisórias ou definitivas, legando-nos um corpus textual composto por várias camadas (cf. *idem*: 20-21). E se Montaigne sabia que a verdade era assim feita, sempre provisória e instável, também a Europa o sabe. Tal como nos diz Real, “a Europa é o único continente que sabe, hoje, que a verdade consiste na forma provisória da não-verdade.” (Real, 2012: 36-7).

Real destaca também a separação entre os domínios da filosofia, da arte e da ciência, e os da religião, uma característica exclusiva da Europa: “a verdade histórica força-nos a aceitar, por evidência argumentativa, que nenhum outro continente teve Platão e Galileu, Aristóteles e Copérnico, Leibniz e Newton, Kant e Einstein, pensadores religiosamente comprometidos que souberam separar com clareza distintiva o domínio da filosofia, da arte e da ciência do domínio da religião.” (*idem*: 37).

3.1.2.3. A Europa da viagem como destino

Um tema interessante que Real aborda de seguida é o da viagem. Ele começa por estabelecer um paralelo entre viagem física e mental. “Tal como o ensaio no plano teórico e filosófico (racional)”, diz Real, “a *viagem* tornou-se, no sentido existencial e cultural, definidora do homem enquanto ser primitivamente nómada.” (Real, 2012: 37). Para ele, este é hoje, obviamente, um tema cujo valor, no que diz respeito à Europa, é simbólico, mas que tem as suas raízes nas viagens físicas levadas a cabo pelos europeus em

35 // “Introduction” (Montaigne, 1991 [1580]: 17-62).

séculos idos e nas marcas culturais e mentais que estas deixaram no homem europeu. No entanto, este valor simbólico é por Real considerado bastante importante:

Hoje, três mil anos depois de Moisés e Homero, a Europa sabe que o Paraíso, a Terra Prometida, a ilha da Utopia de Thomas More, não constitui um ponto de chegada, mas o motor ético que força o homem a partir. O Paraíso tornou-se o cais de partida de todo o homem aventureiro, isto é, mercador, isto é, ensaísta, isto é, europeu. (*idem*: 40).

Assim, a viagem, no sentido físico, mas também mental ou espiritual, tornou-se a essência da Europa e do homem europeu. Real considera que esta cultura nómada da viagem foi interiorizada pelo homem europeu, fazendo já parte do seu código genético e da sua estrutura mental, “transformando o europeu em mercador (comerciante) e em filósofo e cientista, levando a atitude e o saber racionais a todos os restantes continentes.” (*ibidem*). Desta forma, o europeu é visto não apenas como o cristão evangelizador, mas também como o homem de cultura, ciência e comércio que espalhou o seu saber pelo mundo. Não se trata de revisionismo histórico, mas de uma análise contextualizada e fortemente apoiado em factos históricos. E, nosso entender, justa.

De resto, Real considera que “todos estes elementos da configuração do saber ocidental buscam resposta às perguntas principais e essenciais da humanidade, sabendo que a resposta (a verdade, a viagem) se encontra no caminho labiríntico por ela própria formado.” (*idem*: 41). A verdade reside, assim, no espírito nómada do caminho, no facto de não haver caminho senão aquele que se faz e vai fazendo, o caminho improvisado, o caminho existencial – o caminho humano. Real considera que esta é a diferença fundamental entre a Europa e os outros continentes. A Europa já viajou. Os outros continentes ainda se encontram em viagem, “sorvidos pelo ânimo de futuro pertinente a toda a viagem nómada.” (*ibidem*).³⁶ Desta forma, o café constitui um mero ponto de paragem (cf. *ibidem*).

3.1.3. O continente da Grande Cultura

“O espírito da Europa,” diz Real, “mais do que o do continente do útil, do interesse, do definitivo feito e cristalizado, do sedentarismo, identifica-se com o que de mais volúvel, instável, inconstante, imaterial, aéreo, espiritual, inútil e transcendente existe – a cultura.” (Real, 2012: 41). Com efeito, ele defende que “a Europa é o continente da cultura” (*ibidem*), da Grande Cultura, isto é, na formulação de Eduardo Loureço, da

³⁶ Talvez o debate europeu sobre a imigração tivesse a ganhar com a inserção deste aspeto pertinente à discussão. Com exceção da crise dos refugiados, que é uma questão de um plano humano diferente, com uma urgência que não permite, para já, considerá-la exclusivamente sob o ponto de vista cultural.

cultura como “domínio autónomo” (Lourenço, 1988: 158), e é este o facto mais importante que distingue o continente europeu dos restantes, pois foi a Grande Cultura “que fez do animal bípede homínido um verdadeiro e legítimo homem, isto é, que transfigurou a espécie humana biológica em Humanidade, recortando-a, não de atavios circunstanciais, temporais e geográficos, como aconteceu com a cultura dos restantes continentes, mas da face eterna do pensar e fazer humanos.” (Real, 2012: 42). Dito de outra forma, foi a Europa que transformou o animal homem no homem humano (cf. *ibidem*). De resto, apesar da Europa ser o continente da Grande Cultura, isto não faz com que esta seja exclusiva da Europa, sendo antes vista como uma dádiva europeia à Humanidade. A Grande Cultura é o garante da universalidade do homem (cf. *ibidem*).

Mas o que é a Grande Cultura? Para Miguel Real, a Grande Cultura

é aquela que dispensa o âmago das certezas cristalizadas da religião, qualquer religião, sem abandonar a experiência iniludível e fantástica do sagrado – e só a Europa do século XX, depois de Nietzsche, Marx, Dostoiévsky e Freud, cometeu a arte do supremo nomadismo mental que consistiu na destruição da religião cristã sem a substituir por novo conjunto de dogmas, *vogando indeterminadamente no indefinido*, no incerto sem norte nem bússola orientadora, substituindo a apoditicidade de Deus pela experiência sagrada individual da arte (a poesia, a música), do conhecimento (a ciência), da inevitável inquirição sem quê nem porquê (o ensaio e a filosofia). (*idem*: 42-3).

Real vê, assim, a substituição da religião pela arte, ciência e inquirição intelectual, isto é, aquilo que poderíamos designar como um movimento de secularização da vida em sociedade, como algo muito positivo, fazendo do continente europeu um continente excepcional quando comparado com os outros. “Desde que se despiu da batina da teologia,” continua ele, “a Europa estatui-se como o continente da eterna viagem errante, conhecedora do ponto de partida, mas desconhecadora tanto do itinerário futuro quanto do ponto de chegada. É esta a grande, grande virtude da Europa.” (*idem*: 43)

Algumas reservas poderão ser levantadas acerca desta visão positiva advogada por Real. Afinal de contas, a juntar a tudo isto, a Europa também teve colonialismos, guerras, totalitarismos, etc. Mas, tal como fomos referindo, a visão de Miguel Real não é unidimensional. Para ele, guerras, por um lado, e Carta dos Direitos do Homem, por outro, fazem parte da mesma Europa, definem-na, uma Europa que, mais do que boa ou má, foi sempre humana: “Nem anjo branco nem anjo negro, nem deus nem demónio, o europeu tem sido exclusivamente Homem, homem de uma humanidade humana, nem divina nem bestífera.” (*ibidem*). E se há continente onde a humanidade do homem esteve sempre manifesta foi na Europa: “nunca a

humanidade do homem se elevou tão alto quanto na Europa, o genuíno e autêntico continente da única *forma mentis* que abarca a totalidade da humanidade – o Humanismo, pensamento que abarca simultaneamente o Belo e o Horrível, o Bem e o Mal, a Justiça e a Injustiça, a Magnanimidade e a Avareza, a Paz e a Guerra, a Generosidade e a Ganância.” (*idem*: 43-44).

Se calhar nunca como hoje foi tão urgente que a Europa assuma novamente o seu papel de estrela que indica o caminho. Tal como diz George Steiner,

[n]um mundo actualmente nas garras do fundamentalismo assassino – seja ele o do Sul e Centro Americanos, ou seja o do Islão –, a Europa ocidental pode ter o privilégio imperativo de produzir, de pôr em prática, um humanismo secular. Se conseguir libertar-se da sua própria herança negra, confrontando-a sem receios, a Europa de Montaigne e Erasmo, de Voltaire e Immanuel Kant pode, uma vez mais, indicar o caminho a seguir. (Steiner, 2004: 52).

A Europa deve, no entanto, pôr de lado a ideia de que poderá rivalizar em termos económicos, tecnológicos ou militares com os EUA, ou mesmo com as potências emergentes, tal como a China, e concentrar esforços na vertente espiritual e intelectual (cf. *idem*: 53), pois foi isto o que a Europa de melhor deu ao mundo e é isto o que de melhor a Europa poderá dar ao mundo. Nunca o humano é tão digno como quando busca o saber, o conhecimento desinteressado e a beleza (cf. *ibidem*). Tal como salienta Steiner: “Fazer dinheiro e inundar as nossas vidas de bens materiais cada vez mais trivializados é uma paixão profundamente vulgar e inane.” (*ibidem*). E o pensador franco-americano acrescenta: “Não é a censura política que mata: é o despotismo do mercado de massas e as recompensas do estrelato comercializado.” (*idem*: 54). E, de facto, parecemos estar a entrar numa era em que se torna cada vez mais óbvia a impossibilidade de o capitalismo se reformar. Num artigo publicado na ressaca dos Ataques de Paris, em 13 de novembro de 2015, o filósofo esloveno Slavoj Žižek defende mesmo que o capitalismo já não necessita dos valores culturais ocidentais, citando o carácter intrinsecamente próteo do capitalismo, que se consegue adaptar às mais diferentes culturas, religiões ou tradições,³⁷ uma posição que surge inequivocamente validada através do capitalismo de «valores asiáticos» atualmente praticado na China e que, de resto, é explorada por Real, sendo disso bom exemplo o seu romance *O Último Europeu* (Real, 2015a).

37 cf. <http://inthesetimes.com/article/18605/breaking-the-taboos-in-the-wake-of-paris-attacks-the-left-must-embrace-its>, visto em 21/02/2017.

3.1.4. Esperança na ressurreição da Europa

Miguel Real considera, todavia, haver ainda esperança na ressurreição da Europa. Tal como ele diz, há mil anos atrás dificilmente se adivinharia que nos próximos mil anos fosse ser a Europa o continente que mais protagonismo viria a ter. Esse papel seria naturalmente atribuído aos árabes. O que permitiu a Europa ultrapassar os árabes residiu em quatro fortíssimas revoluções: A capacidade aventureira (a errância, o nomadismo da viagem) dos portugueses e dos espanhóis; a revolução laica que desencadeou a separação entre a religião e o Estado; a revolução científica dos séculos XVI e XVII, que se generalizou por toda a Europa; e, por fim, a revolução política instauradora da democracia como sistema de representação de soberania e do voto como expressão da vontade da maioria (a Revolução Francesa) (cf. Real, 2012: 57). Estas quatro revoluções podem ser, respetivamente, resumidas da seguinte forma: Descobrimientos (ou, se quisermos, revolução geográfica e mental); revolução laica; revolução científica; e revolução política. No entanto, tal como Real salienta: “Todos estes movimentos sociais, de fortíssimo carácter ruptural, foram criados a partir de uma igualmente fortíssima concorrência bélica (guerras sangrentas) entre os povos, nações e estados europeus, bem como de uma não menor acção de rapinagem das riquezas humanas (escravatura) e naturais (exploração das matérias-primas) dos continentes não-europeus.” (*idem*: 58). Mais uma vez fica expressa a evidência de que muito do bem foi feito a partir do mal. “Com efeito,” conclui o pensador português, “o que de melhor a humanidade criou até hoje, no sentido universal, foi criado, concebido, sonhado e/ou realizado na Europa, mas o que de pior a humanidade conheceu até hoje foi igualmente criado, concebido e realizado na e/ou pela Europa.” (*ibidem*).

Posto isto, Real considera que a Europa só pode ressuscitar se incorporar 1) uma nova ética, fundada nos resultados da ciência; 2) uma nova moral, fundada na transcendência do valor do homem e da humanidade, substituta da moral cristã; e 3) uma nova axiologia, fundada no respeito pela Natureza e por todos os animais sencientes (cf. *idem*: 125). Só com este conjunto de valores a Europa entrará de novo na História, indicando ao mundo uma nova visão global. Assim, de acordo com Real, a Europa vê-se forçada “a superar-se ou morrer, a auto-rupturalizar-se ou a resignar-se a uma decadência de milhares de anos” (*idem*: 126).

Para resumir a Europa numa palavra, num conceito que a sintetize, Real sugere o de liberdade: “A Liberdade sob o império da Lei resume (...) 3000 anos de existência da Europa.” (*idem*: 58-9). Ele acrescenta que só com a Liberdade “e com o espírito crítico nómada europeu poderemos contar para resgatar a Europa de uma aparentemente inevitável decadência.” (*idem*: 59).

3.2. Lusofonia

3.2.1. Uma «alternativa de futuro» à Europa

Tal como vimos anteriormente, a Europa é, para Miguel Real, o lugar natural de Portugal e o homem português é, acima de tudo, o homem europeu. Ele considera que a vocação de Portugal se identifica com a vocação da Europa, e esta encontra-se traçada, desde a Revolução Francesa e da Revolução Industrial, por um processo de descristianização dos costumes e da ética (cf. Real, 2012: 118). No entanto, devido à atual conjuntura política e económica que se vive na Europa, em que esta se vê abandonada a um plano decadentista que perverteu os seus valores históricos, fruto do domínio de uma elite tecnocrática sem visão nem consciência históricas, e consequentemente devido ao futuro pouco auspicioso que se augura para a Europa, surge, na visão de Real, a Lusofonia. Assim, Real considera a Lusofonia como “uma alternativa de futuro” (*idem*: 111) que Portugal tem à Europa, ou, dito de outro modo, a sua vocação³⁸ histórica (cf. *idem*: 118).

O pensador português considera que hoje é difícil imaginar uma Europa única e unida (cf. *idem*: 128).³⁹ Segundo ele, talvez apenas um choque económico provocará a urgente necessidade de uma verdadeira unificação europeia, ao qual se seguirá um choque cultural, criando a nova mitologia identitária europeia (cf. *ibidem*). De resto, Real antevê também problemas para a Europa em termos políticos e demográficos. Ele considera haver, em termos históricos, uma correlação entre demografia e sistema político. “As sociedades demograficamente escassas,” diz Real, “correspondem sociedades fortemente hierárquicas (monarquias absolutistas); as sociedades de massas, propiciadas pela Revolução Industrial, correspondem regimes de representação proporcional (democracias, republicanas ou monárquicas)” (*idem*: 129). Assim, continua Real, “as futuras sociedades demograficamente desequilibradas, com a pirâmide etária invertida ou excesso de população face aos recursos disponíveis, corresponderão sociedades tecnocráticas, de profundo vínculo administrativo impositivo.” (*ibidem*). Dito de outra forma, a democracia tal como a conhecemos, em que a vontade da maioria prevalece, está em risco. Um bom exemplo disto mesmo é o que acontece já na União Europeia, com a elite tecnocrática a esquivar-se, sempre que possível, à consulta popular, tal como

38 Numa nota de rodapé, Miguel Real esclarece o que entende por «vocação» e aproveita também para se demarcar do postulado determinista-histórico de Jorge Borges de Macedo: “«Vocação» significa, aqui, fortíssima inclinação condicionada pela conjuntura histórica maioritária. Recusamos usar o termo «destino histórico», usado por Jorge Borges de Macedo, por não aceitarmos qualquer tipo de determinismo histórico.” (Real, 2012: 118).

39 Tony Judt defende mesmo que as circunstâncias que permitiram a formação da União Europeia foram únicas e irrepetíveis. Para o historiador britânico, assumir que estas podem ser projetadas continuamente no futuro é uma ilusão (cf. Judt, 1996: 18).

ainda recentemente aconteceu em Portugal e na maioria dos países-membros com o Tratado de Lisboa, tal como acontecera com o Tratado de Maastricht e, particularmente, tal como aconteceu também no caso do referendo irlandês ao Tratado de Lisboa, em que a votação foi repetida até à obtenção do «resultado certo».⁴⁰ É assim, em suma, que o problema da crise demográfica, tanto a portuguesa como a europeia, se articula com uma crise política que, ainda que já existente, pode ainda acentuar-se com consequências nefastas para os países europeus. Esta é uma questão à qual Real atribui enorme importância e não é difícil perceber de que forma a Lusofonia como alternativa à Europa se encadeia, no contexto do seu pensamento, com esta questão. A Lusofonia pode funcionar como solução para o problema demográfico português e, de resto, Real vê a solução deste problema como uma espécie de teste para a Lusofonia. “Se dentro de duzentos, trezentos anos, o Portugal europeu não for predominantemente mulato, como o é actualmente o Brasil,” diz-nos Miguel Real, “a Lusofonia falhou” (*idem*: 138).

Também Bernardo Pires de Lima considera que a Europa se encontra atualmente numa encruzilhada. Em *Portugal e o Atlântico*, o ensaísta português salienta o carácter de elevada incerteza da época em que vivemos, mas desmarca-se das teses que defendem o ocaso do Ocidente, as quais, num binómio frequentemente evocado e explorado,⁴¹ se pagaria com a ascensão da China, originando uma transferência de hegemonia do Atlântico para o Pacífico. Lima defende, por outro lado, que o Atlântico está a viver uma ressurgência silenciosa, que o colocará no centro da geopolítica do atual século (cf. Lima, 2016: s/n). Posto isto, ele defende que Portugal, dada a sua história, as suas relações privilegiadas com as potências do Atlântico e, por último mas não menos importante, a sua posição geográfica, poderá beneficiar deste ressurgimento.

Destacando a posição de fragilidade atualmente vivida pela UE, definindo-a mesmo como “um momento absolutamente crítico e existencial” (*ibidem*), acicatado em anos recentes com ameaças tanto internas (populismo) quanto externas (fundamentalismo islâmico), Lima advoga todavia que Portugal não se pode dar ao luxo de estar fora da UE. Miguel Real, tal como vimos, também não defende que Portugal vire as costas à União Europeia. Lima defende que Portugal pode e deve, por outro lado, “redimensionar o seu poder e o seu estatuto entre os cada vez mais numerosos Estados-membros e nas instituições europeias se potenciar a sua posição geográfica e a sua política externa, recentrando-a de outra maneira no Atlântico.” (*ibidem*) Assim, Lima propõe que a ação externa de Portugal se oriente por dois eixos interligados: “Primeiro,

40 O único país que tem referendado de uma forma consistente as questões europeias tem sido a Dinamarca.

41 *Vd.*, p. ex., Real, 2015a.

como autêntico *pivot* geopolítico entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. Segundo, como *hub* económico entre a Europa e a bacia atlântica.” (*ibidem*).

Em anos recentes, a UE, seguindo o caminho político e económico comum que havia escolhido e devido também à crise económica internacional, passou de uma lógica comunitária para uma lógica devedor-pagador. A UE passou, assim, a ser vista como fator de bloqueio e não como o fator de potenciação que até então tinha sido. Da convergência passou-se à divergência. Assim, a Europa que temos é uma Europa unipolar, dominada pela Alemanha e privilegiando quase exclusivamente o rigor orçamental. É então que surge o Atlântico na proposta de Lima. Segundo o ensaísta português, Portugal deverá fazer uso das suas vantagens estratégicas (relação privilegiada com os EUA por causa da Base das Lajes; relações históricas e presença de grandes comunidades em Brasil, Angola ou África do Sul; parceria económica já existente com Nigéria (gás) e Camarões (petróleo)). Posto isto, Lima defende que Portugal têm condições muito vantajosas para potenciar o seu papel no “multilateralismo competitivo das relações transatlânticas alargadas.” (*ibidem*).

Temos assim em Lima uma posição interessante que, apesar de partir de premissas (a economia, a política) diferentes da de Miguel Real (a cultura), chega todavia conclusões idênticas. Portugal não deverá virar as costas à Europa, mas deverá cada vez mais virar-se para o Atlântico e, no caso do pensamento de Miguel Real, para o Atlântico e além. A este respeito, tanto a posição de Lima como a de Real acabam por vir retomar a de Joaquim Barradas de Carvalho, não o iniciador desta ideia sobre o futuro Atlântico de Portugal,⁴² mas talvez a sua voz mais eloquente ou pelo menos uma das mais pertinentes. Em 1974, ano de publicação de *Rumo De Portugal: A Europa ou o Atlântico?*, Carvalho defendia que Portugal chegara “não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas” (Carvalho, 1974: 63) e que teria de escolher entre a Europa e o Atlântico, por ele consideradas “duas opções que dizem respeito à sua história, a *mais profunda*.” (*idem*: 63-64). Carvalho entendia que, caso Portugal optasse por rumar à Europa – “esta Europa tão do agrado dos tecnocratas” (*idem*: 64) – Portugal perderia novamente a independência, comparando mesmo esta putativa perda de soberania com a de 1580, defendendo também que Portugal acabaria por se dissolver numa Península Ibérica unificada no espaço europeu, com capital económica e política em Madrid (cf. *ibidem*). Assim, ele defendia a escolha do Atlântico “como única condição para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuinidade, medieva e renascentista” (*idem*: 64-65). Esta escolha deveria levar, no seu entendimento, à criação de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” (*idem*: 67), onde “todas as partes se reencontrariam na mais genuína individualidade linguística e civilizacional.” (*ibidem*) De resto, Joaquim Barradas de Carvalho defendia ser esta “a condição para que Portugal volte a ser ele

42 *Vd.*, por ex., *Portugal, Terra do Atlântico* (1923), de João de Barros.

próprio.” (*ibidem*). Carvalho não acertou em todos os problemas que a escolha da Europa traria a Portugal, mas acertou, por assim dizer, no resultado final. Posto isto, não deixa de ser curioso que, mais de quarenta anos depois, esta sobre o futuro de Portugal – a Europa ou o Atlântico? – seja novamente atual.

Quanto à morte de Portugal abordada nos capítulos anteriores, Real considera que, atendendo às circunstâncias particulares de Portugal, isto é, à sua decadência, esta só pode ser motivo de alegria, pois, “por via da língua e da cultura, «morrendo» dissolvido na Europa, a sua vocação cultural universal ressuscitará nos países lusófonos” (Real, 2012: 126). Portugal, diz ele, é um país esgotado, nada o torna singular senão um rol de elementos negativos. O seu povo tem sido forçado a viver na mediocridade desde o século XVII (cf. *ibidem*). Tal como vimos, este «esgotamento» de Portugal é por Real imputado às elites. “A vontade de Portugal esgotou-se”, diz ele,

porque a vontade das suas elites é ser menos Portugal e mais Europa, a sua vontade (a sua afirmação económica, científica, estética, cultural), como a vontade da maioria das elites nacionais europeias, é hoje ser mais Europa, isto é, comprometer-se na construção de uma Europa unida. E, de facto, historicamente, a Europa já se encontra unida na arte, na economia, nos sistemas desportivos, na comunicação, na ciência, na universidade..., falta apenas destruir o conservadorismo nacionalista dos actuais dirigentes políticos. (*idem*. 128).

Real considera, desta forma, que só o provincianismo, “manifestação das categorias de uma mentalidade nacionalista” (*idem*. 123), justifica a insistência que se tem verificado na comunidade europeia para que cada língua nacional se eleve a língua oficial junto das instituições europeias, cujo único resultado prático é o da sobrecarga burocrática e financeira (cf. *ibidem*) – aquilo que poderíamos designar como um custoso caos babélico. Dito isto, Real antecipa que no futuro os nacionalismos europeus darão lugar a regionalismos, uma visão que ele explora no romance *O Último Europeu*. Para ele, tudo nos povos da Europa é semelhante, apenas o império da língua nacional os separa (cf. *idem*. 126-127). Real considera que, no futuro, o bilinguismo será comum e isso será bom (cf. *idem*. 127). Desta forma, ele antecipa que no futuro teremos, de um lado, a língua e a cultura regionais, resíduo histórico dos nacionalismos; e, do outro, uma nova identidade cultural europeia e a língua inglesa. Só uma língua única permitirá a unificação política e económica do continente europeu (cf. *idem*. 123-124). Portanto, será assim que se formará uma nova identidade cultural europeia, única, supranacional, envolvendo a totalidade dos países participantes da comunidade europeia, bem como a Rússia, pois, para a Europa ser completa, ela precisa da Rússia. De facto, Real considera a Rússia “o verdadeiro obstáculo” (*idem*. 126) à unificação integral das instituições continentais europeias. Em *Rússia e Europa: Uma Parte do Todo*, José Milhazes defende que a ideia de que a Rússia constitui uma

civilização separada da europeia, mais preparada para autoritarismo e expansionismo do que para democracia e liberdade, é um equívoco, que se apoia em estereótipos e não em factos. A principal matriz civilizacional russa é europeia, ainda que as relações entre a Rússia e a Europa, tal como as de Portugal com a Europa, tenham sido sempre complexas. De facto, tal como bem nota Milhazes, quando falamos em literatura clássica russa facilmente a colocamos entre a literatura europeia ou, em termos mais alargados, ocidental, e não como uma ramo da literatura asiática. Para além disto, a União Europeia é no presente o maior parceiro comercial da Rússia (cf. Milhazes, 2016: s/n).

Miguel Real vê como necessário que esta nova cultura europeia seja fundada sobre as “novas realidades científicas da biotecnologia, das ciências electrónicas e informáticas, na nova postura ética sobre o ambiente e na integral defesa dos Direitos Humanos ao nível planetário.” (Real, 2012: 124). Uma nova cultura imbuída dos valores criados pela história conflituosa da Europa ao longo dos milénios anteriores, que permita que estes naquela se diluam, sobretudo os valores do permanente humanismo europeu (cf. *ibidem*). Real identifica o contributo de Portugal para esta novíssima cultura como sendo através do

permanente suplemento de transcendência, de espiritualidade e de lirismo que têm animado a sua cultura, evidenciando tanto a ética estoica do seu povo quanto um novo grito lírico de um pensamento problemático, evidenciado pelas obras de Fernando Pessoa, Fernando Gil, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço e Viriato Soromenho-Marques. (*ibidem*).

De facto, a Europa é, para Real, o lugar natural de Portugal e ele defende que Portugal deve esgotar ao limite a sua europeidade (*idem*: 129). Porém, se a Europa é o lugar natural de Portugal, o seu lugar histórico é, hoje, a Lusofonia (*ibidem*). Porquê? O pensador português defende que

não se trata apenas de uma questão de paternidade histórica, trata-se, igualmente, de uma questão substancialmente relacionada com a própria identidade nacional de Portugal. Sem as ex-colónias, sem o tempo passado vinculado aos Descobrimentos, Portugal não possuiria a sua identidade histórica, nada seríamos senão uma Galiza maior, ponto de emigração para a América Latina e Europa. (*idem*: 130).

Ele vê, assim, o passado português, que ora é exaltado pelos seus feitos, ora é vilipendiado pelos seus pecados, como aquilo que ele predominantemente é: o nosso legado e a nossa identidade histórica e uma parte muito significativa da nossa identidade atual. De resto, sem aquilo que a Lusofonia representa para Portugal em termos históricos, Portugal, tal como o conhecemos, não existiria: “Os Descobrimentos fizeram-nos, constituíram o nosso tempo de adultos históricos, selaram a nossa identidade nacional.” (*ibidem*). Assim,

Real defende que “devemos sempre juntar ao nosso lugar natural (a Europa) o nosso lugar histórico (a Lusofonia), este actualmente mais importante do que aquele, porque conquistado e realizado com sucesso.” (*ibidem*). Tal como vimos no capítulo anterior, o mesmo não pode ser dito acerca da integração europeia de Portugal.

3.2.2. Uma questão atual

Em anos recentes, a Lusofonia tem sido intensamente debatida, tendo já originado extensa bibliografia.⁴³ De facto, se há conclusão que pode desde logo ser retirada é que se trata de um tema premente e, tal como salienta Jessica Falconi, controverso e irresolvido (cf. Falconi, 2013: 280).

Há duas linhas gerais de argumentação no debate sobre a Lusofonia, que poderíamos designar, exclusivamente para efeitos práticos, como as posições *lusófoba* e *lusófila*. A primeira defende que a Lusofonia mais não é do que um projeto cultural neocolonial ou neoimperial elaborado a partir do antigo centro colonial por forma a prolongar o domínio de Portugal sobre os restantes países que compõem o universo das antigas colónias portuguesas. Por sua vez, a segunda rejeita qualquer feição neocolonial ou neoimperial do projeto lusófono e propõe-se executá-lo devido ao seu enorme potencial corporizado na língua comum, celebrando a sua riqueza e diversidade e antevendo nele já uma dimensão civilizacional própria.

A posição lusófoba encontra-se, em traços gerais, expressa em Alfredo Margarido (2000), que vê a Lusofonia como sendo uma desesperada invenção portuguesa que tem como fim exclusivo restaurar o espaço colonial português, agora composto não por territórios ultramarinos, mas pela língua (cf. *idem*: 6). Segundo Margarido, após 1974-75, operou-se, subtil e paulatinamente, uma transferência do foco da «grandeza» de Portugal do território para a língua. Assim, diz ele, “Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua «grandeza».” (*idem*: 28). Posto isto, Margarido vê a Lusofonia como resposta a uma inquietação portuguesa, à qual ele associa também uma carga messiânica (cf. *idem*: 12). De facto, ele considera que só “uma leitura mítica pode ainda pretender construir um «espaço lusófono» quando as regras europeias não prevêm que baste falar português para se poder circular livremente.” (*idem*: 15). Neste sentido, a crítica de Margarido ganha validade. Consideremos o Tratado de Schengen, sobre o qual ele é bastante crítico, vendo-o como “a peça jurídica mais capaz de impedir a formação de qualquer espaço lusófono.” (*idem*: 78). Neste aspeto, torna-se por de mais evidente

43 Pelo acesso que nos proporcionou a este debate e aos diversos intervenientes e opiniões, estamos gratos ao trabalho de Vitor Sousa (Sousa, 2015), do qual destacamos a discussão em torno do conceito de «lusofonia» (cf. Sousa, 2015: 385ff).

que Portugal não salvaguardou os laços históricos com os antigos colonizados, funcionando hoje como agente executor da política de uma Europa burocrática que, através do Tratado de Schengen, mais não fez (e continua a fazer, de forma cada vez mais incisiva) do que “oficializar e racionalizar – quer dizer burocratizar – os sentimentos de exclusão.” (*idem*: 32). Assim, pergunta Margarido, “como é que se podem criar as falsas comunidades da língua, quando as regras políticas hostilizam toda e qualquer operação de integração?” (*idem*: 32-33).

Por sua vez, Michel Cahen, numa perspetiva que tem ganhado bastante tração no âmbito dos estudos pós-coloniais, diz que não há uma cultura lusófona. Segundo o historiador francês, o facto de duas ou mais culturas se expressarem em português não as torna culturas «irmãs» ou «gémeas» (cf. Cahen, 2013: 297). Assim, ele vê a Lusofonia como um conceito eminentemente político e ideológico (*idem*: 298), considerando, de resto, que, à imagem da situação francesa, o imaginário português só parcialmente foi descolonizado (cf. *ibidem*). Cahen acrescenta que não se propõe negar ou minimizar os diversos legados – religioso, legal, imaginário e nacional –, mas que os mesmos são mais um caso de *Lusotopia* do que de Lusofonia (cf. *idem*: 307). O historiador francês conclui dizendo que a Lusofonia não é um espaço cultural, mas um espaço pós-colonial (cf. *idem*: 309), e que a “leve” [no original, *light*] identidade lusófona que existe neste espaço existe apenas de forma relativa e contextual, o que por sua vez não permite a sua evolução para uma comunidade unificada (cf. *idem*: 310).

Com algumas diferenças importantes, esta é também a posição de Eduardo Lourenço, que, em *A Nau de Ícaro, Seguida de Imagem e Miragem da Lusofonia*, nos oferece uma visão da Lusofonia carregada de um onirismo mítico, um “continente imaterial” (Lourenço, 1999a: 174) que surge num plano simbólico impregnado de um sentimento de nostalgia imperial. De facto, Eduardo Lourenço considera que é “na consciência portuguesa que mais fundo se manifest[a] uma certa nostalgia imperial, um sentimento de incompletude sobre uma universalidade simbólica perdida.” (*idem*: 112). Ele considera mesmo que a “lusofonia é hoje o nosso *mapa cor-de-rosa* onde todos esses impérios [de Camões, Vieira e Pessoa] podem ser inscritos” (*idem*: 177). Desta forma, ele considera que o “sonho” de uma comunidade lusófona “bem ou mal sonhado, é por natureza – que é sobretudo história e mitologia – um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e amplitude *lusíada*.” (*idem*: 163). De resto, encarando a CPLP como expressão deste anseio lusófono, Lourenço assinala que esta foi desde o seu início encarada com reservas por parte dos outros países (cf. *idem*: 176).

Para que fique claro, Eduardo Lourenço considera a criação de uma comunidade lusófona algo “desejável em si” (*idem*: 163). Ele considera mesmo que não “há razão para não sonhar a sério – mesmo

com os perigos de delírio que comporta – uma comunidade de raiz linguística portuguesa” (*idem*: 165); mas, continua Lourenço, “sonhá-la a sério significa não ser o único sonhador dela e saber que os outros a não sonharão como nós.” (*ibidem*). No entanto, ele parece ver esse sonho apenas como isso mesmo, um sonho. As razões que ele apresenta para a não realização prática desse sonho não são de ordem política, ideológica ou geográfica, mas de cultura e história (cf. *ibidem*), isto é, de “mitologia cultural” (*idem*: 168). Aliás, Eduardo Lourenço subscreve a posição de Fernando Henrique Cardoso, quando o antigo Presidente do Brasil diz que o “facto de usarmos a mesma língua não significa que tenhamos a mesma cultura.” (*idem*: 167). E este, diz-nos o pensador português, é o “cerne da questão” (*idem*: 168).⁴⁴

Um ponto importante no postulado de Eduardo Lourenço sobre a Lusofonia, de resto destacado por Maria Manuel Baptista (2000), é a separação efetuada na sua abordagem entre língua e cultura. Do ponto de vista da língua, a diversidade e vitalidade no espaço lusófono é reconhecida, sendo encarada como um facto cultural legítimo. No entanto, Lourenço considera que não há “sobreposição e implicação que justifiquem *destino virtualmente comunitário* entre lusofonia e cultura de expressão lusófona” (Lourenço, 1999a: 172). E continua: “Mas lusofonia sem um mínimo de mitologia cultural partilhada só pode ser comunidade na ordem prática da comunicação, não na do espírito e do imaginário que são a sua essência.” (*ibidem*). Eduardo Lourenço nega, assim, à língua a possibilidade de funcionar como força motriz cultural e até civilizacional. Para ele, os países lusófonos, “agora sujeitos históricos e políticos *autónomos*, independentes, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses, na nossa comum língua ou noutra expressão linguística, reconhecem-se sobretudo como *actores* da sua cultura, fundamento da sua identidade.” (*idem*: 192). Assim, Eduardo Lourenço conclui que o

imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e da *diferença* e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense. (*idem*: 112).

Posto isto, ele defende que o “apelo à lusofonia só tem verdadeiro sentido e, sobretudo, *efeitos práticos* se nos vier de fora.” (*idem*: 189). No entanto, o que Lourenço adivinhava no final do século passado era um

44 Esta visão é característica do pensamento de Eduardo Lourenço, ele que considera, em palavras suas, que “todo o sentido da aventura humana é em termos de cultura e na arena da cultura que se joga” (Lourenço, 1999a: 106).

acentuar do afastamento das “constelações da galáxia lusófona” (*idem*: 172), deixando todavia votos para “que o futuro nos desmintas e que a vontade de nos imaginarmos *comunidade* acabe por nos convencer de que o somos.” (*ibidem*).

Quanto à posição lusófila, esta encontra-se expressa, por exemplo, em Fernando Cristóvão (2008), onde este defende que a “construção da Lusofonia tem sido mais impulsionada pelos factos que pelas ideias” (*idem*: 13). Para Cristóvão, estes são factos – simultaneamente linguísticos e políticos – “que se consolidaram, nos nossos dias, à volta de uma realidade indesmentível: que a Portugal se juntaram sete nações independentes, antigas colónias, e várias regiões de outros países, porque adoptaram ou adoptam a língua portuguesa como sua língua materna, oficial ou de património.” (*ibidem*). De resto, Cristóvão contesta de forma simples e, porém, bastante convincente a tese de que a Lusofonia é no presente um projeto de neocolonialismo ou neoimperialismo cultural suportado no legado comum da língua. Tal como ele faz notar, “é próprio da língua absorver, como que por osmose, a cultura e a evolução cultural do seu povo, independentemente dos seus protagonistas políticos e outros.” (*idem*: 14). Foi assim que se desenhou o triunfo da língua portuguesa em países como Moçambique ou Timor-Leste, e com a língua “triunfou, sem muitos darem por isso, a passagem da exclusividade lusitana para a solidariedade com os povos do império que a aceitaram e passaram a considerá-la também como sua.” (*ibidem*). É por esta razão que ele fala, em jeito de provocação, em «traição» por parte da língua portuguesa (cf. *ibidem*). Usada como arma de domínio, infiltração e subjugação, a língua portuguesa lutou também pelo lado do inimigo, funcionado assim, se nos é permitida a metáfora, como agente-duplo. Foi desta maneira que a língua portuguesa se tornou «língua de unidade nacional» em Moçambique durante o combate ao exército português (cf. *idem*: 15) ou língua da resistência timorense durante a ocupação indonésia (cf. Cahen, 2013: 306). A língua portuguesa é de Portugal e do povo português, mas é também de muitos outros países e povos, de forma diferente, sem dúvida, mas não mais de uns do que de outros. Dito de outro modo e passe o pleonismo, a língua portuguesa é de todos os povos lusófonos. E só é mais rica por isso. Assim, qualquer tentativa de neocolonialismo ou neoimperialismo cultural assente na língua estaria condenado à partida, pois, como vimos, a língua é um agente-duplo, não é leal com mais ninguém a não ser os povos que com ela dão voz às suas vidas.

Já Alfredo Margarido considera que o passado colonial funciona também na língua como uma herança muito pesada. Ele considera que, em termos imperiais, não houve uma estratégia governamental para a língua (cf. Margarido, 2000: 56). De resto, ele faz notar que “[f]ieis a uma técnica académica restritiva, conservada de resto até 1961, os portugueses recusaram-se à criação de Universidades nos países

colonizados.” (*idem*: 49). Mas é aqui, impulsionado por uma abordagem essencialmente política, que a argumentação de Margarido perde solidez. Defender a Lusofonia não significa defender ou reescrever os factos do passado. Não que seja isto que Margarido defenda, mas então, também se poderia perguntar, o que é que ele defende exatamente? A herança é sem dúvida muito pesada, mas isso não deverá conduzir à apatia, à estase, à impotência. Como ignorar o enorme potencial criador da língua? Do mesmo modo, como aceitar a «realidade» da língua e recusar a cultura que ela engendra? A língua portuguesa existe hoje no espaço lusófono como facto e não como ideia, como realidade e não como mito. A única forma de a restringir ou limitar será restringindo e limitando os seus falantes, quiçá modelando-a de acordo com um absurdo novilinguismo orwelliano. Caso contrário, a língua traça o seu próprio caminho e arrasta consigo os seus falantes, um processo que poderemos designar como cultura.

No entanto, algumas reservas poderiam ser levantadas relativamente a um foco porventura excessivo na língua, em detrimento doutras componentes culturais. Mas este destaque dado à língua parece-nos pertinente, pois, tal como defende Fernando Cristóvão, a língua é, ao contrário da política ou da religião, o “único elemento imutável” (Cristóvão, 2006: s/p), podendo assim funcionar como base sólida para a construção de uma união entre os povos lusófonos, um anseio cujas raízes ele identifica no início do século passado nas ideias do brasileiro Silvio Romero, que funcionaram, diz-nos Cristóvão, como subtexto para a famosa frase de Fernando Pessoa, onde este diz que a sua pátria é a língua portuguesa (cf. *ibidem*). Acontece, porém, que o português é hoje, tal como diz Onésimo Teotónio Almeida, uma “língua plural como os seus falantes” (Almeida, 2008: s/p). Isto não retira validade simbólica ao dito pessoano; pelo contrário, alarga-lhe o escopo. Desta forma, torna-se extremamente significativo que Mia Couto dele se tenha apropriado (cf. *ibidem*). E tal como salienta Onésimo Teotónio Almeida: “No caso dele, é o português de Moçambique. Noutros, será o do Brasil, de Cabo Verde, ou dos Açores.” (*ibidem*). De resto, também Onésimo Teotónio Almeida identifica o “potencial criador” (*ibidem*) da Lusofonia. E ele deixa uma importante advertência:

Se aqui e ali subsistem ainda laivos de ufanismo imperial, talvez seja porque ainda nos não libertámos completamente de tal espectro. De qualquer modo convém não culpar a língua das mazelas que ainda colectivamente trazemos escondidas na algibeira. Ou no subconsciente. A língua que falamos apenas as reflecte, deixa-as transparecer à vista desarmada. Não foi ela que as criou. Ela retém-nas simplesmente, quando os seus falantes teimam em retê-las.” (*ibidem*).

Desta forma, o problema não está na língua, esta não tem qualquer culpa pela herança pesada que alguns lhe inculcam, pelo que o seu potencial unificador permanece imaculado.

Um outro argumento que importa desconstruir é o que defende ser a Lusofonia um projeto impulsionado exclusivamente pelos portugueses, pois também por esta via se ajuda a desconstruir a tese do neocolonialismo cultural. Celso Cunha, figura eminente dos estudos sobre a língua portuguesa, observava em livro publicado em 1964 que, “para a geração actual de brasileiros, de caboverdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exactamente tão própria, como para os portugueses.” (Cunha, 1964: 34).⁴⁵ A questão que surge de observações como esta é: como ignorar agora esta cultura que foi surgindo a partir da língua? Para tal, obviamente, não temos resposta. Poder-se-ia agora argumentar que a posição lusófoba não rejeita a posição do português como língua comum de vários países em vários continentes, sendo já própria de cada povo de modo diferente, tal como fica evidente pela posição de Eduardo Lourenço anteriormente destacada. Mas então como ignorar o resultado cultural produzido pela língua comum, como ignorar a cultura que ela originou, origina ou vai originar?

Em suma, a Lusofonia não é um projeto cultural neocolonial ou neoimperial. Tal como refere Fernando Cristóvão, “[a]ntes de ser uma teoria ou projecto, é um facto indesmentível” (Cristóvão, 2008: 32), o facto de uma língua e de uma cultura comuns, que podem funcionar como base para algo maior a outros níveis, tal como veremos pela posição defendida por Miguel Real. Assim, conclui Cristóvão, “certa insistência no que há de mítico e inatingível, ou o acentuar obsessivo de alguns erros do passado parecem ter menos a ver com a Lusofonia do que com preconceitos e inflação de valores.” (*idem*: 33). É esta também a nossa posição. Isto não significa que se esteja a desconsiderar a importância dos domínios do simbólico, do imaginário ou do utópico. Estes são domínios que desempenham um papel importante na cultura e dialogam com a realidade. Tal como nota Cristóvão:

Sem dúvida que a ideia de Quinto Império de Vieira, Pessoa e Agostinho da Silva revela de um sonho utópico que, por ser isso mesmo, reforça, corrige e aperfeiçoa a realidade. Mas tantas cautelas, tantas prevenções, tanta insistência no mito, minimizando-se ou ignorando-se a realidade, deixa-nos a impressão de um combate quixotesco contra ameaçadores gigantes imaginários, pois não se vê quem, com alguma autoridade e visibilidade, defenda um Quinto Império de dominação. (*idem*: 29).

Posto isto, parece-nos claro, tal como diz Cristóvão, que dos “ideais míticos se pode e deve, progressivamente, passar à realidade” (*idem*: 33). Afigura-se-nos também como óbvio que se a Lusofonia tem algum problema esse é um problema de excesso de teorização. Dito de outro modo, e nas palavras de Miguel Real: “Só falta fazer a Lusofonia.” (Real, 2012: 133).

45 Fernando Cristóvão cita outros exemplos igualmente pertinentes (cf. Cristóvão, 2008: 30-32).

3.2.3. A Lusofonia segundo Miguel Real

Miguel Real não entra diretamente neste debate. A sua posição, claramente lusófila se nos ativermos pelas categorias anteriormente esboçadas, tem muito em comum com a de Fernando Cristóvão. As considerações de Real sobre a Lusofonia podem ser encaradas como resposta a uma urgência sentida de haver um aproveitamento do enorme potencial da Lusofonia, cujo principal sustentáculo é a língua, mas que se alicerça também, por exemplo, nas questões demográficas. Todavia, o facto de Real não participar diretamente neste debate sobre a Lusofonia não significa que as suas ideias não dialoguem com as dos intervenientes.

Existem algumas semelhanças entre a visão de Miguel Real e a de Eduardo Lourenço sobre a Lusofonia, nomeadamente, na priorização da cultura dentre todas as dimensões da vida humana. Mas onde Lourenço considera que é a cultura que separa os povos lusófonos, Real considera que é esta que os une, manifestando-se já de um modo civilizacional próprio, tal como veremos adiante. No entanto, há uma diferença fundamental entre as posições defendidas por ambos os pensadores, que se prende com a carga de nostalgia colonial que Lourenço imprime ao projeto lusófono, a qual Real nega de forma categórica (cf. Real, 2012: 112). Ambos reconhecem, todavia, o carácter eminentemente plural e diverso da Lusofonia, pelo que este pode ser considerado outro ponto comum.

Uma diferença entre a argumentação de Alfredo Margarido e a de Miguel Real é que Margarido parece considerar a Lusofonia e a Europa como dois projetos que são um só, de realização simultânea, porventura criando um mega espaço de interpenetração cultural, com Portugal a funcionar como porta de entrada da Lusofonia na Europa. No entanto, para Real, a Lusofonia deve ser encarada como um complemento à Europa,⁴⁶ como uma alternativa que Portugal tem à Europa, não imediata, mas de futuro (cf. *idem*: 111-112). Ou seja, Real não defende que se deva abandonar o projeto europeu e que se transfira o foco exclusivamente para o lusófono. Tal como ele insiste, a Europa é o lugar natural de Portugal e Portugal deve esgotar ao limite a sua europeidade (cf. *idem*: 129). No entanto, ele vê a Lusofonia claramente como o futuro de Portugal.⁴⁷ Quanto à roupagem neocolonial observada por Margarido na Lusofonia, Real nega-a categoricamente. De facto, Real considera que existe hoje em Portugal uma nova geração que encara o passado português de forma descomplexada, sem qualquer saudosismo imperial. Para esta nova geração, o grande legado do passado comum é o da língua (cf. *idem*: 112).

46 cf. <https://www.youtube.com/watch?v=Xo2OLlxuu78>, visto em 12/12/2016.

47 cf. *Ibidem*.

Importa agora saber concretamente o que é que Miguel Real entende por Lusofonia. Desde logo, ele efetua uma separação entre CPLP e Lusofonia, assim excisando da sua interpretação do conceito de Lusofonia uma CPLP que, desde a sua formação, tem funcionado sobretudo como plataforma política para a negociação, formação e manutenção de interesses políticos e económicos que se reportam mais à geoestratégia do que à cultura, e que frequentemente surgem desprovidos de sentido ético e de respeito pelos direitos humanos, tal como ficou patente através da adesão, em 2014, da Guiné Equatorial. De facto, esta é uma CPLP que tem privilegiado os interesses conjunturais da política e da economia, ignorando descaradamente valores ligados à ética e ao bem comum. Se há facto significativo a salientar a este respeito este é, tal como faz notar Vítor Sousa, que o termo «Lusofonia» tampouco faz parte da declaração «Declaração Constitutiva» da CPLP (cf. Sousa, 2015: 387).

Com esta demarcação clara entre Lusofonia e CPLP, Real desliga o conceito da sua componente institucional e liga-o à sua componente cultural. Desta forma, parece-nos evidente que o pensador português transfere o conceito da esfera da política para a da cultura, da esfera da elite político-económica para a da sociedade. Esta *desinstitucionalização* da Lusofonia é importante e bastante característica das posições defendidas por Miguel Real a respeito dos mais variados assuntos. Para Real, a cultura está sempre primeiro, só depois a política ou a economia.

De resto, Miguel Real considera que é mais fácil falar sobre o futuro da Lusofonia do que sobre o futuro da CPLP, uma vez que esta última depende “da vontade política fortemente instável e imprevisível dos países a ele agregados” (Real, 2012: 133), ao passo que a Lusofonia corresponde a um anseio dos povos dos países lusófonos, um “anseio histórico inscrito nos genes sociais e culturais” (*ibidem*). Real defende que este anseio é de tal forma pungente que só falta mesmo a sua realização (cf. *ibidem*), a qual, segundo ele, tem sido impedida, desde o fim do Império, pelos dirigentes políticos dos diversos países participantes desta comunidade, que têm baseado as relações mútuas na desconfiança e no ressentimento (cf. *ibidem*). Desta forma, ele define o futuro da CPLP como incerto: “Assim, enredada no labirinto político circunstancial, comandada por políticos de vistas curtas, a CPLP tanto pode avançar majestaticamente como estagnar nos próximos dez anos.” (*ibidem*). Por sua vez, a Lusofonia “não corresponde nem a uma ilusão cultural, criada politicamente de um modo artificial, nem a interesses nacionais ou políticos conjunturais.” (*ibidem*). “Diferentemente,” continua Real, “a Lusofonia corresponde a um genuíno programa civilizacional de fundo, unido num vínculo único povos que a História fez encontrar e desencontrar. A Lusofonia não é uma ilusão política porque se fundamenta na história dos encontros/desencontros dos seus povos constituintes unidos

actualmente por um falar comum.” (*idem*. 134). A legitimação do projeto lusófono recai assim, na visão de Real, sobre legado histórico comum dos povos lusófonos, sustentado na língua portuguesa. Tal como diz Real,

A História constitui o invólucro por que a língua e o seu espírito se materializam no tempo, gerando progressivamente uma memória e um desejo comum – a memória dos encontros/desencontros entre os povos constituintes da lusofonia e o anseio, ora visível, expresso em retórica e eloquência, ora virtual, carregado de uma explosão de potencialidades futurísticas, seja do ponto de vista económico, seja do ponto de vista cultural. (*ibidem*).

Isto, por sua vez, não implica que Real esteja a defender um esquecimento ou branqueamento da história conjunta dos países lusófonos. Esta história existe e com ela vem o bom e o mau, se nos é permitido usar termos tão simples, e não se deve priorizar um em vez do outro. A desconfiança e o ressentimento acima referidos mais não são do que a priorização exclusiva do mau; pelo que, da mesma forma, não se deve apostar no reverso, a priorização do bom e o apagamento do mau. Bom e mau existem conjuntamente na história das relações entre os países lusófonos. No caso específico de Portugal, por razões óbvias, é natural que haja alguma desconfiança por parte dos povos colonizados relativamente às motivações de Portugal. Por isso, a conduta de Portugal deve ser exemplar.

De facto, a questão do papel da história é um tema muito sensível. Miguel Real considera que “assentar a Lusofonia no passado de uma história conjunta significa, não raro, elevar esta a um jogo de melindres e interesses conjunturais onde, mais do que o futuro por construir, se joga a recriminação do Outro como peça saliente.” (*idem*. 134-135). É por isso que ele defende a necessidade urgente de

substituir o debate sobre a História conjunta pelo espírito unificador e englobalizador da Língua como vínculo substancial comum, criador de uma razão comum, assente num desejo de partilha de unidade comum e no anseio de criação de um futuro o mais comum possível, como irmãos de uma mesma causa e habitantes de uma mesma casa. (*ibidem*).

De resto, Real defende que não há outra solução para Portugal que não seja

dedicar-se por inteiro à revitalização dos antigos laços com as suas ex-colónias, protagonizando, em pé de absoluta igualdade, não uma ressurreição do Império, antes uma explícita vocação história que optimize as relações entre todos os países lusófonos, construindo gradualmente patamares de entendimento mais duradouros e benéficos para todos. (*idem*. 131).

Destacamos duas ideias-chave transmitidas aqui por Real, igualdade e pluralidade. Para ele, só sob a égide destas ideias-chave se conseguirá cumprir a Lusofonia. Ou seja, urge uma mudança radical na abordagem de Portugal em relação à comunidade lusófona, que, até hoje, tem sido encarada, “não como instituição internacional com total realização, mas apenas como divertimento histórico e aproveitamento económico.” (*ibidem*). Assim, e em suma, se, “para Portugal, entre 1975 e 2010, a Europa esteve sempre primeiro, é hora de nos centrarmos nas infinitas possibilidades virtuais presentes na Lusofonia”. (*ibidem*).

3.2.4. Dois futuros para a Lusofonia

Miguel Real desenha dois futuros para a Lusofonia (cf. Real, 2012: 136-137). No primeiro, teríamos “mais do mesmo”, levando a uma estruturação da Lusofonia de acordo com um modelo de hegemonia económica, com o Brasil a destacar-se no seio da comunidade como um todo e Angola entre os países africanos. No segundo, teríamos um “futuro novo”, com a Lusofonia a funcionar como “uma espécie de choque cultural para o mundo, que figuraria na Lusofonia uma comunidade eticamente exemplar” (*idem*: 137). Real diz que se a Lusofonia alinhar pelo primeiro futuro, assentando “num patamar de regulação de interesses económicos ou de concertação conjuntural, período a período, de interesses políticos e militares” (*idem*: 135), então não terá valido a pena. Será mais uma comunidade internacional entre muitas outras (cf. *ibidem*), em nada se distinguindo de Mercosul, União Europeia ou ONU. Por isso, ele mostra-se intransigente na sua defesa que a Lusofonia “não pode repetir a história, renovando os vícios dos diferentes desencontros históricos havidos séculos passados.” (*idem*: 136). Da Lusofonia, diz Real, “deve-se esperar mais, exemplarmente mais.” (*ibidem*). Deve esperar-se a criação de “uma paisagem política nova” (*ibidem*). Para tal, ele defende que a Lusofonia deve ser implantada de forma original (*ibidem*) e que tal não só é necessário, como é urgente. Diz Real:

Face à situação actual profundamente desequilibrada entre os continentes, esvaziadora da esperança; face ao alto grau de conflitualidade política e religiosa existente; face ao contínuo esgotamento de inúmeros recursos naturais e à atitude ecologicamente rapinadora dos países do Hemisfério Norte; face à divisão social ostensiva entre países ricos, poucos, e países pobres, muitos; face a um sistema económico mundial assente na exploração intensa das grandes massas e na especulação financeira, a novel comunidade lusófona, a existir como verdadeira comunidade, deverá provocar uma espécie de choque cultural radicalmente subversor dos valores dominantes no mundo contemporâneo. (*idem*: 137).

Temos, desta forma, a Lusofonia como possível contraponto à decadência do mundo ocidental (cf. *ibidem*).

3.2.5. A língua

Tal como vimos, Miguel Real considera que, no contexto da Lusofonia, “a história política é hoje espaço de confronto, de divisão, de razões e contra-razões, isto é, de uma autêntica seara de fortalezas ideológicas encasteladas, que, levadas a sério, poderão condenar o progresso e o espírito lusófonos durante longo tempo” (Real, 2012: 135). Por esta razão, ele considera fundamental a substituição do “espírito da história política, divisório e até incriminatório, pelo espírito da Língua, unificador e comunitarizador.” (*ibidem*). Assim, até para se tornar independente da “vontade política de elites ignorantes, desencontradas com o espírito do tempo, palco permanente de conflitos e divergências, de tratados de amizade e de violações dos mesmos segundo interesses nacionalistas” (*idem*: 134), o projeto lusófono deverá assentar na língua, “materialidade audível e gráfica do pensamento e do espírito, a fundamentação, a retaguarda e a vanguarda da Lusofonia” (*ibidem*). A língua surge, assim, significativamente, como meio de fuga à teia lançada pelas elites políticas e económicas, uma teia à qual não temos conseguido escapar em termos europeus. Não deixa de ser interessante que a solução defendida por Real para Portugal seja independente das elites. A resolução do problema das elites, que Portugal enfrenta há vários séculos e ao qual Real presta particular atenção, passa assim pela sua nulificação, pelo seu apagamento em prol de algo superior, imaterial, incapaz de ser legislado: a cultura, no caso, através do seu principal motor, a língua. É quase como se ele estivesse a defender um futuro independente das elites. E, de facto, o pensador português encara com bons olhos a evolução que ele prevê das nossas democracias para formas participativas, com participação direta dos cidadãos, possibilitada pela tecnologia (cf. Real, 2015b: 32).

A questão da língua é para Miguel Real muito importante. Tal como vimos anteriormente, a língua é para ele não só o que aproxima Portugal da Lusofonia, mas também, juntamente com a cultura tradicional, o que nos separa da Europa (cf. Real, 2012: 123). Ele vê, assim, em suma, a língua como a linha de costura da Lusofonia enquanto comunidade cultural, considerando mesmo que o “espírito da Lusofonia reside hoje na língua comum – e porque a língua frutifica em cultura, o espírito da Lusofonia é hoje eminentemente cultural.” (*idem*: 135).

3.2.6. Uma nova civilização

Tal como vimos, é na dimensão cultural que Eduardo Lourenço considera que o projeto lusófono encontra o seu maior entrave. Todavia, Miguel Real vê esta como a sua principal dimensão. De facto, ele defende que o espírito da Lusofonia é “eminentemente cultural” (Real, 2012: 135). E diz mesmo que isto significa que, “com base no passado e na unidade de uma imensa variedade de pulsões históricas, a Lusofonia se propõe criar *um novo rosto cultural* no mundo.” (*ibidem*). Da mesma forma, ele vê a realização com sucesso do nosso lugar histórico, a Lusofonia, como não se devendo tanto à vertente económica quanto à cultural. Tal como diz Real,

a medida do sucesso, mais do que aquilatar-se em ouro furtado ao Brasil, café e diamantes de Angola, escravos de toda a costa ocidental e oriental de África, realiza-se hoje, com inesperado sucesso, na revolução linguística e cultural que os escritores dos países lusófonos têm operado na construção sintáctica e na difusão internacional da língua portuguesa. Ler os livros de Luandino de Vieira, Ondjaki, Mia Couto, João Paulo Borges Coelho, Conceição Lima, Ana Paula Tavares, Pepetela, José Eduardo Agualusa, Germano Almeida e a miríade de escritores brasileiros é provar de um sucesso que, mais do que estritamente cultural, se afirma de um modo propriamente civilizacional, como se a língua portuguesa se encontrasse em estado de perfeito rejuvenescimento, preparada para explodir em infinitas soluções culturais e estéticas. (*idem*: 130-131).

Real defende, assim, que o atual momento da Lusofonia se manifesta mais do que apenas como um movimento de laços históricos, de proximidade e paternidade cultural. De outro modo, manifesta-se já de um modo civilizacional, como se o que está a nascendo seja já uma nova civilização, com uma identidade cultural própria, única, exclusiva, diferente de todas as outras que a rodeiam. Assim, ele parece ver a Lusofonia não apenas como um espaço intercultural ou até multicultural, mas também como um espaço onde se parece estar a desenhar uma nova identidade cultural, a lusófona. O exemplo da literatura citado por Real é particularmente bom, uma vez que a literatura é um campo de produção cultural que frequentemente existe à margem de interesses económicos e, desta forma, não tão facilmente penetrado pela ideologia. A literatura é um espaço de liberdade de ideias, um mundo de liberdade criado pela língua. Se avaliarmos o projeto lusófono exclusivamente através da produção literária, então não será descabido concluir que as coisas estão muito bem encaminhadas.

De resto, Real considera que só “em comunhão lusófona sabemos quem somos e só em comunhão lusófona nos realizaremos como portugueses do século XXI.” (*idem*: 131). Todavia, não surpreendentemente,

ele também considera que os políticos portugueses não estão preparados, devido ao seu défice em termos de conhecimento histórico e cultural (cf. *ibidem*). Posto isto, Real considera que se o mundo político atual da Língua Portuguesa se guia pelo interesse das nações, guiar-se-á doravante pelo anseio de Lusofonia. Ele resume este anseio através de três vetores que afetam todos os membros da comunidade lusófona: solidariedade ativa entre todos os membros, aceitação da pluralidade e diversidade culturais, e igualdade absoluta entre todos os membros (cf. *idem*: 137-138).

Todavia, Miguel Real não se fica pela teorização da Lusofonia, abordando também algumas questões práticas concomitantes à sua visão da Lusofonia. Algumas propostas interessantes avançadas por Real passam pela unificação dos sistemas de saúde e de ensino e da criação de um passaporte lusófono, destacando também a miscigenação, que, para ele, como vimos, é a solução para resolver aquele que ele considera um grande problema, a crise demográfica que Portugal enfrenta (cf. *idem*: 138). “Deste modo,” diz Real, “o máximo de recursos possíveis dos países lusófonos deve ser vazado na educação e na cultura, pondo a tecnologia ao serviço destas e não o contrário, como a Europa tem feito, desenraizando de valores comunitários o actual homem europeu, um homem tecnoburocrata.” (*ibidem*). A Lusofonia deve constituir também um espaço de paz absoluta: “Neste sentido, o regime democrático, por mais imperfeito que seja, deve ser considerado a configuração política constitucional do Estado entre todos os membros da comunidade, obstando à substituição do poder por via militar.” (*idem*: 139). E será assim que a Lusofonia constituirá um novo horizonte, “o primeiro grande horizonte ético aberto a Portugal no século XXI.” (*idem*: 112).

Esta visão não deixa de conter uma certa dimensão utópica e, de facto, Miguel Real atribui à utopia um papel fundamental na construção de um futuro melhor, dizendo que, como “reação à paisagem de deserto oferecida pela actual elite política no poder, a utopia na política é uma ideia que vale a pena resgatar como orientação última de acção e tentativa muito sólida de escapar ao cego pragmatismo contabilista que hoje nos guia.” (Real, 2015b: 25). Tal como o escritor uruguaio Eduardo Galeano descreveu a forma como o realizador argentino Fernando Birri falava da utopia: “a utopia é algo que colocamos no nosso horizonte, damos dez passos e ela afasta-se dez passos, damos mais dez passos e ela afasta-se outros dez. Mas é para isso mesmo que ela serve – para nos fazer caminhar”.⁴⁸

48 cf. <https://www.youtube.com/watch?v=GaRplBj5xho>, visto em 19/12/2016.

Conclusão

No romance *O Último Europeu*, cuja ação se passa no século XXIII, Miguel Real desenha uma Europa fraturada em duas. A Europa tal como a conhecemos implodiu. Depois de termos considerado em detalhe o pensamento de Miguel Real sobre a Europa, as causas da sua implosão são-nos estranhamente familiares:

A especulação bancária, a substituição do valor económico dos bens pelo seu valor financeiro, o desregramento luxuoso de produtos de conforto e vaidade, que nada acrescentavam à qualidade de vida dos cidadãos, o desregulamento caótico das mercadorias, distribuídas com excesso de oferta para escassez máxima de procura, ambições pessoais desmedidas para competências individuais vulgares, o esgotamento de inúmeros recursos naturais, a falta de liquidez dos Estados, o ressurgimento de antigas rivalidades nacionalistas, a mediocridade das elites, mais apostadas em salvar a pele, garantindo um forte aforro, do que em governar a comunidade (Real, 2015a: 42).

Assim, no século XXIII, pouco resta da atual Europa. De facto, há duas Europas, a Nova Europa e a Velha Europa. A Velha Europa é constituída por povos bárbaros que habitam os chamados Baldios, um corredor continental formado pela maioria das antigas capitais e grandes cidades da Europa medieval. A população rude é dominada por clãs guerreiros, autênticas dinastias militares que são comandadas pelas mais antigas famílias europeias.⁴⁹ Entre os clãs predomina o ódio, a guerra, o saque e a rapina. A estrutura social da Velha Europa é de natureza militar e fundada nas antigas filosofias individualistas, fazendo com que os velho-europeus persigam exclusivamente a fama e a glória. Esta Velha Europa está separada da Nova Europa por um cordão de segurança. A Nova Europa foi instaurada em 2184, pese embora os primeiros impulsos tenham surgido antes dessa data, na sequência de graves crises que culminaram na Grande Fome e fizeram com que parte da população europeia abandonasse as grandes cidades e se fixasse nos agora denominados Conglomerados. Trata-se de uma sociedade regida por princípios humanistas. Desta forma, a Nova Europa é “racional, bela, justa, próspera, abastada, igualitária, comunitária, onde todos os cidadãos eram felizes e a liberdade absoluta” (*idem*: 18). Tudo o que era considerado utópico, foi pela Nova Europa realizado com auxílio da ciência. A individualidade dos cidadãos – que agora veem a sua racionalidade complementada pelo Grande Cérebro Electrónico, que efetivamente faz a gestão da vida em sociedade – foi anulada. Não existem partidos, fações ou interesses organizados. Trata-se de uma sociedade tecnologicamente muito avançada, alimentada por uma fonte inesgotável de energia geotérmica. Os neoeuropeus orientam a sua ação no sentido

49 A título de curiosidade, refira-se que Portugal foi integrado no território do clã andaluz de Pablo «El Matador» Hernández.

do prazer, um prazer racional, nem animal ou libidinal, e têm o «consumo» como uma palavra maldita. De facto, eles consideram o trabalho “um valor arqueológico, próprio de uma civilização desumana e bárbara” (*idem*: 32). Assim, diz-nos o narrador, os neoeuropeus seguem a filosofia de um antigo pensador português,⁵⁰ que defendia ser ideal para a realização do ser humano “[n]ão trabalhar, mas estar sempre ocupado” (*idem*: 33). Por sua vez, esta visão sobre o trabalho faz com que os neoeuropeus sejam odiados pela Grande Ásia, onde o trabalho é considerado “a actividade mais nobre do homem, mesmo o acto mecânico de enroscar porcas em torno de um parafuso” (*idem*: 32). De facto, a Nova Europa está a viver os seus últimos dias devido à iminente invasão da Grande Ásia, que desativou a fonte de energia neoeuropeia – e, conseqüentemente, a sua proteção a ameaças exteriores – e se prepara para atacar a sua população, bem como a da Velha Europa, por forma a transferir para o território europeu os seus excedentes demográficos. O desequilíbrio de forças é de tal ordem que a invasão pendente não se configura como um conflito, mas como uma aniquilação; não uma guerra entre duas potências, mas uma guerra de extermínio. A Grande Ásia é um império “dominado pelo Absolutismo Oriental, firmado na antiga filosofia burocrática e disciplinadora de Confúcio” (*idem*: 21), onde os chineses são o grupo étnico dominante. Os Orientais realizam-se pela família e pelo trabalho, crendo ser este o sentido da vida. À margem de tudo isto, encontram-se os EUA. Na sequência de décadas de recessão económica e ataques terroristas, os EUA fecharam-se sobre si mesmos,⁵¹ isolando-se do mundo e tendo há muito abdicado do papel de líder do mundo livre. O agora chamado Império Americano é tão avançado quanto a Nova Europa, mas sem uma ideologia de igualdade. Assim, os cidadãos americanos são autênticas máquinas de trabalho, virados para a realização individual e para o consumo, divinizando o conceito de trabalho. A visão sobre a vida em sociedade é pragmática e utilitária. Embora seja legalmente impossível que um americano seja escravo, em termos gerais é o branco quem manda e o negro quem trabalha. O ensino americano foi totalmente privatizado e segue a filosofia do Império. O sistema americano não permite a escolha livre, regulamentando a totalidade da vida do cidadão. Todavia, apesar de todos os seus defeitos, será a única região «livre» do mundo.

A ação de *O Último Europeu* é narrada por um membro superior da direção dos museus da História da Europa, cuja função é de certa forma proteger o passado. De todas as relíquias do passado, o narrador elegeu o livro como alvo da sua paixão. De facto, ao longo da ação do romance, ele está a escrever um livro, com tinta e papel (a escrita na Nova Europa era mental), que pretende “legar ao futuro a memória dos vencidos de hoje” (*idem*: 22). O livro tem como título *Crónica da Criação e Extinção da Nova Europa*. Parece-

50 Agostinho da Silva.

51 O romance foi publicado antes da chegada de Donald Trump à Presidência dos EUA ser sequer um acontecimento previsível.

nos, todavia, um exercício inútil procurar nele a voz de Miguel Real. Trata-se de muito mais do que isso. No nosso ponto de vista, este e outros romances de Real são tanto mais pertinentes se forem considerados como uma espécie de contraponto ao historicismo cultural do autor, funcionando assim a literatura como meio de especulação intelectual, como um campo onde frutifica a liberdade do pensamento, onde a criatividade encontra refúgio, um campo cujos limites são obviamente mais amplos do que o do historicismo cultural, embora fortemente alimentados por este. É neste sentido que se torna pertinente considerar o cenário que Miguel Real traçou neste romance. Poder-se-á dizer sem correr grandes riscos que este romance apresenta uma espécie de visão última para o caso da Europa (e do Mundo) continuar a perseguir de forma desenfreada o caminho que atualmente segue. Assim, este romance pode funcionar como uma espécie de aviso. Aliás, o género literário escolhido por Miguel Real, a distopia literária, presta-se a isto mesmo.

Na Introdução deste trabalho, referimos a nossa inquietação geral sobre o atual momento das relações entre Portugal e a Europa, uma inquietação que surgiu mais a partir de leituras de jornais e revistas do que através de leituras especializadas, isto é, surgiu do acompanhamento da realidade que fazemos na qualidade de cidadão ativo e interessado. De facto, tomando a obra ensaística de Miguel Real como ponto de partida, verificámos que as relações entre Portugal e Europa estão a passar no presente por um período bastante fértil no que à discussão das mesmas diz respeito. Notámos com particular interesse o facto de diferentes perspetivas, partindo de diferentes pressupostos e modelos teóricos, confirmarem este ponto de vista, tal como é o caso, claro, do modelo historicista traçado por Miguel Real, mas também do sociológico de Boaventura de Sousa Santos, ou dos mais ligados às relações internacionais, como são os de Bernardo Pires de Lima e de Eugénia da Conceição. Todos comungam da análise de que, pós-crise de 2008, vivemos num período de redefinição nas relações de Portugal com a Europa; num período que, não só pela crise, mas também por haver já a distância crítica necessária, se configura como apto a que se faça uma espécie de balanço. Tal como Real defende, a ideia que os portugueses tinham da Europa sofreu nos últimos anos uma transformação decisiva. Portugal apanhou o comboio certo, a Europa, mas fê-lo na altura errada, quando esta se tinha já abandonado a um plano decadentista, substituindo os seus valores históricos, ligados à ética e ao bem comum, e se transformou num projeto de escopo tecnocrático que deve mais à filosofia neoliberal do que à sua filosofia histórica, o humanismo. Real vai mesmo ao ponto de considerar o nosso sonho europeu como um falso sonho, apresentando alguns pontos que o comprovam – se compararmos o Portugal que existia aquando do 25 de Abril com o Portugal de hoje.

O principal facto que assimilámos com este nosso trabalho foi o da nossa cultura ter desde sempre tomado a Europa como a sua principal interlocutora, desde o momento da sua emergência até ao momento

atual, mais de três décadas após a adesão à Comunidade Económica Europeia. Real apoia fortemente a sua visão das relações históricas entre Portugal e Europa no postulado de Eduardo Lourenço, que defende a impossibilidade de se questionar a imagologia nacional separadamente dos movimentos europeus, políticos ou culturais. Assim, ele interpreta estas relações através de três momentos-chave. No primeiro, a Europa faz Portugal. A matriz cultural da fundação do nosso país é religiosa pois assim era a europeia. Portugal integra-se na luta europeia contra o «outro», que é o mouro. No segundo momento, através dos Descobrimentos, é Portugal que faz a Europa, transportando além-mar a ideologia cristã europeia, baseada no combate e na conversão do «outro». Finalmente, deram-se 400 anos de «desencontro» entre Portugal e a Europa, de 1580 a 1980. Foi um momento muito longo durante o qual a cultura portuguesa se particularizou, com o aparecimento de vários -ismos. Mas, tal como Real demonstra, estes 400 anos não foram unidimensionais, não houve um afastamento total da Europa. Nós fazíamos parte da Europa ibérica, uma Europa afastada dos movimentos europeus de ideias, uma Europa fanatizada é certo, mas éramos ainda Europa e tínhamos a Europa como o nosso horizonte de sonho e expectativas. Da mesma forma, estes vários -ismos não podem ser problematizados separadamente do contexto das relações entre a Europa e Portugal, pois era relativamente à Europa transpirenaica, em particular à França, que o nosso atraso, a nossa decadência era sentida.

Mas, como nota Real, deu-se a grande ironia de, no momento máximo da nossa cultura, se marcar também o início da nossa decadência. Real considera que foi com o século XVII que surgiu pela primeira vez uma distinção clara entre a cultura centroeuropeia e a ibérica, desenhando-se desta forma duas Europas. Para mal dos nossos pecados, vimo-nos afastados da Europa rica, culta e progressiva, e fechados numa Europa absolutista e contrareformista. Assim, no momento em que o comboio europeu da modernidade arranca, Portugal, que estivera na origem não só do comboio, mas também do próprio trilho que este iria percorrer, não o consegue apanhar. Viríamos a apanhá-lo mais tarde, mas, como defende Real, tal aconteceria numa altura em que para nós já era tarde demais.

Tal como António Sérgio, Real defende ser o século XVII o período em que se cimenta a decadência política e cultural de Portugal, uma decadência que é sentida em relação à Europa Central, fazendo parte de uma relação dialética que Portugal desde então encetou com a cultura centroeuropeia. Este sentimento de decadência abrangeu todos os principais vetores da vida em sociedade, sendo ao mesmo tempo científico, económico, social e político. Real considera que todas as teses que há vários séculos animam o discurso cultural português sobre a decadência, as mais importantes das quais apresentámos (de António Sérgio, Alexandre Herculano ou Antero de Quental, apenas para citar algumas), são válidas. Por isso, ele identifica

este século como o período no qual se dá início à problematização da identidade portuguesa evidenciada como problema histórico, uma tese avançada por António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva.

De facto, o século XVII é aquele que mais atenção recebe por parte de Miguel Real. Classificando-o como o mais espiritualista dos séculos portugueses, Real salienta que embora tenha alinhado numa linha nacionalista e providencialista, Portugal também se envolveu durante este século nas questões europeias, devendo-se tal à sua própria sobrevivência como nação independente. Desta forma, em síntese, ele divide as relações entre Portugal e Europa no século XVII através de três polos: nacionalismo (luta pela independência); decadência (sentida em relação aos países da Europa Central); e providencialismo (originado pelo cruzamento dos dois polos anteriores). Assim, existem no século XVII em Portugal três visões do mundo altamente conflituosas. A primeira proveniente do legado do pensamento racionalista e da visão prático-empírico do mundo, a segunda da pressão do novo racionalismo e empirismo europeus, ao passo que a terceira provém do providencialismo messiânica da Igreja e do Estado.

Posto isto, Miguel Real defende que a monarquia dual e a guerra civil causaram o esgotamento do modelo cultural ibero-castelhano, que foi sendo progressivamente substituído por modelos europeus, primeiro o modelo francês e, mais tarde, o inglês – o primeiro mais ligado à cultura e à política e o segundo à economia. Foi desta forma que no século XVII começou a crescer em Portugal a ideia da Europa como lugar central do progresso, uma ideia que em Portugal se configura como uma espécie de mito e que Marquês de Pombal cristalizaria no século XVIII, elevando-a a ideologia do Estado. Segundo Real, desde então temos sido essencialmente pombalinos no nosso pensar e agir políticos, classificando ele este facto como um complexo, no caso o complexo pombalino. Segundo Real, com Pombal dá-se também outra transformação decisiva, que tem a ver com o papel do Estado na sociedade, que passou a ser o motor da sociedade como um todo.

Com o século XIX surgiu a liberdade em Portugal. No entanto, tal como Real salienta, não só esta veio de fora como nos foi imposta com carácter de urgência (invasões francesas, ocupações militares inglesas, revoluções, etc.). Justifica-se assim porque foi tão difícil de implantar constitutivamente a liberdade em Portugal, gerando já em pleno século XX mais de meio século de ditadura. Mas Real vê o falhanço da construção do Estado português moderno como tendo ficado provado logo em 1890 através do *Ultimatum*. Desde então e até 1980, Portugal era para a Europa um país que praticamente só existia no mapa. Assim, Real condensa um período de 400 anos, de 1580 a 1980, em duas palavras, «muito Estado». Foi o período em que veio ao de cima o pior que Portugal ofereceu ao mundo: o centralismo mais conservador, a Igreja mais fanatizada, o maior desnível económico e preconceituoso entre grupos e classes sociais, a universidade mais mentalmente decapitada e o povo mais rude, ignorante e crédulo.

Encontra-se também nestes 400 anos a razão pela qual Portugal se entregou de corpo e alma ao projeto europeu nas últimas décadas do século XX. Tal como Real diz, Portugal queria atingir via Europa a «normalização». Era sobretudo isto que Portugal queria, ser normal, não ser diferente dos seus congéneres europeus; para tal, era preciso colmatar, em parcas dezenas de anos, um fosso cavado durante vários séculos. Mas o sonho europeu de Portugal estava em nós e não na Europa. A Europa que Portugal encontrou era uma Europa historicamente esgotada. Ou seja, a Europa com que Portugal sonhou já não existe. Desenha-se assim no presente, segundo o ponto de vista do postulado de Miguel Real, um novo capítulo das relações entre Portugal e a Europa, que é novamente a história de um desencontro. Voltando à metáfora do comboio anteriormente utilizada, Portugal apanhou o comboio certo, a Europa, mas no tempo errado. A Europa hoje sofre, tal como Eduardo Lourenço fez notar, de uma hiperidentidade, aquilo que a Europa pensa ser está em desacordo com o que a Europa efetivamente é – a imagem que a Europa tem de si própria encontra-se inflacionada. A Europa está a viver um processo acelerado de decadência, anunciando-se o seu fim como referente cultural de ressonância universal, um estado a que E. Lourenço chama o *diminutio capitis* da Europa. Assim, hoje, em forte contradição com a sua identidade cultural histórica, a Europa é um continente que no mundo se apresenta como periférico, e que é atualmente dominado por uma tecnocracia política sem visão ou consciência históricas.

Para Real, o que falhou na Europa foi a terceira revolução, a tecnológica. Depois de ter feito a primeira (industrial) e de ter partilhado a segunda com os EUA (elétrica), a Europa falhou decisivamente a terceira. Assim, hoje na Europa tudo nos chega em segunda mão; a Europa consome, mas já não cria; já não aponta o caminho, segue. Real justifica assim o bloqueio que atualmente a Europa sente, um bloqueio que por sua vez é sentido de uma forma dupla: relativamente ao passado que a Europa abandonou e pelo qual sente culpa; e relativamente ao mundo por si sonhado mas não alcançado, sentindo-se a Europa deste espoliada pelos EUA. Desta forma, Real conclui que o continente criador da História se sente hoje ferido pela História. Não há certezas sobre que caminho esta nova Europa irá tomar. Há, todavia, uma certeza por Miguel Real identificada, que é o facto desta Europa constituir o sentido político do Estado português, cujos efeitos se fizeram sentir com particular violência durante a legislatura do governo Passos Coelho/Cavaco Silva. Desta forma, os problemas da Europa são também os nossos problemas. Partilhámos muito pouco do que de bom a Europa construiu, uma Europa que nós ajudámos a criar, mas partilhámos e continuamos a partilhar tudo o que de mau a Europa deu ao mundo. É esta a sina trágica de Portugal, que tem sido sentida de forma particularmente aguda pela população mais vulnerável do país. Tal como Real diz, o nosso povo, que nunca viu serem-lhe atribuídos direitos de monta, mal isso aconteceu, mal começou a sentir-se «europeu», logo viu

aqueles serem-lhe roubados em nome do rigor do Orçamento de Estado e dos grandes desígnios políticos do nosso tempo, o défice das contas públicas, a dívida soberana – isto é, a economia.

Assim, Real considera que o projeto europeu português falhou e que tal se deve às elites políticas do país, que priorizaram apenas um setor da sociedade, a economia. Real considera, desta forma, que as elites portuguesas, numa mistura de complexo pombalino e individualismo norte-americano, apagaram muitas das constantes portuguesas, que foram responsáveis por tudo o que de bom conseguimos durante a nossa história: “a solidariedade substituída pelo individualismo; a cooperação substituída pela competição como valor económico absoluto; os valores da honestidade, da amizade, da lealdade, substituídos pela onipotência do dinheiro; os valores espirituais substituídos pelos valores económicos; a pessoa humana igualada à peça de uma máquina.” (Real, 2012: 110-111). Isto, por sua vez, leva Real a considerar que se vive no presente em Portugal uma «revolução social negativa», tendo-se criado um clima social no qual castigar os mais pobres e vulneráveis é tido como algo aceitável. Se são pobres, diz o espírito do tempo, é porque merecem, é porque são «piegas», não têm disciplina, não se conseguiram adaptar às exigências do mercado, etc. Numa lógica neoliberal de perdedores *vs* vencedores, os mais fracos e vulneráveis são sempre os «perdedores». De resto, Real identifica uma perversão total nas relações entre população e Estado. Diz ele, de forma lapidar, que “[s]e, desde o 25 de Abril de 1974, o Estado esteve, melhor ou pior, ao serviço do cidadão, a partir de finais do século passado evidencia-se que, por necessidades financeiras do Estado, o processo foi invertido: o cidadão encontra-se agora ao serviço dos interesses do Estado.” (Real, 2007: 24; 2012: 106)

Uma constante no trabalho de Miguel Real é a forma como ele não poupa palavras na crítica que faz às elites, tanto portuguesas como europeias. Ele responsabiliza três figuras históricas, as quais ele acusa de serem os culpados por Portugal se ter falhado a si próprio na aurora da modernidade, D. João III, D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique, (Real, 2011a: 124; 2012: 64-65). Desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, Real destaca o papel nocivo de Cavaco Silva, José Sócrates e Pedro Passos Coelho. Assim, no Portugal de 2015, Miguel Real identificava mesmo na sociedade portuguesa a existência de duas forças sociais (cf. Real, 2015b: 74ff); de um lado, as elites económicas e financeiras, políticas e administrativas; do outro, a maioria da população ativa e reformada, que vive num autêntico inferno, sem certezas, tanto em termos de valores como de bem-estar económico. Não se vive em Portugal, parece Miguel Real dizer-nos, sobrevive-se. De facto, este tipo de afirmação pode parecer exagerada, mas, estando nós em idade de procurar um emprego estável e pensar em constituir família, estas palavras tocando-nos fundo, tal como julgo que acontece com todos os membros das gerações mais novas do que a nossa.

Todavia, o problema das elites que Miguel Real identifica em Portugal é também por ele identificado na Europa. Ele vê os políticos europeus como orientados exclusivamente pela ambição pessoal, desprovidos de vocação para o serviço público e sem vontade ou capacidade para serem agentes instigadores e protetores do bem comum. Miguel Real considera, no entanto, que as elites não são muito diferentes dos cidadãos que representam. Ele vê o homem europeu desenraizado dos seus valores históricos (cf. Real, 2012: 50-51). Desta forma, ele considera que o cidadão europeu dos nossos dias “é um cidadão conformista, acrítico, por vezes mesmo acéfalo” e que a Europa é “um continente cego guiado por políticos cegos” (*idem*: 52).

Miguel Real defende que foi com a riqueza proveniente do Império, restrita às elites (Real, 2011a: 48), que se cavou o divórcio entre elites e população. O povo português, posto à margem desta nova riqueza, “sentiu que algo que pertencia a Portugal inteiro como país e nação era usufruído apenas pelas elites ligadas ao Estado” (Real, 2014: 27). Real associa a este sentimento o sebastianismo, que faz os portugueses sentirem em si mesmos a memória de um inacabamento essencial, ansiando pelo regresso de D. Sebastião, isto é, de elites competentes, de justiça social, de tudo aquilo que lhe foi prometido ao longo da história. Assim, para Real, o mito de D. Sebastião não significa já ter esperança no regresso de D. Sebastião, mas “ter plena e real consciência de que o rendimento objectivo do trabalho diário e disciplinado não só não compensa, como todos os proveitos suplementares são extorquidos pela elite económica que deste vive” (*idem*: 14-15). De resto, Real considera que existe um profundo equívoco na maneira como se tem interpretado o fenómeno do sebastianismo (cf. *idem*: 21). Este não se tem constituído exclusivamente como um negativo ponto de chegada; tem-se constituído também como um positivo ponto de partida, um motor ético de futuro. Sob o ponto de vista da argumentação de Miguel Real, o falhanço histórico das elites portuguesas torna-se, assim, indissociável do sebastianismo – são faces de uma mesma moeda.

Outra questão importante repetidamente abordada por Miguel Real é a da desigualdade. A sociedade portuguesa é hoje uma sociedade empobrecida, com um cada vez maior fosso entre ricos e pobres, o que tem gravíssimas consequências, não só para o presente, em termos de coesão social, mas também para o futuro. De facto, o diagnóstico que Miguel Real faz da sociedade portuguesa é o de uma sociedade profundamente dividida. Ele considera que socialmente, em Portugal, tudo se encontra desequilibrado (cf. Real, 2012: 115). De um lado, os ricos, cada vez mais ricos, do outro, os pobres, cada vez mais pobres. Real considera que uma situação de tão grande injustiça, desigualdade e incompetência das elites deveria conduzir a revoltas. O facto de tal não ter acontecido, com algumas exceções, leva à ideia do sonambulismo (cf. Real, 2015b: 16-17). Ele identifica o sonambulismo – um estado de não reacção, de passividade, de resignação – como a “característica principal da consciência do cidadão português dos nossos dias” (*idem*: 16), resultando

do choque traumático gerado por um duplo movimento de forças sociais. Em primeiro lugar, o choque cultural, económico, político e social que surgiu através da modernização europeia de Portugal desde a entrada do país na Comunidade Europeia, altamente positivo, mas que foi contrabalançado pela reversão imposta, em anos recentes, a qual reenviou uma porção significativa da população para o estágio social em que se encontrava na altura da entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Em segundo lugar, e simultaneamente, a imposição pela Europa da política «austeritária» levou a uma redefinição da visão da Europa como espaço comum cuja base assentava no progresso económico e no bem-estar e qualidade de vida das populações (cf. *ibidem*). Temos, desta forma, o sonambulismo como um estado que deve tanto a Portugal como à Europa, isto é, que é inseparável das relações de Portugal com a Europa, sendo consequência destas. Tal como diz Real, a Europa sabia de onde vinha e para onde ia, mas hoje sabe de onde vem mas não sabe para onde vai, “vivendo uma existência perfeitamente sonâmbula” (*idem*: 139).

Em *A Vocação Histórica de Portugal*, publicado em 2012, Miguel Real adianta alguns parâmetros para a redefinição da relação de Portugal com a Europa no presente. De facto, ele considera que a ideia de Europa que os portugueses tinham sofreu uma transformação dramática. Depois de três décadas após a adesão de Portugal à CEE, em que havia apoio direto à população em termos de saúde, educação e emprego, os portugueses conheceram em anos recentes uma outra Europa, “a hidra decadentista que lhes corta maternidades e escolas e lhes suga a reforma” (Real, 2012: 105). Posto isto, Real defende que Portugal já não se procura na Europa. Os portugueses têm hoje “consciência de que o sonho ingénuo europeu acabou.” (*idem*: 111). Só nos podemos encontrar em nós próprios, retomando as nossas tradições, não sentindo vergonha por nada que no passado tivéssemos feito (cf. *ibidem*). No entanto, Real considera que o sonho europeu está a esfumar-se, mas ainda não se apagou, já que constitui o sentido político do Estado português (cf. *ibidem*).

Miguel Real considerava que o Portugal de 2015 era o resultado de um “violentíssimo choque social e cultural entre três movimentos históricos, ou se se quiser, duas forças motrizes de natureza social e o efeito do seu choque na consciência do cidadão” (Real, 2015b: 43). Ele designa estes movimentos históricos como, respetivamente, tempo longo, tempo conjuntural e atualidade. Real designa por «tempo longo» o movimento histórico de modernização europeia de Portugal, iniciada em 1980 e interrompida no final do século passado, início deste, mas cuja ambição fora desenhada desde o consulado do Marquês de Pombal – e, portanto, só agora plenamente realizada. Por sua vez, por tempo conjuntural, Real designa o movimento histórico gerado diretamente a partir da recente administração do Estado português, ou seja, trata-se, contrariamente ao anterior, de um movimento que não tem como base a sociedade civil ou as aspirações culturais e históricas

de Portugal, sendo, pelo contrário, um movimento histórico no qual se destaca uma regulação social que toma como prioridade exclusiva a saúde das finanças públicas e as aspirações tecnocráticas que a elite política e administrativa tenta impor ao resto do país, reinstaurando um modelo hierarquizado de sociedade. Finalmente, por atualidade Real refere-se ao período entre 2008 e 2015, no qual decorreu a consolidação da imagem que o povo português possuía da Europa, uma transformação que ele designa por radical. De facto, a antiga imagem da Europa caracterizava-se pela justiça social, pelo progresso económico, pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Todavia, no presente, em função de uma visão sobretudo económica e financeira do mundo, a Europa caracteriza-se por ter dentro de si dois conjuntos de países, ricos e pobres, e – por interposta troika – credores e devedores, assim mimetizando a fratura ocorrida em séculos idos, desta vez com a causa não sendo já a religião, mas a economia. Trata-se de uma fratura que vem contrariar, se não mesmo anular, o movimento de aproximação ocorrido nos finais do século XX. De seguida, confrontámos esta tese de Miguel Real com a que é avançada por Boaventura de Sousa Santos em *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação* e chegámos à conclusão que a argumentação de Boaventura de Sousa Santos inclui alguns paralelos interessantes com a de Miguel Real, ainda que ambos partam de modelos teóricos e balizas temporais diferentes. Também consideramos o importante contributo que Eugénia da Conceição deu para este debate com o ensaio *O Futuro da União Europeia*.

Posto isto, chegámos a um ponto em que se nota claramente no pensamento de Miguel Real uma busca de alternativas para o futuro. Desta forma, estabelecemos as coordenadas gerais que Real traça para o futuro de Portugal, que ele vê como assente em dois importantes eixos, a Europa a Lusofonia. Assim, decidimos explorar qual é ideia de Europa que ele nos oferece, uma ideia de Europa que é de certa forma idealizada, bebendo muito da herança história da Europa, com grande destaque para a da filosofia humanista. De facto, Real considera haver ainda esperança na ressurreição da Europa. Mas, para ele, a Europa só pode ressuscitar se incorporar 1) uma nova ética, fundada nos resultados da ciência; 2) uma nova moral, fundada na transcendência do valor do homem e da humanidade, substituta da moral cristã; e 3) uma nova axiologia, fundada no respeito pela Natureza e por todos os animais sencientes (cf. Real, 2012: 125). Apenas com este conjunto de valores a Europa entrará de novo na História, indicando ao mundo uma nova visão global. De resto, Real considera que a Europa vive atualmente um momento decisivo, vendo-se forçada “a superar-se ou morrer, a auto-rupturalizar-se ou a resignar-se a uma decadência de milhares de anos” (*idem*: 126). Miguel real considera que a Europa é o lugar natural de Portugal e que o homem português é sobretudo o homem europeu. No entanto, devido ao atual momento da Europa, ele sugere que Portugal pode e deve, por assim dizer, tomar as rédeas do seu destino, juntando ao seu lugar natural o seu lugar histórico, a

Lusofonia, que ele vê como uma alternativa de futuro à Europa. Diz Real que não trata apenas de uma questão de paternidade histórica, mas algo que tem a ver com própria identidade do país. Assim, ele vê a Lusofonia como tendo enorme potencial, tanto em termos culturais, como, subsequentemente, em termos económicos ou demográficos. Para Real, a cultura está sempre primeiro, só depois a política ou a economia. A Lusofonia que ele defende é um espaço de igualdade e pluralidade, assente na língua. Aliás, ele considera fundamental que se substitua o “espírito da história política, divisório e até incriminatório, pelo espírito da Língua, unificador e comunitarizador.” (*idem*: 135). De facto, ele vê a língua como a linha de costura da Lusofonia enquanto comunidade cultural, considerando mesmo que o “espírito da Lusofonia reside hoje na língua comum – e porque a língua frutifica em cultura, o espírito da Lusofonia é hoje eminentemente cultural.” (*ibidem*). Ele defende, todavia, que devido à conjuntura atual, a que se junta no caso particular da Lusofonia a conjuntura histórica, a Lusofonia se deve configurar como uma comunidade eticamente exemplar, pois só assim se poderá criar “*um novo rosto cultural* no mundo.” (*ibidem*). De resto, Real considera que a cultura lusófona se manifesta já de modo civilizacional. Desta forma, ele vê a Lusofonia não somente como um espaço intercultural ou até multicultural, mas sobretudo como um espaço onde poderá frutificar uma nova identidade cultural, a lusófona.

Bibliografia primária

Real, Miguel. (1998). *Portugal: Ser e Representação*. S/L: Difel.

Real, Miguel. (2007). *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras.

Real, Miguel. (2008). *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*. Porto: Quidnovi.

Real, Miguel. (2009). *A Ministra*. Porto: Quidnovi.

Real, Miguel. (2011a). *Introdução à Cultura Portuguesa: Séculos XIII a XIX*. S/L: Planeta.

Real, Miguel. (2011b). *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010: O Labirinto da Razão e a Fome da Deus*. S/L: INCM.

Real, Miguel. (2012). *A Vocação Histórica de Portugal*. S/L: Esfera do Caos.

Real, Miguel. (2014). *Nova Teoria do Sebastianismo*. S/L: Dom Quixote.

Real, Miguel. (2015a). *O Último Europeu: 2284*. S/L: Dom Quixote.

Real, Miguel. (2015b). *Portugal: Um País Parado no Meio do Caminho (2000-2015)*. S/L: Dom Quixote.

Real, Miguel & Ramos, Manuel da Silva. (2016). *O Deputado Da Nação*. Lisboa: Parsifal.

Bibliografia secundária

Almeida, Onésimo Teotónio. (2008). "A propósito de lusofonia (à falta de outro termo): o que a língua não é," *in Blogue História Lusófona*, 07-05-2008. Disponível em <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13158>. Acesso em 19/12/2016.

Baptista, Maria Manuel. (2000). "O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo 'pós-humanista'". Comunicação apresentada no âmbito do III Seminário Internacional «Lusografias», Évora, 8 a 11 de Novembro de 2000 (disponível em <http://mariammanuelbaptista.com/pdf/OconceitodeLusofoniaemEL.pdf>, visto em 02/11/2016).

Carvalho, Joaquim Barradas de. (1974). *Rumo de Portugal: A Europa ou o Atlântico?*. Lisboa: Livros Horizonte, 2.ª ed., 1982.

Cahen, Michel. (2013). "'Portugal Is in the Sky': Conceptual Considerations on Communities, Lusitanity, and Lusophony", in *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, ed. Michel Cahen e Eric Morier-Genoud. Hampshire: Palgrave Macmillan, pp. 297-315.

Calinescu, Matei (1977). *Five Faces of Modernity*, ed. ut. *As Cinco Faces da Modernidade*. Lisboa: Vega, 1999.

Conceição, Eugénia da. (2016). *O Futuro da União Europeia*. Lisboa: FFMS, edição eBook.

Cristóvão, Fernando. (2006). "Professor catedrático defende novo conceito para Lusofonia," in *Notícias Lusófonas*, 17/03/2006. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=13706&catogory=Comunidades>. Acesso em 19/12/2016.

Cristóvão, Fernando. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina

Falconi, J.essica (2013). "Literaturas Africanas, Língua Portuguesa e Narrativas da Lusofonia: Alguns Parágrafos em torno da Invenção das Narrativas da «Lusofonia»," in A. M. Leite; H. Owen; R. Chaves & L. Apa, *Nação e Narrativa Pós-Colonial-1. Angola e Moçambique. Ensaios*, pp. 277-289. Lisboa: Edições Colibri.

Garrett, Almeida. (1830). *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*. Londres: S. W. Sustenance. Disponível em <http://purl.pt/3>, visto em 02/06/2017.

Gil, José (2004). *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d' Água, 13.^a ed., 2012.

Habermas, Jürgen. (1962). *Strukturwandel der Öffentlichkeit: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*, ed. ut.: *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, trad. Thomas Burger. Cambridge (MA): The MIT Press, 1991.

Hespanha, António Manuel & Silva, Ana Cristina Nogueira da. (1993). "A Identidade Portuguesa," in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. IV. Lisboa: Estampa.

Judt, Tony. (1996). *A Grand Illusion?: An Essay on Europe*. New York: Hill and Wang, ed. ut.: NYUP, 2011.

Lima, Bernardo Pires de. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: FFMS, edição eBook.

Lanchester, John. (2014). *How to Speak Money: What the Money People Say—And What It Really Means*. New York: W. W. Norton & Company.

Lourenço, Eduardo. (1988). *Nós e a Europa: ou As Duas Razões*. Lisboa: INCM, 3.^a ed., 1990.

Lourenço, Eduardo. (1999a). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 2.^a ed., 1999.

Lourenço, Eduardo. (1999b). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 5.^a ed., 2012.

Lourenço, Eduardo. (2000). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 10.^a ed., 2015.

Lourenço, Eduardo. (2001). *A Europa Desencantada: Para Uma Mitologia Europeia*. Lisboa: Gradiva, 3.^a ed., 2011.

Margarido, Alfredo. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições

Universitárias Lusófonas.

Milhazes, José. (2016). *Rússia e Europa: uma parte do todo*. Lisboa: FFMS, edição eBook.

Monbiot, George. (2016). *How Did We Get into this Mess?: Politic, Equality, Nature*. London: Verso.

Montaigne, Michel de. (1991 [1580]). *The Complete Essays*. London: Penguin, 2003 (ed. revista e aumentada).

Nora, Pierre (1996). “From lieux de mémoire to realms of memory”, in Pierre Nora & Lawrence D. Kritzman (ed.s), *Realms of Memory: Rethinking the French Past. Vol. 1: conflicts and divisions*. New York and Chichester: Columbia University Press, 1996, pp. XV-XXIV.

Pascoaes, Teixeira de. (1915). *A Arte de Ser Português*. Ed. ut.: Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

Piketty, Thomas. (2013). *Le Capital au XXI^e siècle*, ed. ut.: *Capital in the Twenty-First Century*, trd. Arthur Goldhammer. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2014.

Queiroz, Eça de. (1888). *Os Maias*. Ed. ut.: Barcelona: Mediasat, 2004.

Queirós, Eça de. (s/d). *Obras*, 2.º vol. Porto: Lello & Irmão.

Quental, Antero de Quental. (2010 [1871]). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 3.ª ed., 2011.

Rorty, Richard. (1999). *Philosophy and Social Hope*. London: Penguin.

Santos, Boaventura de Sousa. (1994). *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento, 4.ª ed., 1995.

Santos, Boaventura de Sousa. (2011). *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*. Coimbra: Almedina, 2.ª ed., 2012.

Saraiva, António José. (1981). *A Cultura Em Portugal: Teoria e História – Livro I, Introdução Geral*. Amadora: Bertrand Editora, 2.ª ed., 1985.

Sérgio, António. (1926). “O Reino Cadaveroso ou o problema da Cultura em Portugal”, in Joel Serrão, *António Sérgio - Uma Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, pp. 126-151.

Silva, Agostinho da. (1959). *Um Fernando Pessoa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2.ª ed., 1988.

Sares, António Goucha. (2007). “Portugal and the European Union: the ups and downs in 20 years of membership”, *Perspectives on European Politics and Society*, vol. 8, n° 4: 460-475.

Sousa, Vítor Manuel Fernandes Oliveira de. (2015). *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia* (tese de doutoramento). Braga: Instituto de Ciências Sociais, UM.

Steiner, George. (2004). *The Idea of Europe*, ed. ut.: *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2005, 2.ª ed.

Žižek, Slavoj & Srećko Horvat. 2015. *What Does Europe Want?: The Union and Its Discontents*. New York: Columbia University Press.